

Relatório de
Sustentabilidade

10



Eletrobras



Eletrobras

Visão [GRI 4.8]

Em 2020, ser o maior sistema empresarial global de energia limpa, com rentabilidade comparável às das melhores empresas do setor elétrico.

Missão

Atuar nos mercados de energia de forma integrada, rentável e sustentável.

Valores

Os Valores que balizam as práticas e os comportamentos do Sistema Eletrobras e dos seus integrantes, representando suas doutrinas essenciais e permanentes, são:

- Foco em resultados
- Empreendedorismo e inovação
- Valorização e comprometimento das pessoas
- Ética e transparência

Mensagem dos Presidentes [GRI 1.1 e 1.2]

Há vários motivos para se dizer que uma empresa é grande. A sua capacidade produtiva, o número de empregos que gera, a fatia de mercado que ocupa e o papel que desempenha na sociedade são alguns exemplos. No cenário atual, a sustentabilidade representa um fator cada vez mais determinante nessa equação. Mãos no presente, olhos no futuro.

A Eletrobras que assumi em fevereiro de 2011 é, sem sombra de dúvidas, uma grande empresa brasileira. Por sua importância na história do país, pelo significado social de seu compromisso e por ser a maior *holding* do setor elétrico da América Latina.

Há muitos aspectos de sua grandeza, no entanto, que só em detalhes se pode perceber. É por isso que tenho orgulho em apresentar o presente relatório. Nele, descortina-se uma empresa da qual todo brasileiro também deve se orgulhar.

Os programas, projetos, ações e empreendimentos, que aparecem nas próximas páginas, mostram uma empresa comprometida com a sustentabilidade, signatária do Pacto Global da ONU desde 2006. E representam, para mim, um caminho a ser seguido na direção de nosso futuro. Mas representam, também, a certeza de que contamos com um time de profissionais à altura do desafio que temos pela frente.

Para sermos o maior sistema empresarial global de energia limpa em 2020, teremos que ser empresas muito grandes, em todos os possíveis sentidos. Por isso, é auspicioso olhar para tudo o que nossos mais de 27 mil colaboradores já construíram até hoje.

José da Costa Carvalho Neto

Presidente da Eletrobras a partir de fevereiro de 2011

Os números apresentados neste relatório retratam uma Eletrobras em transformação. Em 2010, foi aprofundado, consolidado e ampliado o processo de mudanças que vem fazendo das empresas Eletrobras um conjunto mais forte, sólido e integrado. Como presidente da *holding* ao longo desse ano, tive a possibilidade de liderar um time de profissionais que se reinventou para, em conjunto, reinventar processos de trabalho, práticas e, em última instância, sua forma de se colocar no mercado.

Mudar não é uma tarefa simples. Mais difícil ainda é, passado o sabor da novidade, submeter as ideias à dura prova do cotidiano. Por isso, 2010 foi um ano extremamente significativo. A nova marca da Eletrobras foi recebida com celebração, mas também superou o desafio de chegar, em tempo recorde, aos crachás de seus mais de 27 mil colaboradores. Foi celebrada em cores, mas, sobretudo, em princípios e ideais.

Hoje, as empresas Eletrobras atuam juntas pelo Brasil, com a mesma cara, os mesmos objetivos e uma meta ambiciosa: ser o maior sistema empresarial global de energia limpa em 2020. Nas cores da nova marca, estão refletidos não só os ideais que norteiam essa meta, mas também os novos tempos – tempos de se pensar em economia, eficiência energética e na utilização responsável dos recursos naturais.

Temos, neste documento, números impressionantes – pelo tamanho de nossas empresas e do país que temos o compromisso de abastecer de energia. Mas o que nos mostra que estamos no caminho certo é perceber que esses números encontram correspondência em práticas de sustentabilidade muito consistentes. Gerar, transmitir e distribuir energia elétrica de modo sustentável é o nosso compromisso com o Brasil. Poder mostrar isso ao mundo é o nosso orgulho.

José Antonio Muniz

Presidente da Eletrobras de 2008 a 2011

Sumário

1. PRINCIPAIS INDICADORES	10
1.1. Econômicos	10
1.2. Sociais	12
1.3. Ambientais	13
2. PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS DO ANO	16
2.1. Aperfeiçoamento da Governança Corporativa	16
2.2. Reorientação dos Negócios da Distribuição	17
2.3. Reformulação Institucional	17
2.4. Reorganização do Modelo de Gestão Empresarial	17
3. PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS	20
3.1. Institucional	20
3.2. Inovação	20
3.3. Qualidade	21
3.4. Tecnologia da informação	21
3.5. Recursos humanos	21
3.6. Sustentabilidade	22
4. CONTEXTO	26
5. PERFIL	34
5.1. Função empresarial	34
5.2. Função de Governo	41
6. GOVERNANÇA CORPORATIVA	46
6.1. Estrutura de governança	46
6.2. Risco	50
6.3. Ética	50
6.4. Engajamento de <i>stakeholders</i>	51
6.5. Compromissos voluntários	52
6.6. Participação em entidades estratégicas	53
7. ESTRATÉGIA	56
7.1. Cenário de referência	56
7.2. Oportunidades	58
7.3. Desafios	59
7.4. Posicionamento	60
7.5. Planos de negócios	61
8. GESTÃO	64
8.1. Estrutura da <i>holding</i>	65
8.2. Gestão financeira	66
8.3. Gestão da sustentabilidade	68
8.4. Gestão de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D+I)	69
8.5. Gestão de logística de suprimentos	72
8.6. Gestão de negócios internacionais	74
9. DESEMPENHO ECONÔMICO	78
9.1. Geração	79
9.2. Transmissão	87
9.3. Distribuição	91
9.4. Comercialização	96
10. DIMENSÃO SOCIAL	100
10.1. Empregados	100
10.2. Comunidades locais	107
10.3. Sociedade	110
10.4. Governo	120
11. DIMENSÃO AMBIENTAL	124
11.1. Política e instrumentos de gestão	124
11.2. Subcomitê de Meio Ambiente (SCMA)	124
11.3. Gestão de impactos	125
12. SOBRE ESTE RELATÓRIO	142
13. ÍNDICE REMISSIVO GLOBAL REPORTING INITIATIVE	144
ANEXOS:	149
Participação em entidades estratégicas	150
Balanço Social IBASE	152

A watercolor illustration of a landscape. In the foreground, there are several tall, blue and white buildings representing a city. Behind them are green, rolling hills or mountains. The sky is a mix of light blue and yellow, suggesting a bright, sunny day. In the upper right, there is a line graph with a red line and a green line, overlaid on the landscape. The overall style is soft and artistic, using watercolor textures and colors.

PRINCIPAIS INDICADORES

COM FOCO NA SUSTENTABILIDADE, AS EMPRESAS ELETROBRAS INVESTEM NÃO APENAS NA GERAÇÃO, TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, MAS NO CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO DO BRASIL INTEIRO.

Integradas a cada região e a cada recanto do país e respeitando o meio ambiente, elas constroem o futuro com base em critérios econômicos, sociais e ambientais. Este capítulo apresenta os principais indicadores nesses três âmbitos.

1. Principais Indicadores

1.1. Econômicos

Distribuição do Valor Adicionado (R\$ milhares) [GRI EC1]

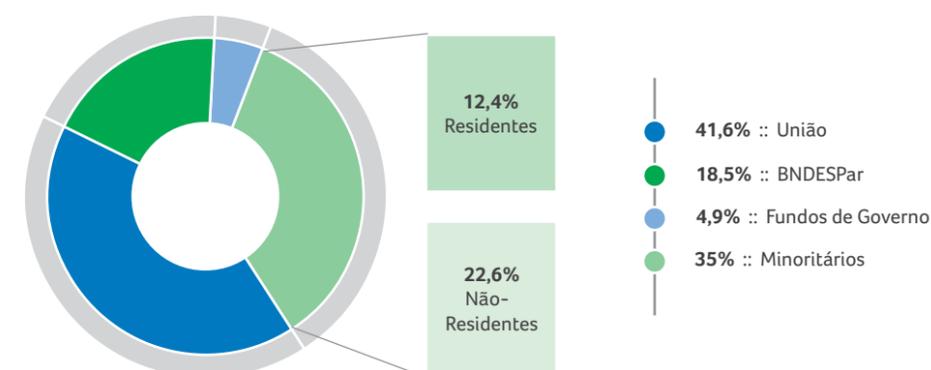
	2010	2009
	15.939.587	15.440.138
PESSOAL		
Pessoal, encargos e honorários	4.877.556	4.251.184
Participação de empregados nos lucros	296.270	284.534
Plano de aposentadoria e pensão	-32.309	214.682
TOTAL PESSOAL	5.141.517	4.750.400
TRIBUTOS		
Impostos, taxas e contribuições	4.245.666	1.742.321
TOTAL TRIBUTOS	4.245.666	1.742.321
TERCEIROS		
Encargos financeiros e aluguéis	3.738.414	7.459.299
Doações e contribuições	261.006	237.978
TOTAL TERCEIROS	3.999.420	7.697.277
ACIONISTAS		
Dividendos e juros sobre capital próprio	370.755	370.755
Participação de acionistas não-controladores	305.072	338.673
Lucros retidos	1.877.158	540.712
TOTAL ACIONISTAS	2.552.985	1.250.140

Estrutura de capital*

Ações	Participação (%)		Total
	Ordinárias	Preferenciais	
União	52	0,01	41,6
Bndespar	21,1	8,2	18,5
Fundos Governo	5,2	4,3	4,9
Minoritário Residente	6,9	37,8	12,4
Minoritário não Residente	14,8	49,7	22,6

* Posição em 31/12/2010: R\$ 26 bilhões

ESTRUTURA DE CAPITAL



* Posição em 31/12/2010: R\$ 26 bilhões.

Indicadores econômicos consolidados

	2010 (R\$ milhões)	2009 (R\$ milhões)	Variação (%)
Receita Operacional Líquida (ROL)	27.419	24.712	11,0
Pessoal, material e serviços	7.371	6.486	13,6
Outros custos	14.045	12.550	11,9
Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA)	6.003	5.676	5,8
Dívida Líquida	8.985	5.556	61,7
Patrimônio Líquido (PL)	70.530	69.346	1,7
Investimentos realizados	6.965	5.190	34,2
Investimentos previstos	10.233	8.359	22,4
Lucro Líquido	2.248	911	146,8
Lucro Líquido/PL	3,2%	1,3%	1,9 pp
Pessoal, material, serviços de terceiros e outras despesas (PMSO)/ROL	26,9%	26,2%	0,7 pp
Dívida Líquida/EBITDA	1,5	0,9	0,6
Investimentos realizados/Investimentos previstos	68,1%	62,1%	6,0 pp

1.2. Sociais

Total de empregados, por região [GRI LA1]

REGIÃO	NÚMERO DE EMPREGADOS
Nordeste	8.574
Sudeste	8.319
Norte	5.291
Sul	3.857
Centro-Oeste	2.409
TOTAL	28.450

Rotatividade por gênero* [GRI LA2]

GÊNERO	ROTATIVIDADE
Feminino	1,83%
Masculino	0,77%
TOTAL	2,60%

* Para o cálculo da taxa de rotatividade foi considerado: número de desligamentos no período/número de empregados próprios.

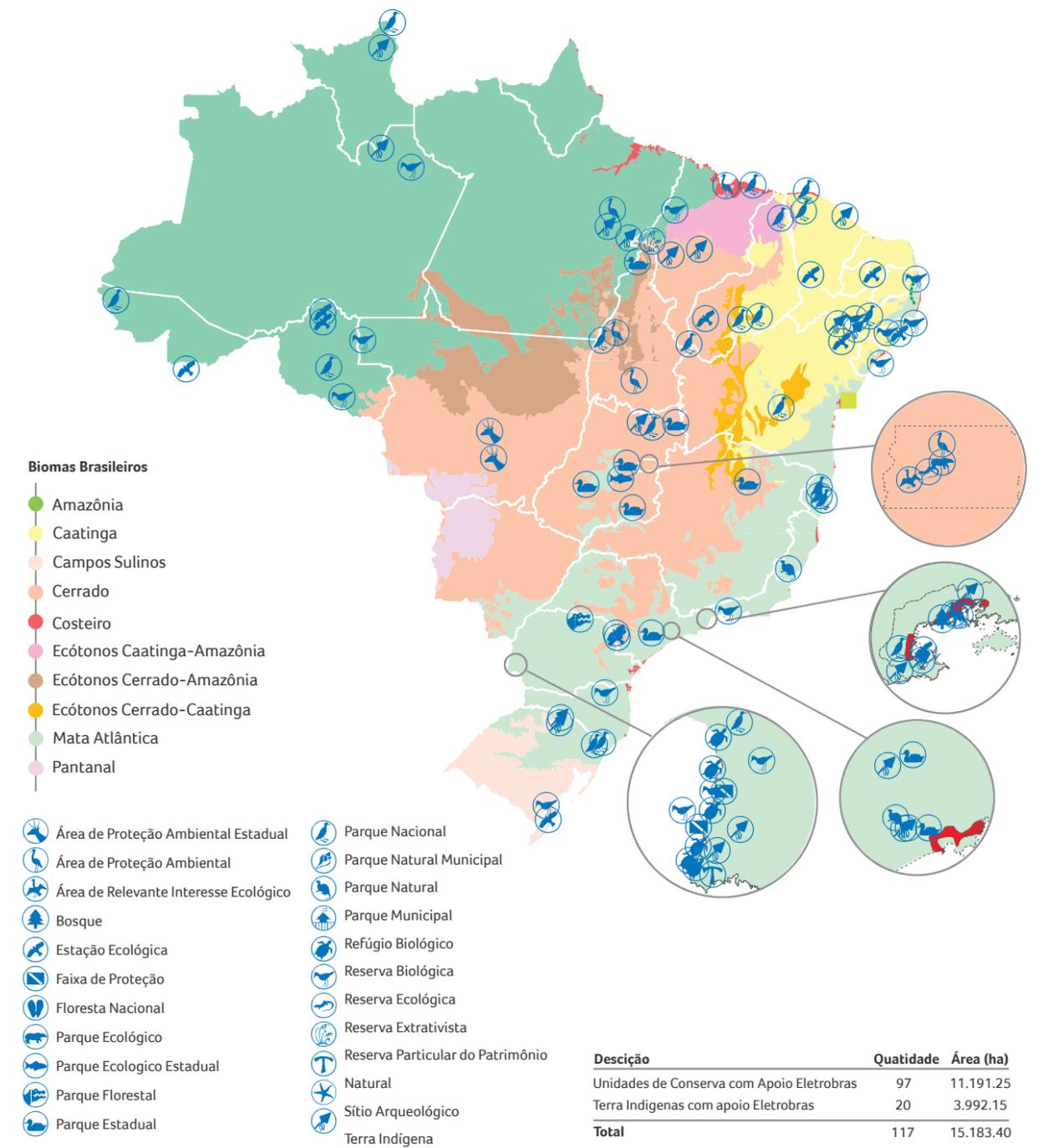
Investimento social privado

FONTE DO RECURSO	VALOR
Total Desenvolvimento Local / geração de trabalho e renda	R\$ 40.184.156,97
Total PEE (Programa de Eficientização Energética) - destinado a baixa renda	R\$ 2.263.333,00
Total Educação	R\$ 19.893.017,40
FIA (Fundo da Infância e Adolescência) e Conselhos de Direitos da Criança e dos Adolescentes (esfera municipal, estadual e federal)	R\$ 583.885,27
TOTAL	R\$ 62.924.392,64



1.3. Ambientais

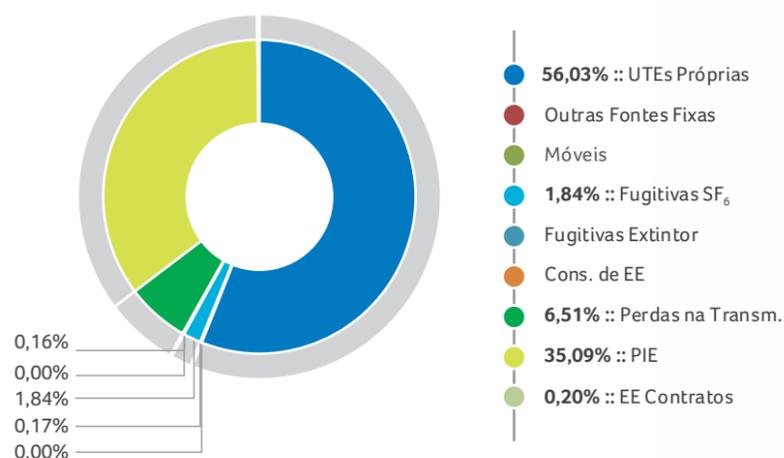
ÁREAS PROTEGIDAS COM O APOIO DAS EMPRESAS ELETROBRAS [GRI EN13]



Emissões de gases de efeito estufa (tCO₂e), por fonte [GRI EN16 e EN17]

ESCOPO	FONTE	EMISSIONES
1	Usinas termelétricas próprias	4.883.604
	Outras fontes fixas	280
	Móveis	14.699
	Fugitivas (SF ₆)	160.025
	Fugitivas (extintor)	63
2	Consumo de energia elétrica	14.019
	Perdas na transmissão	567.187
3	Produtor independente de energia elétrica (PIE)	3.058.828
OUTROS	Contratos de energia elétrica	17.758
TOTAL		8.716.463

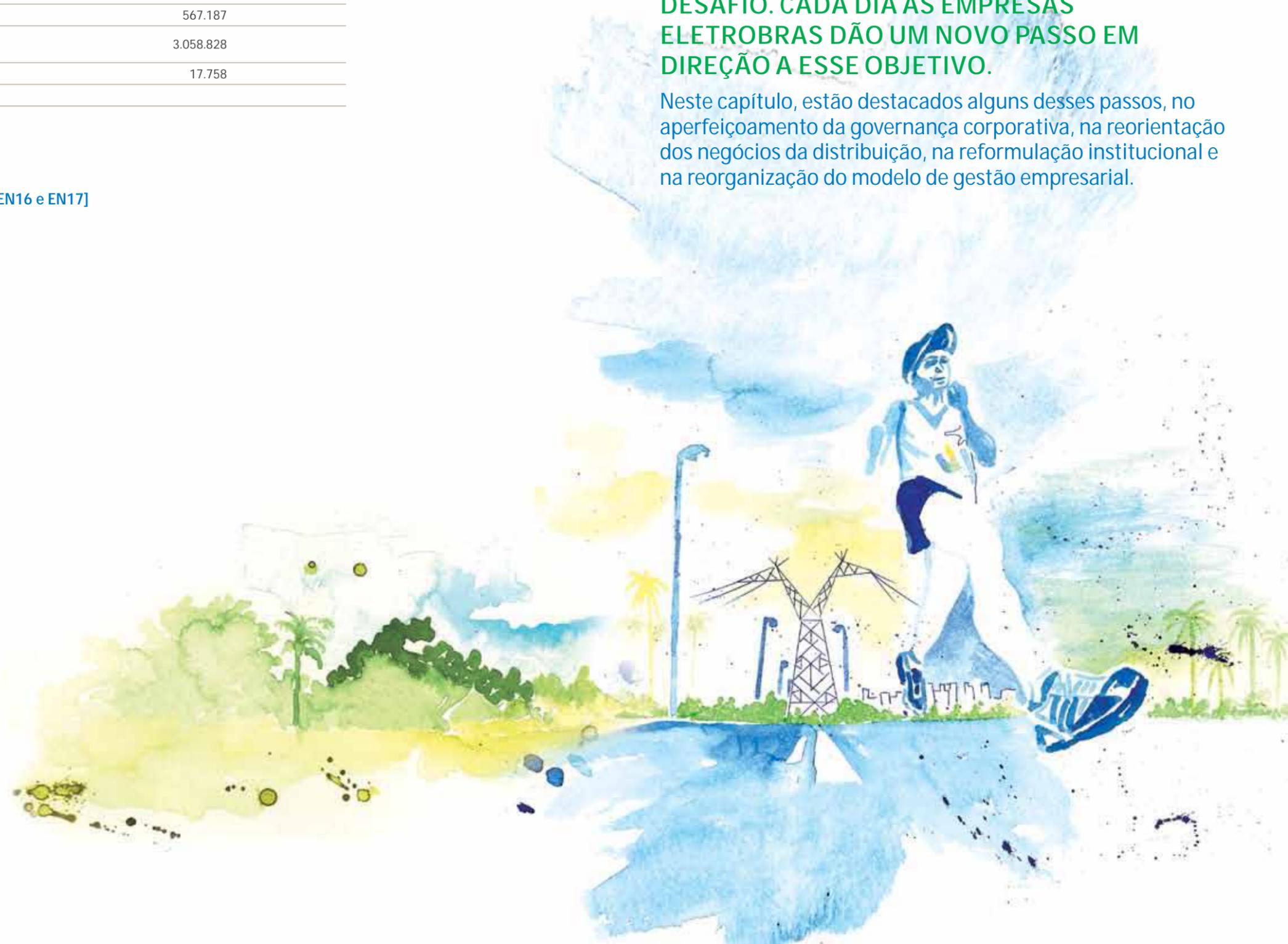
EMISSIONES DE GASES DE EFEITO ESTUFA (tCO₂e), POR FONTE [GRI EN16 e EN17]



PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS DO ANO

CONSTRUIR O MAIOR SISTEMA EMPRESARIAL GLOBAL DE ENERGIA LIMPA É UM GRANDE DESAFIO. CADA DIA AS EMPRESAS ELETROBRAS DÃO UM NOVO PASSO EM DIREÇÃO A ESSE OBJETIVO.

Neste capítulo, estão destacados alguns desses passos, no aperfeiçoamento da governança corporativa, na reorientação dos negócios da distribuição, na reformulação institucional e na reorganização do modelo de gestão empresarial.



2. Principais acontecimentos do ano

2.1 Aperfeiçoamento da Governança Corporativa

e8

Foi efetivada a associação da Eletrobras ao e8, grupo das maiores empresas de energia do mundo, fórum de discussão de práticas, intercâmbios e projetos globais na área de energia elétrica.

Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBOVESPA

Pelo quarto ano consecutivo (2007, 2008, 2009, 2010), a Eletrobras foi listada no ISE da BM&FBOVESPA.

Índice Carbono Eficiente (ICO2)

A Eletrobras foi incluída no ICO2, desenvolvido pela BM&FBOVESPA e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para medir o retorno da carteira teórica composta pelas 50 ações mais negociadas na BM&FBOVESPA (IBrX-50), reponderado em função do grau de eficiência da emissão de gases de efeito estufa das empresas.

Comitê de Sustentabilidade

Atualização do Comitê de Sustentabilidade da Eletrobras – que passou a denominar-se Comitê de Sustentabilidade do Sistema Eletrobras, incorporando os coordenadores representantes das respectivas empresas, além da criação de gerências de projetos específicas por área de atuação da *holding*.

Pacto de Tucuruí

Carta-compromisso firmada pelos presidentes das empresas Eletrobras reunidos em Tucuruí, em setembro de 2009, comprometendo-se com a adoção e o aperfeiçoamento de boas práticas de gestão de sustentabilidade empresarial. As metas estabelecidas no Pacto tinham prazo limite de conclusão até março de 2010. Cerca de 30% das metas foram concluídas em 2010.

Pacto de Furnas

Ratificando seu compromisso com o desenvolvimento sustentável, os presidentes das empresas Eletrobras, reunidos em Furnas em agosto de 2010, estabeleceram o Pacto de Furnas, com prazo de conclusão em junho

de 2011. Além das metas não-concluídas no Pacto de Tucuruí, nele foram incluídas novas metas, baseadas nos *gaps* apurados nos processos de participação no ISE da BM&FBOVESPA e no *Dow Jones Sustainability World Index*, da Bolsa de Valores de Nova Iorque.

Avaliação de desempenho do Conselho de Administração e Diretoria Executiva

A Resolução nº 3 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR) determina que as empresas estatais adotem a avaliação formal de desempenho de sua diretoria executiva e conselho de administração.

2.2 Reorientação dos Negócios da Distribuição

Projeto de Melhoria de Desempenho Operacional e Financeiro

O Banco Mundial aprovou em 2010 um empréstimo de US\$ 500 milhões para o Projeto de Melhoria de Desempenho Operacional e Financeiro, cujo objetivo é melhorar a qualidade dos serviços de fornecimento, reduzir as perdas de energia elétrica e aumentar a sustentabilidade das companhias, por meio de políticas de cobrança mais eficientes na distribuição e no varejo.

2.3 Reformulação Institucional

Lei 12.353

A Lei 12.353, de 29 de dezembro de 2010, determina que os estatutos das empresas públicas e sociedades de economia mista contemplem a participação de representante dos empregados em seus conselhos de administração, assegurado à União o direito de eleger a maioria de seus membros. A escolha do representante deve dar-se por eleição direta, nos termos da legislação vigente.

Lei 12.375

A Lei 12.375, de 30 de dezembro de 2010, extingue a exigência de decreto presidencial para mudanças estatutárias da Eletrobras. Para esse fim, passa a ser necessária tão somente a aprovação da Assembleia Geral Extraordinária.

Lei 12.377

A Lei 12.377, de 30 de dezembro de 2010, retira a Eletrobras do cálculo do superávit primário, situação que prejudicava a ampliação de investimentos da companhia. A medida abre caminho para a Eletrobras alavancar negócios.

2.4 Reorganização do Modelo de Gestão Empresarial

Plano Estratégico

O primeiro Plano Estratégico Integrado do Sistema Eletrobras definiu estratégias corporativas para o período de 2010-2020, a partir do estudo de diversos cenários, unificando missão, visão e valores das empresas do sistema.

Nova marca

A estratégia de criação da nova marca do Sistema Eletrobras foi alinhada ao Plano Estratégico 2010-2020, que destaca a integração do sistema.

Políticas corporativas [GRI 4.8]

Dando continuidade à padronização das políticas de todas as empresas Eletrobras, foram divulgadas as Políticas de Tecnologia da Informação, Automação e Telecomunicação; Patrocínios; Sustentabilidade; Eficiência Energética; Gestão de Pessoas; Ambiente e de Recursos Hídricos.

Código de Ética [GRI 4.8]

O Código de Ética Único das Empresas Eletrobras é fruto do trabalho conjunto de todas as empresas do sistema, inspirando-se nos novos ideais expressos na missão, visão e valores estabelecidos pelo Plano Estratégico 2010-2020.

Controle interno

O aprimoramento do ambiente de controles internos garantiu a eficácia do processo de gerenciamento de riscos, baseado no modelo *Committee of Sponsoring Organizations Enterprise Risk Management* (COSO-ERM) e na Norma ISO 31000. A iniciativa também possibilitou o atendimento à Lei Sarbanes-Oxley e favoreceu a manutenção do *rating* dos *American Depositary Receipt* (ADR) da empresa na Bolsa de Valores de Nova Iorque.

Capitalização das controladas

Capitalização de R\$ 11,7 bilhões realizada pela *holding* nas subsidiárias, convertendo dívidas em capital, com o objetivo de melhorar a eficiência fiscal do Sistema Eletrobras. Para concretizar a operação, as empresas comprometeram-se a atender metas de desempenho e distribuir 100% de dividendos à *holding*.

Contrato de Metas de Desempenho Empresarial (CMDE)

O CMDE estabeleceu, dentre outras obrigações, o cumprimento de metas anuais para o período de 2010-2014, para as empresas Eletrobras, com o objetivo de melhorar a eficiência operacional e a performance empresarial do Sistema Eletrobras.

Pesquisa de Clima*

A primeira Pesquisa de Clima Unificada do Sistema Eletrobras registrou 68,93% de favorabilidade. A partir de suas conclusões, serão traçados planos de ação para a melhoria do clima organizacional das empresas.

Plano de Carreira e Remuneração*

O Plano de Carreira e Remuneração unificou as políticas e diretrizes de carreiras, cargos e remuneração do Sistema Eletrobras, além de definir as competên-

cias gerais para os cargos amplos e para as funções gerenciais e de assessoramento.

Sistema de Gestão do Desempenho (SGD)*

Em 2010, o SGD teve início como um projeto piloto na *holding*. Em 2011, inicia-se o Primeiro Ciclo Unificado do SGD nas empresas Eletrobras. Dessa forma, as etapas de planejamento, acompanhamento, avaliação e desenvolvimento ocorrerão de forma unificada nas empresas do sistema.

Universidade Corporativa do Sistema Eletrobras (Unise)

Em 2010 iniciaram-se as atividades das Escolas de Negócios na Unise. A universidade compõe o modelo de Educação Corporativa do Sistema Eletrobras, baseado na premissa de atuação integrada e cooperativa, em sintonia com os propósitos estratégicos de integração, competitividade e rentabilidade.

CAPITALIZAÇÃO DAS SUBSIDIÁRIAS, REALIZADA PELA *HOLDING*, CONVERTEU A DÍVIDA EM CAPITAL E VAI MELHORAR A EFICIÊNCIA FISCAL DO SISTEMA ELETROBRAS.

PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

EM 2010, AS EMPRESAS ELETROBRAS LANÇARAM SUA NOVA MARCA E, COM ELA, UMA NOVA FORMA DE ATUAÇÃO, NOVOS OBJETIVOS E UM NOVO POSICIONAMENTO DE MERCADO.

O reconhecimento da mudança, construída dia a dia, vem se materializando em prêmios que só aumentam nossa determinação de mostrar a energia brasileira ao mundo inteiro.

* Devido a seu regime de governança diferenciado, estabelecido pelo tratado internacional, a Itaipu Binacional não participou.

3. Prêmios e reconhecimentos [GRI 2.10]

3.1 Institucional

Las 500 Mayores Empresas de América Latina | AméricaEconomía

A Eletrobras é a 17ª maior empresa da América Latina, de acordo com *ranking* da revista *AméricaEconomía*. Em 2009, a empresa ocupava o 19º lugar nessa mesma lista.

As Empresas de Maior Prestígio no Brasil | Época Negócios 100

Pelo segundo ano consecutivo, a Eletrobras recebeu o prêmio de empresa de maior prestígio no Brasil no setor de energia, concedido pela revista *Época Negócios* em parceria com o Grupo Troiano de *Branding*.

Prêmio IASC | Agência Nacional de Energia Elétrica

A Eletrobras Distribuição Roraima venceu nas categorias “Maior Crescimento” e “Melhor da Região Norte” da décima edição do Prêmio IASC, concedido anualmente pela Agência Nacional de Energia Elétrica para as distribuidoras de energia elétrica que apresentam o maior Índice Aneel de Satisfação do Consumidor.

3.2 Inovação

As Empresas Mais Inovadoras do Brasil | Época Negócios, A.T. Kearney

A Eletrobras Eletronorte foi eleita a 17ª empresa mais inovadora do Brasil na segunda edição do prêmio oferecido pela revista *Época Negócios* em parceria com a consultoria A.T. Kearney. De um total de 120 empresas inscritas, foram premiadas as 20 que se destacaram como líderes em inovação no país.

Prêmio Finep de Inovação | Financiadora de Estudos e Projetos (Finep)

A Eletrobras Eletronorte venceu a categoria “Gestão da Inovação” da etapa Centro-Oeste do Prêmio Finep de Inovação 2010, ao qual concorreram 885 empresas.

Selo de Empresa Inovadora da Associação de Pesquisa, Desenvolvimento e Engenharia das Empresas Inovadoras (Anpei)

A Eletrobras recebeu o selo da Anpei, que reconhece e identifica as empresas que mais investem na área de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D+I) no Brasil.

3.3 Qualidade

Prêmio Nacional de Qualidade | Fundação Nacional de Qualidade (FNQ)

A Eletrobras Eletronorte foi destaque nas categorias “Pessoas” e “Sociedade” no Ciclo 2010 do prêmio realizado anualmente pela FNQ. A premiação baseia-se em oito critérios, buscando destacar a excelência em gestão empresarial e estimular a competitividade entre as organizações.

3.4 Tecnologia da informação

IT Leaders | Computer World

A Eletrobras Eletronorte conquistou a segunda colocação na categoria “Governo” da edição 2010 do prêmio *IT Leaders*, promovido pela revista *Computer World*.

As 100 Mais Inovadoras no Uso de TI | Information Week Brasil

A Eletrobras Eletronorte conquistou o primeiro lugar na categoria “Serviços Públicos/Governo” do mais importante levantamento sobre aplicabilidade de tecnologia em inovação no país, produzido pela revista *Information Week Brasil*.

No mesmo levantamento, a empresa ocupa a 11ª posição entre as cem empresas mais inovadoras no uso de tecnologia da informação.

3.5 Recursos humanos

As Melhores Empresas para Você Trabalhar | Você S/A Exame

A Eletrobras Eletrosul é uma das 150 empresas listadas no *Guia Você S/A Exame – As Melhores Empresas para Você Trabalhar 2010*.

Empresa de Remuneração | Grupo de Permuta de Informações Salariais (Grupisa)

A Eletrobras foi escolhida Empresa do Ano em Remuneração pelo prêmio Beverly Zimpeck, concedido pelo Grupisa a empresas que se destacaram em atividades e práticas de valorização do profissional e da gestão de plano de remuneração.

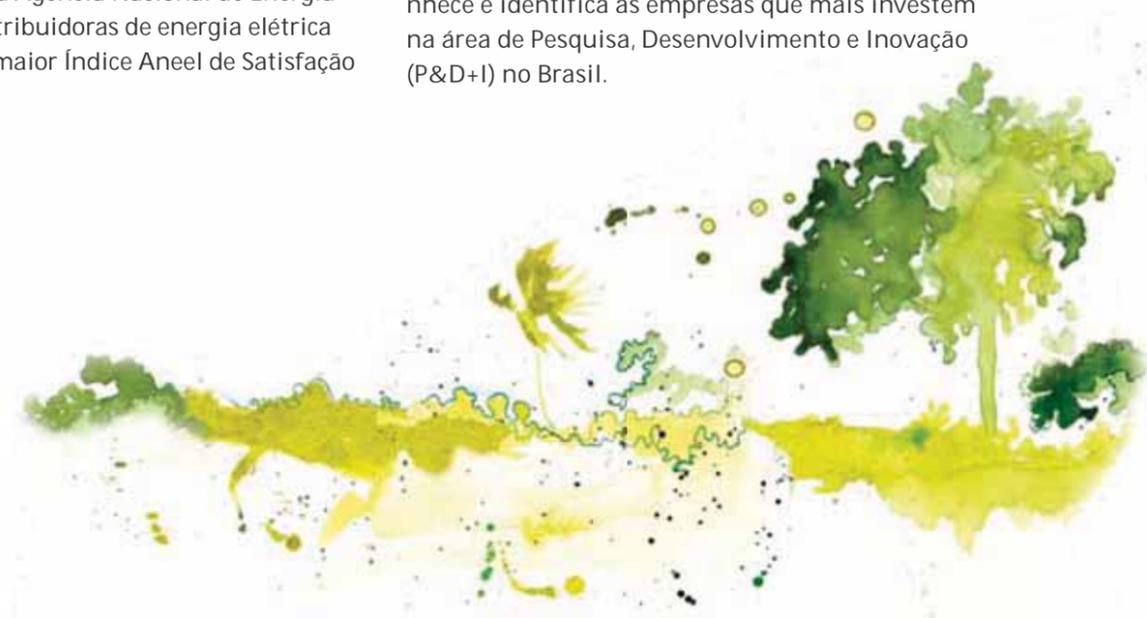
Prêmio Fundação Coge

Duas empresas Eletrobras foram vencedoras da edição 2010 do Prêmio Fundação Coge: a Eletrobras Chesf ficou em primeiro lugar na categoria “Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas”, com o projeto Alocação, Integração e Acompanhamento do Novo Empregado; e a Itaipu Binacional venceu na categoria “Ações de Responsabilidade Ambiental”, com o projeto Veículo Elétrico para Catadores.

Eletrobras Furnas e Eletrobras Eletronorte, por sua vez, receberam o Troféu Rogério Morgado, respectivamente nas categorias “Ações de Responsabilidade Social” e “Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas”, destacando-se como as empresas que apresentaram o maior número de projetos em cada categoria ao longo dos dez anos de realização do prêmio.

Selo Pró-Equidade de Gênero

Em 2010 todas as empresas Eletrobras foram contempladas com o selo Pró-Equidade de Gênero. O Programa Pró-Equidade de Gênero é uma iniciativa da Secretaria de Políticas para Mulheres em parceria com a Organização





Internacional do Trabalho (OIT) e a Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres). Buscando contribuir para a eliminação de todas as formas de discriminação, seu principal objetivo é promover a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no mundo do trabalho, estruturando-se em dois eixos: Gestão de Pessoas e Cultura Organizacional.

3.6 Sustentabilidade

[GRI Reader's Awards | Global Reporting Initiative \(GRI\)](#)

O Relatório de Sustentabilidade Eletrobras 2009 ganhou o segundo lugar na categoria "Sociedade Civil" do prêmio *GRI Reader's Awards 2010*.

O Relatório de Sustentabilidade da Eletrobras Furnas foi o quarto colocado na mesma categoria, além de ter ocupado a terceira posição na categoria "Relatório mais Efetivo" e a quarta na categoria "Escolha dos Leitores GRI".

O relatório de Itaipu Binacional ficou em segundo lugar na categoria "Relatório mais Efetivo" e em terceiro na categoria "Sociedade Civil".

[Empresa Socialmente Responsável](#)

A Eletrobras foi agraciada com o prêmio "Empresa Socialmente Responsável", promovido pela Unisuam. A empresa foi reconhecida pelos projetos sociais realizados por meio de seu Departamento de Responsabilidade Social e Projetos com a Sociedade, como o "Mão na Massa", que capacita mulheres para o trabalho na construção civil, e o "Viver com Tranquilidade", que contribui para reduzir o índice de gravidez precoce em adolescentes da Vila Cruzeiro, no Rio de Janeiro.

[Prêmio ANA | Agência Nacional de Águas \(ANA\)](#)

Em reconhecimento ao seu programa Cultivando Água Boa, Itaipu Binacional foi premiada na categoria "Empresas" da edição 2010 do Prêmio ANA, o mais importante no Brasil na área de cuidados com as águas. Em 2010, o prêmio bateu recorde de inscrições, com 286 trabalhos registra-

CONQUISTA DE
PRÊMIOS NACIONAIS
E INTERNACIONAIS EM
RECONHECIMENTO ÀS
AÇÕES E PROGRAMAS
SOCIAIS E AMBIENTAIS.

dos por empresas públicas e privadas, órgãos de Governo e organizações não-governamentais (ONG) de todas as regiões do país.

[Prêmio Chico Mendes | Instituto Chico Mendes](#)

O programa Cultivando Água Boa também rendeu a Itaipu Binacional a edição 2010 do Prêmio Chico Mendes. A empresa foi escolhida por seu "constante esforço na conscientização ambiental sustentável, diminuindo cada vez mais o impacto ambiental, e seu comprometimento na preservação do meio ambiente, sem agredir a natureza ou causar danos maiores, o que significa a continuidade do 'pensar e agir ecologicamente', com total harmonia entre Empresa, Homem e a Natureza".

[Clean Tech & New Energy Awards 2010 | The New Economy](#)

A Itaipu Binacional foi eleita "Melhor Companhia de Energia Limpa" da América do Sul na edição 2010 pela revista britânica *The New Economy*. Projetos como o Cultivando Água Boa, a Plataforma de Energias Renováveis, o Veículo Elétrico e o Parque Tecnológico Itaipu foram mencionados como exemplos de iniciativas de sucesso. O Condomínio de Energias Renováveis da Agricultura Familiar e a implantação dos biodigestores também receberam destaque.

[Prêmio Ozires Silva de Empreendedorismo Sustentável | Fundação Getúlio Vargas](#)

A Itaipu Binacional venceu a categoria "Empresa Social ou Cívica de Médio Porte" da edição 2010 do Prêmio Ozires Silva, promovido pela Fundação Getúlio Vargas em parceria com a Rede Paranaense de Comunicação.

A premiação foi um reconhecimento às ações de apoio ao empreendedorismo sustentável desenvolvidas pelo Parque Tecnológico Itaipu, em parceria com o Centro Internacional de Hidroinformática e com a Itaipu Binacional, por meio do programa Cultivando Água Boa.

[Prêmio ACRJ de Sustentabilidade | Associação Comercial do Rio de Janeiro \(ACRJ\)](#)

A Eletrobras Eletronuclear foi a vencedora do prêmio promovido pela ACRJ para destacar iniciativas empresariais positivas, no estado em que atua, na área de sustentabilidade.

[Prêmio Líder Nacional de Responsabilidade Ambiental](#)

O presidente da Eletrobras Eletronuclear, Almirante Othon Luiz Pinheiro da Silva, recebeu no dia 18 de março de 2010, em São Paulo, o prêmio Líder Nacional de Responsabilidade Ambiental, promovido pela Associação dos Dirigentes de Vendas e *Marketing* do Brasil (ADVB).



CONTEXTO

A TRADIÇÃO DE QUEM JÁ FEZ HISTÓRIA, ALIADA À DETERMINAÇÃO DE SER SEMPRE JOVEM. DESDE 2008, AS EMPRESAS ELETROBRAS INICIARAM UM PROFUNDO PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO.

Com respeito à trajetória e às peculiaridades de cada uma, mudaram para se tornar mais integradas, rentáveis e competitivas. Neste capítulo, o histórico da mudança.

4. Contexto

O novo Modelo Institucional do Setor Elétrico Brasileiro, implantado com a promulgação da Constituição brasileira de 1988, provocou profundas mudanças no funcionamento dos diversos agentes setoriais. A regulamentação veio a partir de 1995, ano em que o Congresso Nacional aprovou a Lei Geral de Concessões (Lei 8.987), estabelecendo as regras para a licitação das concessões em vários segmentos de infraestrutura, inclusive no setor elétrico. Iniciou-se então um processo de privatização de empresas de energia, com o objetivo de transferir ao setor privado a tarefa de promover os investimentos necessários

à expansão da capacidade instalada no país. Era o fim do predomínio do Estado na indústria de energia elétrica, que se iniciara nos anos 1950.

Todavia as reformas introduzidas não foram suficientes para evitar o racionamento de energia em 2001, sendo a falta de investimento público decisiva para isso. Em dezembro de 2003, o Governo editou a Medida Provisória nº 144, transformada na Lei 10.848, de março de 2004, que implementou o novo modelo institucional do setor elétrico. Uma das principais mudanças introduzidas concernia à forma

de comercialização da energia: os leilões passaram a ser realizados após a concessão da licença ambiental e com garantia de contrato de venda para as distribuidoras (*Power Purchase Agreement*), além de serem orientados pelo princípio da menor tarifa, isto é, vence quem cobrar menos pela energia. O setor de geração continuava sendo tratado como competitivo, porém passava a ter uma “competição orientada”.

Paralelamente, para a execução do modelo, foram alteradas algumas atribuições dos órgãos existentes, e criados novos agentes institucionais.

Linha do tempo da transformação [GRI 4.8]

Maio de 2008

- Diretoria única das distribuidoras.
- Reestruturação dos conselhos de administração das distribuidoras.

Abril de 2008

- Alteração do estatuto que determina análise e aprovação da Eletrobras na participação em consórcios e Sociedades de Propósito Específico (SPE).
- Lei 11.651 autoriza a Eletrobras a participar em SPE como acionista majoritário, e a realizar investimentos no exterior.

Julho de 2008

- Superintendência de Operações no Exterior.
- Comitê Gestor da Transformação da Eletrobras (CGTE).

Outubro de 2008

- Diretrizes para Melhores Práticas em Governança Corporativa.

Novembro de 2008

- Captação de Recursos preferencialmente pela *holding*.

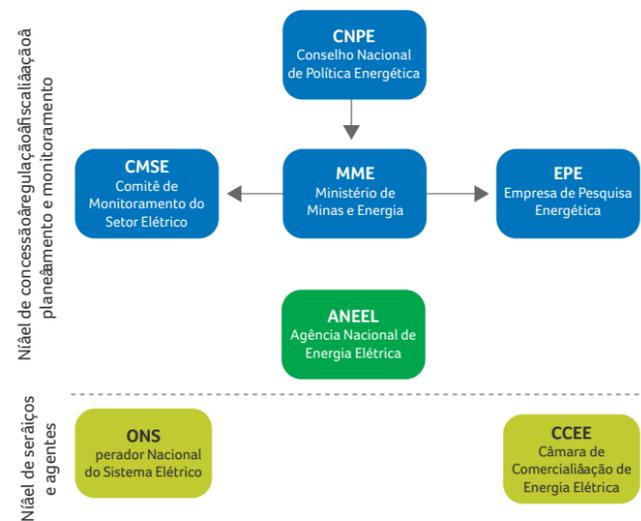
Dezembro de 2008

- Programa de Ações Estratégicas do Sistema Eletrobras (PAE) 2009-2012.

Criada em 1962 com a missão de coordenar e planejar o setor, a Centrais Elétricas Brasileiras S.A., Eletrobras, também sofreu fortes mudanças, o que acarretou certa crise de vocação pelas sucessivas perdas dos papéis que desempenhava. Na década de 1990, a coordenação e a operação foram transferidas para o Operador Nacional do Sistema (ONS), formado por membros de sua extinta Diretoria de Operação.

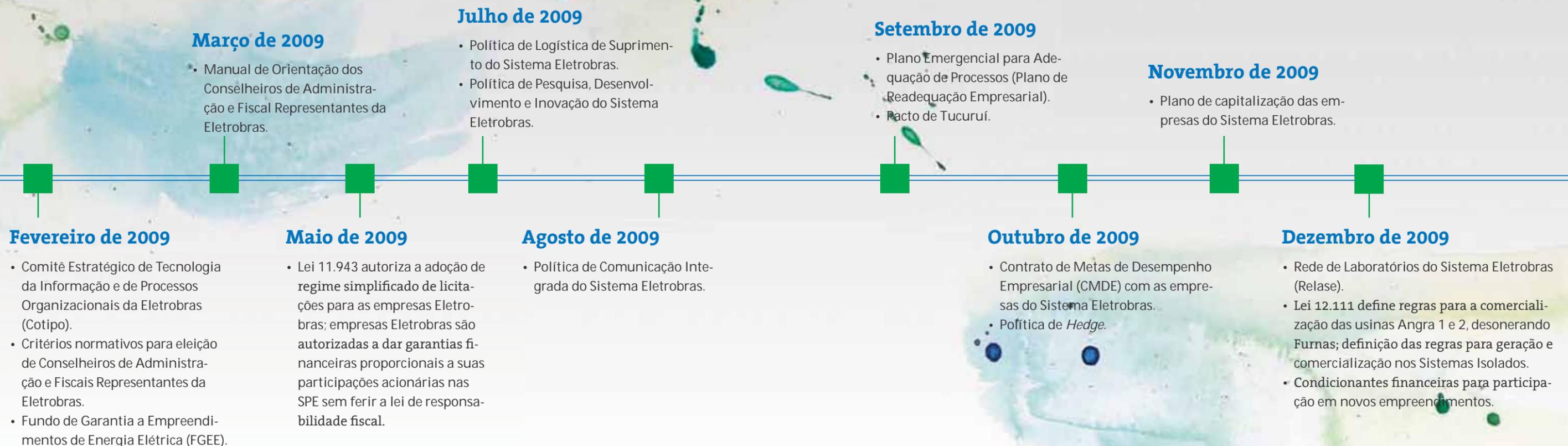
Em 2004, o planejamento centralizado foi transferido para a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME) [GRI 2.1].

NOVO MODELO DO SETOR ELÉTRICO: PRINCIPAIS INSTITUIÇÕES



O ano de 2004 também foi portador de boas notícias. As empresas do Sistema Eletrobras que haviam sido colocadas na lista de privatizações foram excluídas pelo Governo do Programa Nacional de Desestatização. A Eletrobras começaria, a partir de então, a resgatar seu papel de líder de mercado e sua vocação empresarial. Para tanto, era preciso incorporar as melhores práticas internacionais de gestão de negócios de energia, a fim de que o Sistema Eletrobras aproveitasse as oportunidades de mercado e cumprisse seu destino como um dos maiores sistemas globais de energia limpa.

Em 2008, o MME definiu quatro grandes diretrizes para o fortalecimento do sistema, que se transformaram no Plano de Transformação e Fortalecimento do Sistema Eletrobras.



PLANO DE TRANSFORMAÇÃO E FORTALECIMENTO DO SISTEMA ELETROBRAS: VETORES DE ATUAÇÃO



A organização do Plano de Transformação é resultado do trabalho desenvolvido desde 2008 pela recém-empossada Diretoria Executiva da Eletrobras e dirigentes das empresas do sistema. Trata-se de um conjunto de 57 projetos ou ações, distribuídos entre os quatro vetores de atuação definidos pelo MME, com o objetivo de inaugurar uma nova visão de futuro, alinhada ao novo ambiente institucional do setor elétrico brasileiro, com foco na eficiência empresarial e na geração de valor para as diversas partes interessadas.

Ao final de 2010, 31 dos 57 projetos haviam sido concluídos; seis estavam bem próximos de sua conclusão; e 20 estavam em andamento, com elevados índices de progresso.

O PLANO DE TRANSFORMAÇÃO DA ELETROBRAS TRADUZIU-SE EM UM CONJUNTO DE 57 PROJETOS, DOS QUAIS, EM 2010, 31 JÁ ESTAVAM CONCLUÍDOS E SEIS PRÓXIMOS À CONCLUSÃO.

Janeiro de 2010

- Universidade Corporativa do Sistema Eletrobras (Unise) inicia suas operações.
- Primeira seleção pública nacional do Programa de Cultura Eletrobras.
- Política Ambiental das Empresas Eletrobras

Junho de 2010

- Código de Ética Único das Empresas Eletrobras.
- Política de Recursos Hídricos do Sistema Eletrobras.

Agosto de 2010

• Pacto de Furnas.

Dezembro de 2010

- Primeira Pesquisa de Clima Organizacional Unificada.
- Plano de Carreira e Remuneração do Sistema Eletrobras (PCR).
- Sistema de Gestão do Desempenho do Sistema Eletrobras (SGD).
- Lei 12.353 propõe introdução de representante dos empregados no Conselho de Administração.
- Lei 12.375 extingue exigência de decreto presidencial para mudanças estatutárias.
- Lei 12.377 exclui Eletrobras do cálculo do superávit primário.
- Resolução nº 3 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR) institui a avaliação formal de desempenho da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração.
- Política de Gestão de Riscos das empresas Eletrobras.

Março de 2010

- Política de Eficiência Energética do Sistema Eletrobras.
- Plano Estratégico do Sistema Eletrobras 2010-2020.
- Lançamento da nova marca da Eletrobras.
- Política Integrada de Tecnologia da Informação, Automação e Telecomunicação.

Julho de 2010

- Adequação à Lei de Controles Internos Sarbanes-Oxley.
- Política de Gestão de Pessoas.

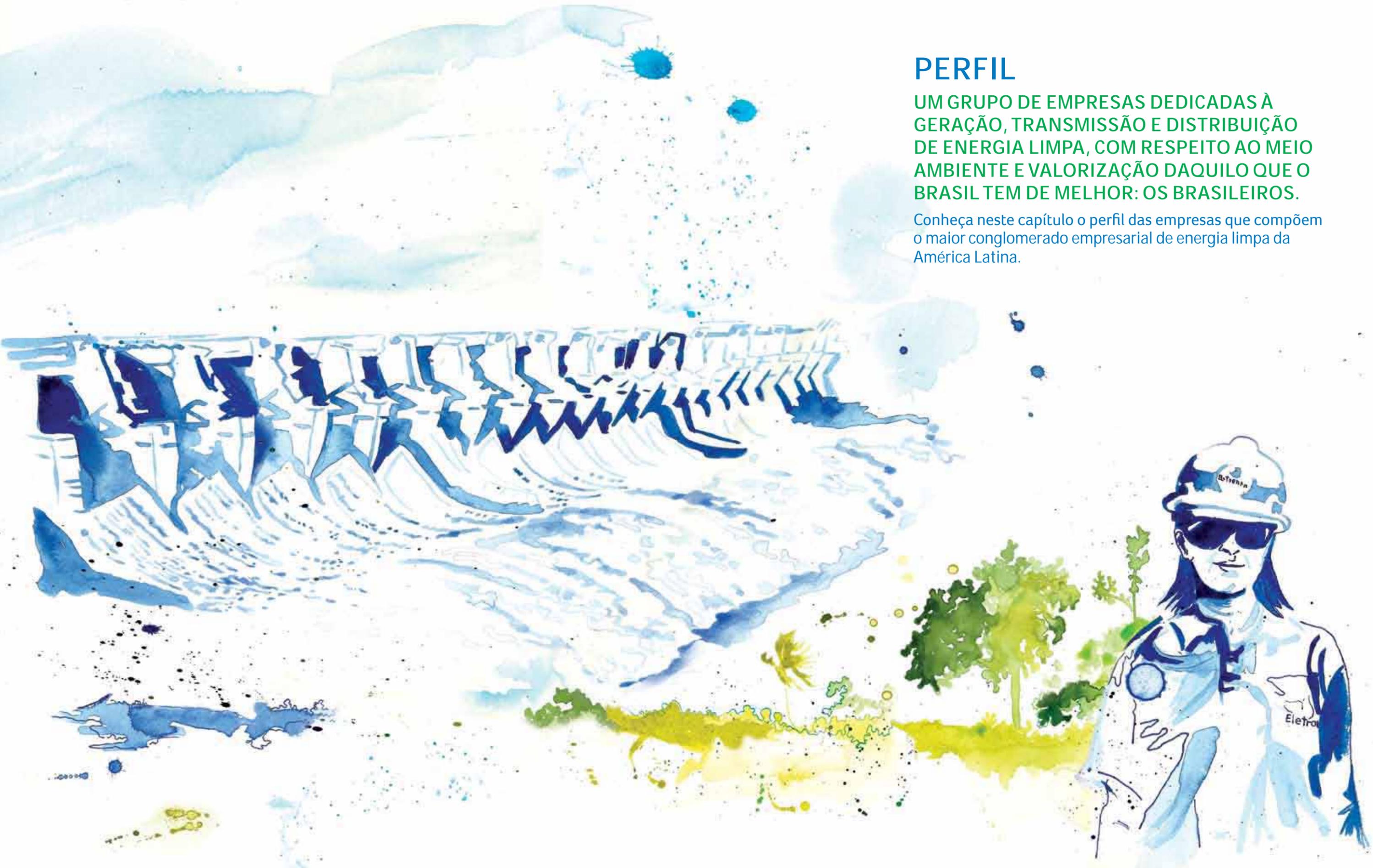
Setembro de 2010

- Política de Sustentabilidade das empresas Eletrobras.
- Política de Patrocínios das empresas Eletrobras.

PERFIL

UM GRUPO DE EMPRESAS DEDICADAS À GERAÇÃO, TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA LIMPA, COM RESPEITO AO MEIO AMBIENTE E VALORIZAÇÃO DAQUILO QUE O BRASIL TEM DE MELHOR: OS BRASILEIROS.

Conheça neste capítulo o perfil das empresas que compõem o maior conglomerado empresarial de energia limpa da América Latina.



5. Perfil [GRI 2.4, 2.5, 2.6, 2.8, 2.9, 3.4, 3.6 e 3.7]

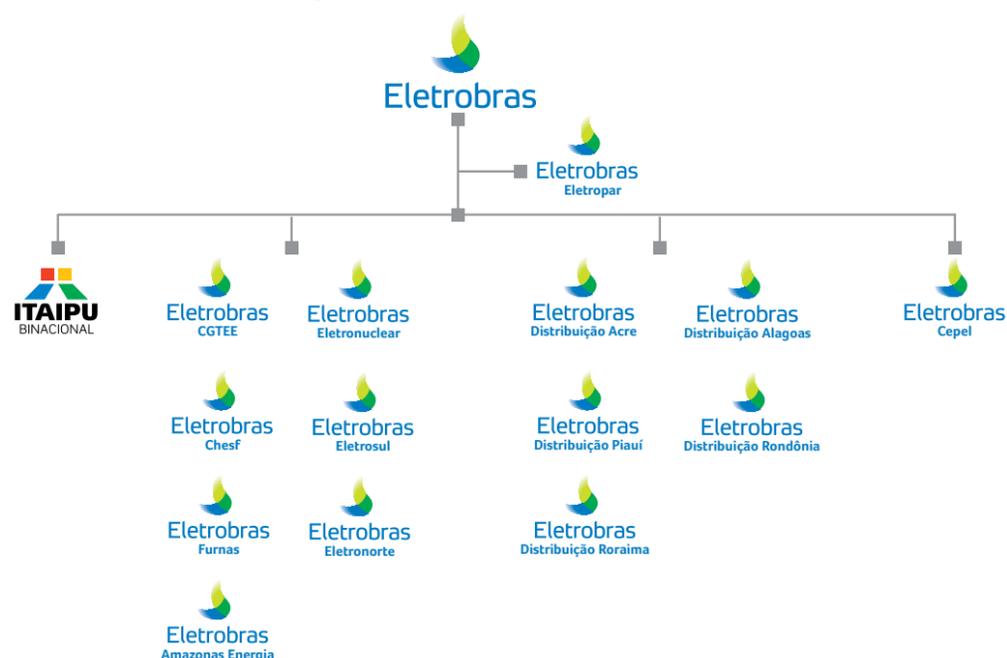
O Sistema Eletrobras é o maior conglomerado empresarial de energia limpa¹ da América Latina, composto por 16 empresas nos segmentos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, além de um centro de pesquisas e uma empresa de participações, e ainda Itaipu Binacional – em seu conjunto, o sistema empregou em 2010 mais de 28.450 funcionários, responsáveis por um lucro de R\$ 2.247 milhões. Sua administração é realizada pela *holding* Centrais Elétricas Brasileiras, a Eletrobras, sociedade de economia mista de capital aberto, com ações negociadas nas bolsas de valores de São Paulo, Nova Iorque e Madrid (Latibex). A Eletrobras tem sede em Brasília e escritório central no Rio de Janeiro, além de escritórios de representações em Lima, no Peru; Montevidéu, no Uruguai; e Cidade do Panamá, no Panamá.

Por definição estratégica, o sistema exerce simultaneamente as funções empresarial e de Governo.

MAIOR CONGLOMERADO DE ENERGIA LIMPA DA AMÉRICA LATINA, O SISTEMA ELETROBRAS É COMPOSTO DE 16 EMPRESAS DE GERAÇÃO, TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA.

5.1. Função empresarial [GRI 2.2, 2.3 e 2.7]

SISTEMA ELETROBRAS: FUNÇÃO EMPRESARIAL



¹O conceito de energia limpa adotado pela Eletrobras representa a energia elétrica produzida com baixa emissão de carbono.

5.1.1. Geração

Na condição de *holding*, a Eletrobras controla grande parte dos sistemas de geração e transmissão de energia elétrica do Brasil, por intermédio de seis subsidiárias: Eletrobras CGTEE, Eletrobras Chesf, Eletrobras Eletronorte, Eletrobras Eletrosul, Eletrobras Furnas e Eletrobras Eletronuclear. Além de principal acionista dessas empresas, ela detém, em nome do Governo brasileiro, metade do capital de Itaipu Binacional.

A capacidade instalada do Sistema Eletrobras, incluídas a metade de Itaipu Binacional e as usinas em parceria, é de 42.080 MW, o que corresponde a 37% da capacidade instalada no país.

Capacidade instalada, por fonte geradora (MW) e tipo de propriedade [GRI EU1]

PROPRIEDADE	HÍDRICA	CARVÃO	ÓLEO *	NUCLEAR	TOTAL
Integral	26.415	840	3648	1.990	32.893
Itaipu Binacional (50%)	7.000	---	---	---	7.000
Compartilhada	1.487	---	---	---	1.487
Sociedades de Propósito Específico (SPE)	689	---	11	---	700
TOTAL	35.591	840	3.659	1.990	42.080

* As usinas bicombustível (óleo diesel e gás natural), atualmente operando com óleo diesel, estão contabilizadas nessa fonte.

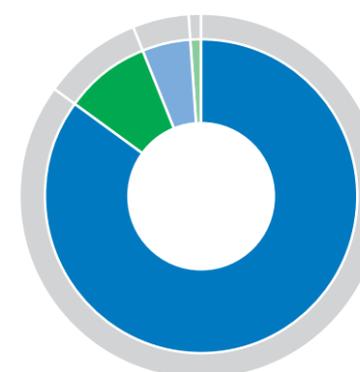
Energia líquida gerada, por fonte * (MWh) [GRI EU2]

FORTE	GERAÇÃO)
Carvão	612.516
Óleo	3.955.528
Urânio	14.543.807
Gás natural	5.593
Hídrica	165.727.538
TOTAL	184.844.982

* Foram consideradas as seguintes empresas Eletrobras: CGTEE, Chesf, Eletronorte, Eletronuclear, Furnas, Itaipu Binacional e as usinas dos Sistemas Isolados registradas no Banco de Informações de Geração (BIG) da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Furnas considerou as usinas de Serra da Mesa e Manso, nas quais tem participação de 48,6% e 70%, respectivamente.

CAPACIDADE INSTALADA, POR FONTE *



- 85% :: Hidrelétrica
- 9% :: Petróleo
- 5% :: Nuclear
- 1% :: Carvão

* Incluindo-se a parte nacional de Itaipu (7.000 MW).

A produção de energia do Sistema Eletrobras é predominantemente limpa, sendo que 85% da capacidade instalada provém da hidroeletricidade e 5% da energia nuclear. Apenas 9% são provenientes de petróleo; e 1%, de carvão.

O parque gerador do Sistema Eletrobras é composto por 146 usinas, incluindo as parcerias, com 36 hidrelétricas, inclusive Itaipu, e 110 térmicas, das quais duas são termonucleares.

PARQUE GERADOR: LOCALIZAÇÃO DAS USINAS*



Energia líquida gerada, por fonte* (MWh) [GRI EU2]

FONTE	GERAÇÃO
Carvão	612.516
Óleo	3.955.528
Urânio	14.543.807
Gás natural	5.593
Hídrica	165.727.538
TOTAL	184.844.982

* Foram consideradas as seguintes empresas Eletrobras: Chesf, CGTEE, Eletronorte, Eletronuclear, Furnas, Itaipu Binacional e as usinas dos Sistemas Isolados registradas no Banco de Informações de Geração (BIG) da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), para as quais foi feita estimativa da geração pelo fator de capacidade e capacidade instalada. Furnas considerou as usinas de Serra da Mesa e Manso, nas quais tem participação de 48,6% e 70%, respectivamente.

Eficiência média de geração das termelétricas, por fonte de energia (%) [GRI EU11]

FONTE	EFICIÊNCIA MÉDIA
Carvão	19,3
Gás natural	30,5
Urânio	35,3
Óleo	31,1

FATOR DE DISPONIBILIDADE MÉDIA DAS USINAS (%) [GRI EU30]

FONTE	FATOR
CARVÃO	17,2
ÓLEO	40,8
URÂNIO	84,5
GÁS NATURAL	83,0
HÍDRICA	92,3

Foram consideradas as seguintes empresas Eletrobras: Chesf, CGTEE, Eletronorte, Eletronuclear, Furnas e Itaipu Binacional. Furnas considerou as usinas de Serra da Mesa e Manso, nas quais tem participação de 48,6% e 70%, respectivamente.

5.1.2. Transmissão

No negócio de transmissão, as empresas do Sistema Eletrobras possuem 247 subestações e 60.386,27 km de linhas de transmissão, dos quais 35.789,50 km são de linhas com tensão acima de 230 kV. As linhas do Sistema Eletrobras correspondem a 57% do total que corta o Brasil.

No atendimento ao consumo pela geração, ocorrem perdas elétricas na rede de transmissão que são medidas pela diferença direta entre o que é gerado ou importado por uma área menos o que é exportado pela área para as demais áreas do sistema.

As perdas na transmissão são levadas em consideração na fase de planejamento do projeto. Quando da concessão, a empresa transmissora proprietária

responsável pela implantação do empreendimento não pode alterar o projeto, e conseqüentemente não tem controle sobre o índice de perdas no sistema de transmissão.

Por esse motivo, até 2009 não existia uma metodologia única entre as empresas Eletrobras para o cálculo do índice de perdas, sendo estas informadas de forma individual por empresa, e impossibilitando o estabelecimento de um índice médio para o Sistema Eletrobras.

Em 2010 foi estabelecida, sob coordenação da Eletrobras, uma metodologia unificada para estimativa das perdas elétricas na transmissão, baseada em cálculos elétricos utilizando-se casos de fluxo de potência, definindo assim o índice de 2,25% de perdas na transmissão [GRI EU12].

SISTEMA ELETROBRAS: LINHAS DE TRANSMISSÃO



Extensão das linhas de transmissão (km), por faixa de tensão (kV) [GRI EU4]

TENSÃO	EXTENSÃO
750	2.698,00
600	1.612,00
500/525	17.028,43
345	6.321,30
230	26.129,77
Subtotal	53.789,50
Entre 230 e 69	6.596,77
TOTAL	60.386,27

Extensão das linhas de transmissão (km), segundo sua localização

LOCALIZAÇÃO	EXTENSÃO
Aéreas	60.380,29
Subterrâneas	5,98
TOTAL	60.386,27

As empresas do Sistema Eletrobras possuem ainda quatro interligações de médio e grande porte com outros países da América do Sul.

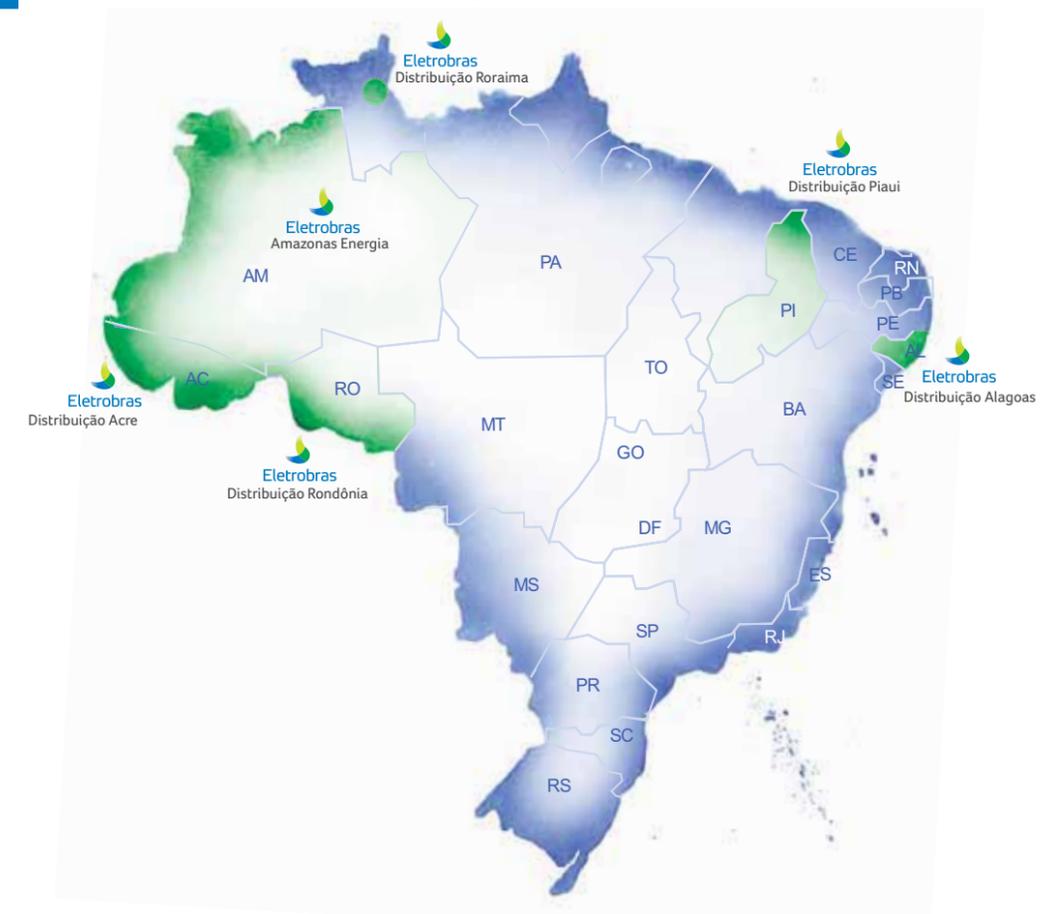
PAÍS	TENSÃO	INTERLIGAÇÕES INTERNACIONAIS
Paraguai	500 kV	Quatro linhas interligam a Usina de Itaipu às Subestações da Margem Direita (Paraguai) e de Foz do Iguazu (Brasil).
Uruguai	230 kV	A linha interliga a Estação Conversora de Frequência de Rivera (Uruguai) e a Subestação de Livramento (Brasil)
Argentina	132 kV	A linha interliga Ciudad de Paso de Los Libres (Argentina) e a Estação Conversora de Frequência Uruguiana (Brasil)
Venezuela	230 kV	A linha interliga Ciudad de Santa Elena (Venezuela) e o município de Boa Vista (Brasil)

5.1.3. Distribuição

No negócio de distribuição, as atividades do Sistema Eletrobras estão concentradas nas regiões Norte e Nordeste, por meio das empresas: Eletrobras Amazonas Energia, Eletrobras Distribuição Acre, Eletrobras Distribuição Alagoas, Eletrobras Distribuição Piauí, Eletrobras Distribuição Rondônia e Eletrobras Distribuição Roraima.

Somadas, as empresas de distribuição Eletrobras comercializaram 12,78 GWh de energia elétrica para 3,29 milhões de clientes em 463 municípios, sendo 40% consumidores de baixa renda.

EMPRESAS ELETROBRAS DE DISTRIBUIÇÃO



Distribuição de energia MW, crescimento e participação, comparado ao mercado nacional

EMPRESAS	2010	2009	CRESCIMENTO	PARTICIPAÇÃO
Sistema Eletrobras	12.782	11.426	11,9%	3,1%
Brasil	419.016	388.204	7,9%	100%

Atendimento a clientes de distribuição de energia

	2010	2009
Consumidores atendidos	3.292.599	3.124.017
Municípios atendidos	463	464
Agências e Postos de Atendimento	351	348
Postos de Atendimento	162	131
Atendimentos realizados (agências e postos)	2.750	2.388
Ligações atendidas (Centrais de Teletendimento - CTA)	4.237.033	4.141.506

Sistemas Isolados

Os Sistemas Isolados Brasileiros, predominantemente térmicos e majoritariamente localizados e dispersos na região Norte, atendem a uma área de 45% do território e a cerca de 3% da população nacional, ou seja, aproximadamente 1,2 milhão de consumidores. Eles estão localizados no interior dos estados da região e em suas capitais, com exceção de Belém. Os Sistemas Isolados do interior caracterizam-se basicamente pelo grande número de pequenas unidades geradoras a óleo diesel, e pela grande dificuldade de logística de abastecimento.

5.1.4. Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D+I)

O Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel) é o executor central de programas e projetos de P&D+I para o Sistema Eletrobras. Ele conta com um conjunto de 30 laboratórios, utilizados para apoio à condução de projetos e realização de ensaios de tipo e desenvolvimento de produtos, análises periciais e de conformidade para certificação.

As empresas Eletrobras também possuem uma diversificada estrutura de P&D+I, contando com o apoio de uma ampla rede de laboratórios, incluindo o Cepel, além de parcerias com entidades de ensino e pesquisa de diversas regiões do país.

5.1.5. Participações

A Eletrobras Participações (Eletropar) é uma empresa de capital aberto cujo principal objeto social é a participação no capital de empresas do setor elétrico. Além disso, as empresas Eletrobras têm participação direta e indireta em empresas de energia e Sociedades de Propósito Específico (SPE) voltadas para empreendimentos de geração e transmissão.

5.2. Função de Governo

Na função de Governo, em nome de seu acionista majoritário, a Eletrobras gerencia programas e fundos setoriais de interesse social e para o desenvolvimento do país, na área de energia elétrica. Ela é responsável por garantir que se cumpram critérios de viabilidade e padrões de equilíbrio econômico-financeiro nos empreendimentos associados.

A atuação do Sistema Eletrobras junto aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário é feita pela Assessoria de Relações Institucionais e Parlamentares, ligada à presidência da *holding*. [GRI SO5]

SISTEMA ELETROBRAS: FUNÇÃO DE GOVERNO





5.2.1. Programas de Governo

Luz para Todos [GRI EU23]

O Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – Luz para Todos visa proporcionar, até 2011, o atendimento de energia elétrica à população do meio rural brasileiro ainda sem acesso a esse serviço público. As atribuições da Eletrobras em sua operacionalização são: análise técnico-orçamentária; gerenciamento dos programas dos agentes executores; fiscalização das obras; liberação de recursos financeiros da Reserva Global de Reversão (RGR) e da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel)

O objetivo do Procel é promover o uso eficiente e o combate ao desperdício de energia elétrica. Os benefícios gerados pelo programa podem ser contabilizados tanto pela economia de energia quanto pelos inves-



timentos evitados na expansão do setor, os quais se revertem em benefícios para a sociedade. A Eletrobras, na função de Secretaria Executiva do Procel, é a responsável pelo planejamento e execução das ações do programa, fornecendo suporte técnico e financeiro para seu funcionamento. O Procel utiliza recursos da Eletrobras e da RGR, além de recursos de entidades internacionais. Ações de P&D+I destinadas à eficiência energética são também apoiadas pelo Procel.

Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (Proinfa)

O Proinfa busca diversificar a matriz energética brasileira, apoiando empreendimentos em energia eólica, biomassa e pequenas centrais hidrelétricas, além do aproveitamento de fontes energéticas locais. O programa é executado pela Eletrobras, com recursos originários do rateio entre todas as classes de consumidores finais atendidas pelo Sistema Interligado Nacional (SIN), com exceção dos consumidores de baixa renda.

5.2.2. Fundos setoriais

Conta de Consumo de Combustíveis (CCC)

A CCC tem a finalidade de reembolsar às distribuidoras o gasto com produção de energia para os Sistemas Isolados, o que inclui o combustível usado na geração termelétrica, os custos de compra de energia adicional, de geração própria e de encargos e impostos pagos pelas distribuidoras. Sua receita é proveniente do recolhimento de cotas pelas empresas distribuidoras, permissionárias e transmissoras de

todo o país, na proporção e em valores determinados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), repassadas a todos os consumidores de energia elétrica, exceto os de baixa renda.

Reserva Global Reversão (RGR)

A RGR foi criada com a finalidade de prover recursos para os casos de reversão e encampação de serviços de energia elétrica. Enquanto não utilizados para os fins a que se destinam, os recursos são aplicados na concessão de financiamentos destinados à expansão do setor elétrico brasileiro e à melhoria dos serviços de energia elétrica, como a revitalização de parques térmicos e a aquisição de medidores e telecomandos para subestações. Eles também são utilizados em programas de Governo, como o Luz para Todos e o Procel. Em 2010, a cobrança das quotas da RGR foi prorrogada até o final do exercício de 2035.

Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

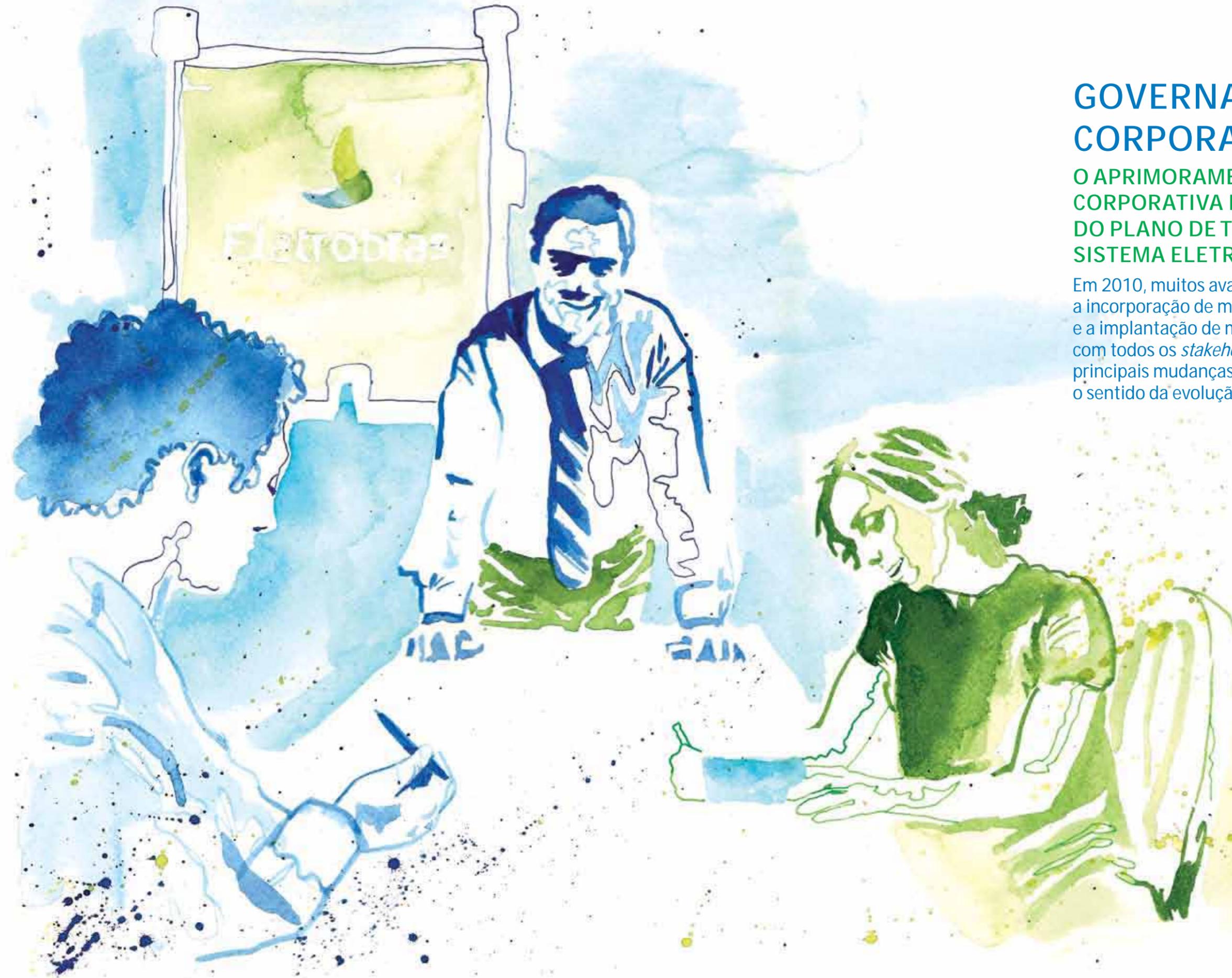
A CDE destina-se a promover o desenvolvimento energético dos estados, a projetos de universalização dos serviços de energia elétrica, ao programa de subvenção aos consumidores de baixa renda e à expansão da malha de gás natural para o atendimento dos estados que ainda não possuem rede canalizada. Ela também é utilizada para garantir a competitividade da energia produzida a partir de fontes alternativas (eólica, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa) e do carvão mineral nacional. Criada em 26 de abril de 2002, a CDE tem duração prevista de 25 anos e é gerida pela Eletrobras, cumprindo programação determinada pelo MME.

A RESERVA GLOBAL DE REVERSÃO (RGR) TEM SEUS RECURSOS APLICADOS NA EXPANSÃO E MELHORIA DO SETOR ELÉTRICO E EM PROGRAMAS COMO O LUZ PARA TODOS E O PROCEL.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

O APRIMORAMENTO DA GOVERNANÇA CORPORATIVA É UMA DAS BASES DO PLANO DE TRANSFORMAÇÃO DO SISTEMA ELETROBRAS.

Em 2010, muitos avanços foram concretizados, com a incorporação de melhores práticas de governança e a implantação de melhorias no relacionamento com todos os *stakeholders*. Este capítulo destaca as principais mudanças, os compromissos fortalecidos e o sentido da evolução que não para.



6. Governança Corporativa

A evolução da governança corporativa é um dos alicerces do Plano de Transformação e Fortalecimento do Sistema Eletrobras, e a *holding* vem atuando para aprimorar instrumentos de gestão de suas subsidiárias, de forma a assegurar, por um lado, credibilidade junto ao mercado e, por outro, os melhores resultados para as diversas partes interessadas. Em 2006, a Eletrobras aderiu ao Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBovespa e, no ano seguinte, passou a integrar a carteira de seu Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). Na bolsa de Nova Iorque, negocia ADRs Nível 2.

Desde 2008, muitos avanços vêm sendo promovidos internamente, com o objetivo de trazer para o âmbito da *holding* decisões estratégicas de negócios que, antes, eram tomadas isoladamente nas controladas. Questões como tomadas de empréstimos e participações em leilões e consórcios passaram para a esfera de decisão da *holding*, levando em conta o interesse do Sistema Eletrobras como um todo. Iniciativas implementadas em 2010 foram fundamentais para consolidar as alterações estatutárias necessárias à consecução das metas de aperfeiçoamento da governança corporativa.

Melhores práticas de governança também vêm sendo continuamente incorporadas. Dentre aquelas já adotadas, podemos citar: definição de critérios normativos para a escolha de representantes da Eletrobras em conselhos de administração e fiscal de suas subsidiárias e em empresas nas quais possua representação nesses órgãos; elaboração de manuais de orientação para conselheiros fiscais e de administração representantes da Eletrobras e do Código das Práticas de Governança Corporativa da Eletrobras, que consolida em um único documento as práticas e princípios contemplados em diversos estatutos, regimentos, políticas, Código de Ética, normas e procedimentos.

Em dezembro de 2010, o Presidente da República sancionou a Lei 12.375, que extingue a necessidade

de decreto presidencial específico para aprovação de mudanças estatutárias da Eletrobras. Agora, as alterações seguem apenas o curso interno de apreciação pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração e aprovação pela Assembleia Geral Extraordinária, como qualquer empresa sujeita à lei das Sociedades Anônimas.

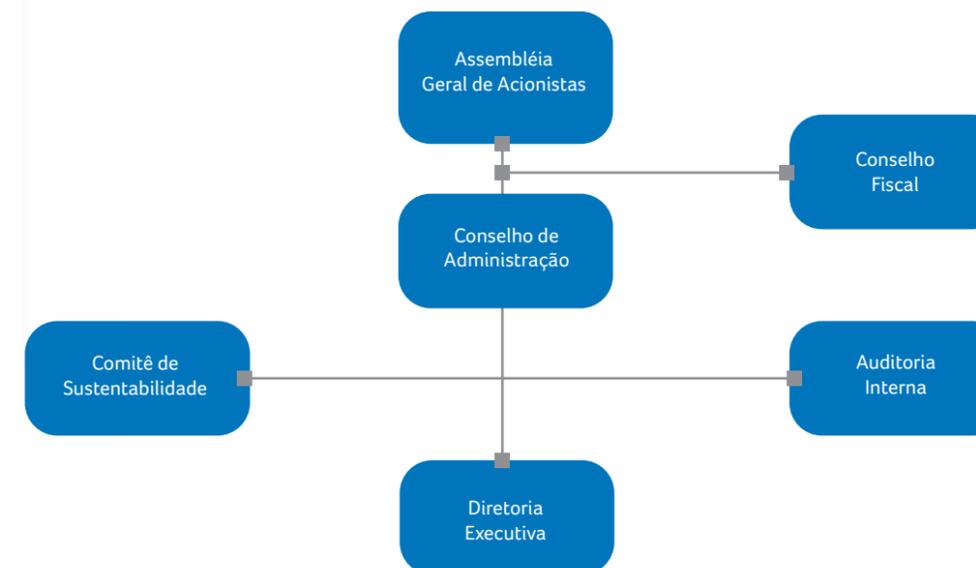
Outro avanço importante veio com a publicação da Lei 12.377, com a qual o Congresso Nacional aprovou a retirada da Eletrobras do rol de empresas que compõem o cálculo do superávit primário, esforço fiscal do Governo para o pagamento de suas dívidas, que impediam a ampliação de investimentos.

No final de 2010, a Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR) publicou a Resolução nº 3 determinando a adoção da avaliação formal de desempenho do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva. Isto subsidiará o início do processo na Eletrobras.

6.1. Estrutura de governança [GRI 4.1]

A governança corporativa nas empresas do Sistema Eletrobras é exercida por uma estrutura formal, composta pelos Conselhos de Administração e Fiscal, além das diretorias. No caso da *holding*, os principais órgãos de governança formalmente constituídos e com atuação regular estão ilustrados abaixo.

MODELO DE GOVERNANÇA



Composição dos órgãos de governança * [GRI LA13]

	HOLDING	EMPRESAS
Homens	15	105
Mulheres	2	11
< 30 anos	0	2
30 – 50 anos	5	37
> 50 anos	12	77

* Incluindo-se os conselhos de Administração e Fiscal e as diretorias das empresas Eletrobras

Assembleia Geral de Acionistas

A Assembleia Geral é o órgão máximo de governança da Eletrobras. Ocorre ordinariamente até o final do quarto mês seguinte ao término do exercício social, para tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; eleger os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. As deliberações são tomadas por maioria de votos, sendo o voto de cada representante de acionista proporcional a sua participação acionária no capital da companhia. A representação da União nas Assembleias Gerais é feita em conformidade com a legislação federal específica.

Conselho de Administração [GRI 4.2, 4.3, 4.5, 4.6 e 4.7]

O Conselho de Administração da Eletrobras é um órgão colegiado com funções deliberativas, eleito pela Assembleia Geral dos Acionistas. O conselho é integrado por até dez membros, oito dos quais são indicados pelo acionista majoritário; um pelos acionistas minoritários ordinários; e outro – através de votação em separado, excluído o acionista controlador – pelos minoritários preferencialistas que representem no mínimo 10% do capital social da companhia.

Em 2010, a composição final do Conselho de Administração foi de oito integrantes, dentre os quais uma mulher e dois conselheiros independentes. A vaga

pertencente ao acionista minoritário preferencialista não foi preenchida, devido ao não-atendimento aos requisitos estabelecidos no Estatuto Social, enquanto uma das vagas do acionista majoritário permaneceu desocupada após a saída de um conselheiro. O processo de indicação dos membros dá-se mediante a escolha de executivos de notório conhecimento no setor elétrico, em administração pública, no mercado financeiro e de capitais, com reputação ilibada e idoneidade moral.

Participação de empregados [GRI 4.4]

Em 28 de dezembro de 2010, a Presidência da República sancionou a Lei 12.353, que dispõe sobre a participação de empregados nos conselhos de administração das empresas públicas e sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas e demais empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto. O representante deve ser escolhido entre os empregados ativos, pelo voto direto de seus pares, em eleição organizada pela empresa em conjunto com as entidades sindicais que os representem.

Os conselheiros são eleitos com mandato de um ano, havendo possibilidade de reeleição. O presidente da Eletrobras faz parte do Conselho de Administração, mas não acumula o cargo de presidente deste – cargo cujo ocupante é designado pela Assembleia Geral. Em 2010, além das 12 reuniões mensais ordinárias, o Conselho de Administração realizou três reuniões extraordinárias. As deliberações são tomadas por maioria de votos, podendo o estatuto fixar matérias que devem ser aprovadas por *quorum* qualificado. Em casos de conflito de interesses, os conselheiros devem abster-se da discussão e da votação a respeito do assunto em que o conflito for constatado.

A remuneração dos conselheiros é fixada em 10% da remuneração média dos diretores da companhia, conforme estabelece a Lei 9.292, de 12 de julho de 1996, Art. 1, não havendo remuneração variável. Em 2010, o valor total da remuneração anual do Conselho de Administração foi de R\$ 322.297,50.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Márcio Pereira Zimmermann
Presidente

Arlindo Magno de Oliveira
Conselheiro independente

Virgínia Parente de Barros
Conselheira independente

José Antonio Corrêa Coimbra
José Antônio Muniz Lopes*
Lindemberg de Lima Bezerra
Luiz Soares Dulci
Wagner Bittencourt de Oliveira

** até fevereiro/2011. José da Costa Carvalho Neto a partir de fevereiro de 2011.*

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é permanente, competindo-lhe, entre outros, fiscalizar as ações dos administradores da companhia e verificar o cumprimento de seus deveres legais e estatutários. O conselho é composto por até cinco membros, e seus respectivos suplentes todos eleitos para mandatos renováveis de um ano. Três conselheiros são indicados pelo acionista majoritário; um pelos minoritários ordinaristas; e outro pelos minoritários preferencialistas. Atendendo às exigências da *Securities and Exchange Commission* (SEC), um dos membros é especialista financeiro.

O Conselho Fiscal reúne-se ordinariamente uma vez por mês, com *quorum* mínimo de três conse-

lheiros, e extraordinariamente sempre que necessário. Em 2010 foram realizadas 12 reuniões. A remuneração dos conselheiros é fixada em 10% da remuneração média dos diretores da companhia, não havendo remuneração variável. Em 2010, o valor total da remuneração do Conselho Fiscal foi de R\$ 187.600,00.

CONSELHO FISCAL

Édison Freitas de Oliveira
Presidente

Charles Carvalho Guedes
Especialista financeiro

Ana Lucia de Paiva Lorena Freitas
Danilo de Jesus Vieira Furtado

Diretoria Executiva

Em 2010, a Diretoria Executiva da Eletrobras foi composta pela Presidência e outras cinco diretorias: de Administração; Distribuição; Planejamento e Engenharia; Financeira e de Relações com Investidores; e de Tecnologia. O presidente é escolhido entre os membros do Conselho de Administração, e a ele compete presidir as Assembleias Gerais. Respeitadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração, é sua atribuição orientar a política de gestão e os negócios da empresa, contando, para tal, com o apoio da Diretoria Executiva, cujos membros são indicados pelo Conselho de Administração.

Com funções estabelecidas no Estatuto Social e realizando reuniões semanais, à Diretoria Executiva compete a direção geral da Eletrobras. Buscando evitar possíveis conflitos de interesse e utilização de informações confidenciais e estratégicas, é vedado ao presidente e aos diretores-executivos exercer funções de direção ou administração em empresas do setor elétrico que não sejam subsidiárias, controladas e concessionárias sob controle dos estados, nas quais a Eletrobras tenha participação acionária. Em 2010, os membros da Diretoria Executiva receberam a remuneração total de R\$ 4.310.745,35.

DIRETORIA EXECUTIVA

José Antonio Muniz Lopes*
Presidente

Miguel Colasuonno
Diretor de Administração

Pedro Carlos Hosken Vieira
Diretor de Distribuição

Valter Luiz Cardeal de Souza
Diretor de Planejamento e Engenharia

Armando Casado de Araújo
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

** até fevereiro/2011. José da Costa Carvalho Neto a partir de fevereiro de 2011.*

Auditoria Interna

A Auditoria Interna tem por atribuições verificar a adequação, eficiência e eficácia dos sistemas de controles internos; a observância à legislação e aos atos normativos internos e externos; bem como o cumprimento de planos, metas, objetivos e políticas definidos pela empresa. Seu Plano Anual de Atividades é submetido ao Conselho de Administração e à Controladoria Geral da União (CGU), e acompanhado pelo Conselho Fiscal.

Comitê de Sustentabilidade [GRI 4.9]

O Comitê de Sustentabilidade da Eletrobras foi reestruturado em 2010, passando a denominar-se Comitê de Sustentabilidade do Sistema Eletrobras, incorporando os coordenadores representantes das respectivas empresas, além da criação de gerências de projetos específicas por área de atuação da *holding*. Entre suas principais atribuições estão: o acompanhamento das ações de sustentabilidade das empresas do sistema; a elaboração de planos de metas e de melhorias; o planejamento e a elaboração do Relatório de Sustentabilidade; e a participação nos processos de avaliação do ISE da BM&FBOVESPA e do *Dow Jones Sustainability World Index* (DJSI) da Bolsa de Valores de Nova Iorque.

Ouvidoria

As empresas do Sistema Eletrobras são dotadas de ouvidorias que funcionam como canais permanentes de comunicação entre a alta administração e seus vários públicos. Por meio delas são recebidos diversos tipos de manifestações, incluindo denúncias, desvios éticos, reclamações, entre outros.

No caso dos acionistas, há, ainda, os canais para contato divulgados na página principal do site "Relações com Investidores" da Eletrobras; uma área para "Relações com Investidores" na seção "Fale Conosco" do Portal da Eletrobras; e um jornal com conteúdo dirigido, o "Energia em Ações". Além disso, a empresa realiza, semestralmente, reuniões na Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais - APIMECs nas regionais do país: RJ, SP, MG, DF, Sul e Nordeste.

6.2. Risco [GRI 4.11]

O modelo de gestão de riscos corporativos do Sistema Eletrobras, em implantação na *holding* e nas empresas de geração e transmissão, tem como base metodológica o COSO-ERM e a Norma ISO 31000. Com base nesse modelo, foi definida uma matriz de riscos única para todo o sistema, em que estão elencados os principais riscos aos quais as empresas estão expostas. Com a elaboração de uma política de gestão de riscos também única para todas as empresas Eletrobras, foram definidos princípios, diretrizes e responsabilidades para cada um dos envolvidos no gerenciamento de riscos.

Todo esse processo é aderente ao perfil de risco estabelecido pela alta administração e coordenado pela *holding*. Seu caráter integrado garante a visão sistêmica dos resultados e a padronização de seus processos. Como suporte a sua implantação, foram criadas nas subsidiárias estruturas operacionais (gerências de riscos e controles internos) e de governança (comitês de riscos), sob a coordenação do Comitê de Riscos da Eletrobras. Ademais, foram promovidos programas de aculturação e capacitação, com o apoio da área de Comunicação e da Unise. O aprimoramento do ambiente de controles internos foi outra medida importante para garantir a eficácia do processo de gerenciamento de riscos e, adicionalmente, para atender às exigências da Lei Sarbanes-Oxley, assim como para a manutenção do *rating* dos

American Depositary Receipt (ADRs) da Eletrobras na Bolsa de Valores de Nova Iorque.

A identificação dos riscos associados a qualquer novo empreendimento faz parte do processo de gestão de riscos. No que diz respeito à viabilidade ambiental, todos os novos empreendimentos energéticos identificam e avaliam os potenciais impactos ambientais, elaboram os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e seus respectivos Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA). Já na fase de operação, as empresas realizam monitoramento contínuo de aspectos relacionados às comunidades locais, à fauna e à flora.

A maturidade da gestão de riscos virá gradativamente, com a ampliação de sua abrangência e ênfase no viés quantitativo das análises, contribuindo para a sedimentação da visão corporativa e do monitoramento e reporte sistemáticos.

6.3. Ética

Um dos principais marcos da Governança Corporativa em 2010 foi a publicação do Código de Ética Único das Empresas Eletrobras, que veio reduzir o espaço entre possíveis ambiguidades e distorções decorrentes da livre interpretação dos princípios éticos e compromissos de conduta no relacionamento entre administradores, colaboradores e todos os *stakeholders* das empresas do Sistema Eletrobras.

Em 2009, o presidente da *holding*, junto aos presidentes das demais empresas Eletrobras, propôs o compromisso de construção coletiva de um código de ética. Como ação prioritária, a partir de fevereiro de 2010 houve seminários para os colaboradores em cada uma das empresas, a fim de colher sugestões de aproveitamento de seus respectivos códigos de ética. As comissões de ética das empresas Eletrobras formaram um grupo de trabalho que se reuniu periodicamente durante sete meses, para redigir, consolidar e validar o documento.

A minuta do código foi submetida a consulta pública restrita pelo período de um mês, através da intranet de todas as empresas. Cada uma das cerca de 300 sugestões enviadas foi analisada e respondida pelo grupo de trabalho. Em setembro de 2010, o Código de Ética foi disponibilizado na intranet e internet e, a partir de dezembro, foi iniciada a entrega de exemplares impressos a todos os colaboradores e demais

públicos de relacionamento das empresas Eletrobras. Ainda em 2010, foram publicadas versões em áudio, Braille e para visão subnormal, destinadas a portadores de deficiência visual, além de versões customizadas para fornecedores e investidores.

Conflito de interesses

Situações em que interesses particulares superpõem-se aos interesses públicos ou da coletividade configuram casos de conflito de interesse. O tema é endereçado de forma clara no Código de Ética, e denúncias sobre eventuais transgressões são tratadas pelas comissões de ética de cada empresa, que se reúnem mensalmente.

Concorrência desleal [GRI SO7]

Por se tratar de empresa prestadora de serviço de energia, bem de utilidade pública, regulado pelo governo, não há ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste ou monopólio contra as empresas do Sistema Eletrobras.

Corrupção

Mesmo estando preparada para prevenir casos de corrupção, a Eletrobras registrou seis casos relacionados ao tema em 2010. Como previsto para toda denúncia encaminhada à empresa via Ouvidoria ou Comissão de Ética, ou ainda indicada por órgãos de controle externo, como o Tribunal de Contas da União (TCU) e a CGU, todos os casos foram investigados e as medidas cabíveis foram tomadas.

RESPOSTAS A CASOS DE CORRUPÇÃO [GRI SO4]

MEDIDA	QTDE.	EMPRESA
DEMISSÃO OU PUNIÇÃO DE COLABORADORES	5	ELETROBRAS AMAZONAS ENERGIA ELETROBRAS CHESF
ROMPIMENTO OU NÃO-RENOVAÇÃO DE CONTRATOS	1	ELETROBRAS HOLDING

Discriminação [GRI HR4]

Em 2010 foram identificados seis casos de discriminação envolvendo *stakeholders* internos e/ou externos nas operações do Sistema Eletrobras. Desses, quatro encontram-se sob investigação, um foi considerado improcedente e o outro gerou um Acordo de Conduta Pessoal e Profissional (ACPP), que será monitorado por dois anos e, mediante não-reincidência, o processo será arquivado.

6.4. Engajamento de *stakeholders* [GRI 4.14, 4.15, 4.16 e 4.17]

O Plano Estratégico do Sistema Eletrobras 2010-2020 levantou um quadro geral dos *stakeholders* associa-

dos a suas empresas, e os instrumentos de gestão, em especial as políticas corporativas, têm buscado engajá-los nos processos decisórios, enfatizando o diálogo contínuo. Através desses instrumentos, o Plano de Comunicação Integrada das empresas Eletrobras definiu em 2010 mensagens-chave para cada um dos públicos prioritários, criando oportunidades de aproximação e buscando gerar motivação para o relacionamento com as empresas.

- **Acionistas e investidores:** produção do informativo "Energia em Ações"; implementação da área de Relações com Investidores no Portal da Eletrobras; realização de assembleias e *road shows*, além de apresentações na Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec).



ESTRATÉGIA

O PRIMEIRO PLANO ESTRATÉGICO DO SISTEMA ELETROBRAS FOI CONSTRUÍDO EM CONJUNTO POR PROFISSIONAIS DE TODAS AS EMPRESAS E CRIOU UM SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO A UM GRUPO ÚNICO, QUE CONGREGA A DIVERSIDADE EXISTENTE NAS EMPRESAS ELETROBRAS.

Este capítulo detalha como o Plano Estratégico do Sistema Eletrobras 2010-2020 foi construído e quais são as suas bases.

7. Estratégia [GRI 1.2]

O principal projeto que encabeçava o vetor Reorganização do Modelo de Gestão Empresarial do Plano de Transformação era a elaboração de um plano estratégico para o Sistema Eletrobras. Embora algumas de suas subsidiárias já trabalhassem com esses conceitos – e algumas, como a Eletronorte e a Eletrosul, convivessem com processos estruturados – outras nunca haviam realizado seu planejamento estratégico. O desafio era superar essa assimetria e construir uma visão corporativa, considerando os objetivos de todo o grupo de empresas, lideradas pela *holding*.

Optou-se então por um modelo de construção participativa, com o envolvimento e o compromisso de todas as empresas do sistema. Representantes das áreas de Planejamento e Gestão de cada empresa constituíram um grupo de trabalho, cuja integração e esforço em busca de convergência, ao longo de 2009, levaram ao afloramento de uma nova mentalidade: a fragmentação do passado deu lugar ao senso de pertencimento a um corpo único. Em fevereiro de 2010, o documento foi aprovado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração da Eletrobras, tendo sido também apresentado ao Ministro das Minas e Energia e ao Presidente da República. Em março, o Plano Estratégico do Sistema Eletrobras 2010-2020 foi oficialmente lançado, em uma grande

A DECLARAÇÃO DE QUE O SISTEMA ELETROBRAS QUER SE TORNAR O MAIOR SISTEMA EMPRESARIAL GLOBAL DE ENERGIA LIMPA CONSAGROU O CONCEITO DE SUSTENTABILIDADE EM SUA MISSÃO, SUA VISÃO E SEUS VALORES

videoconferência com todos os presidentes e diretores das empresas do sistema.

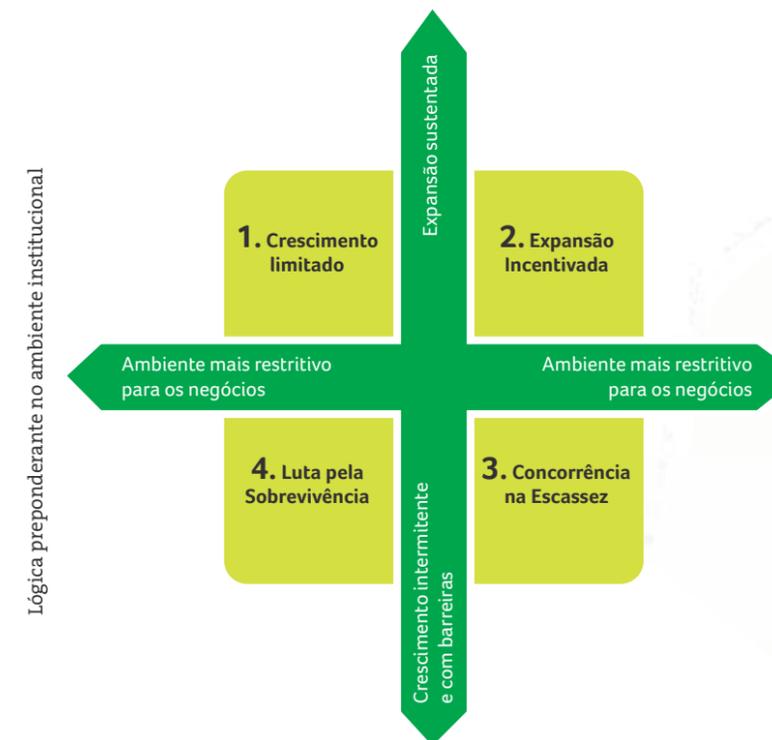
Vale a pena ressaltar que o projeto de planejamento estratégico ocorreu em paralelo ao da construção da nova arquitetura de marca, e sua apresentação ao corpo de colaboradores foi feita conjuntamente, dentro dos novos padrões de comunicação – por meio de vídeo na intranet, cartazes e totens nos locais de trabalho. Em seguida, o documento foi publicado na íntegra e disponibilizado para *download* no *site* da Eletrobras, além de ser amplamente divulgado para a imprensa e o mercado de capitais – os quais, passaram a cobrar cumprimento das estratégias e coerência com os princípios divulgados.

A declaração pública de que o Sistema Eletrobras quer se tornar, em dez anos, o maior sistema empresarial global de energia limpa, com padrão de rentabilidade compatível com as melhores empresas do setor, consagrou o conceito de sustentabilidade na missão, visão e valores do sistema, selando o compromisso de seus gestores e dirigentes com os princípios e metas declarados no documento.

7.1. Cenário de referência

Embora houvesse plena consciência, por parte da direção da companhia, da ousadia da decisão tomada, tratou-se de optar, entre os cenários alternativos identificados para atuação futura, por aquele mais favorável ao desenvolvimento dos negócios do Sistema Eletrobras: o de Expansão Incentivada. Tal orientação requer do sistema aptidão para assumir riscos, atuar competitivamente e, assim, desenvolver condições internas que respaldem essa atuação.

Dinâmica do contexto econômico, tecnológico, comercial e financeiro



Nesse cenário de expansão incentivada, o Brasil vive um momento de forte crescimento econômico, com a oferta abundante de capital a custo baixo. A demanda por energia elétrica é elevada e cresce a taxas superiores às do Produto Interno Bruto (PIB), e a regulação do setor possui regras claras e orientadas para o mercado, reduzindo as amarras institucionais impostas ao Sistema Eletrobras e criando um ambiente favorável ao empreendedorismo.

As políticas governamentais, por sua vez, mostram-se favoráveis a uma atuação mais pró ativa e independente. São quase exclusivamente de cunho estratégico as intervenções governamentais sobre o sistema, que pode assim cumprir sua função empresarial com autonomia. Por fim, as licenças ambientais vão se tornando ágeis, homogêneas e administráveis, facilitando os investimentos em novos empreendimentos.

Expansão sustentada do contexto econômico, tecnológico, comercial e financeiro	<p>Crescimento econômico brasileiro alto e sustentado, ficando em patamar acima da média mundial.</p> <p>Custo baixo e oferta abundante de capital.</p> <p>Demanda nacional de energia elétrica alta com crescimento superior ao do Produto Interno Bruto (PIB).</p> <p>Mudanças tecnológicas aceleradas, com gradual absorção pelo setor elétrico.</p>
Ambiente político-institucional favorável ao empreendedorismo	<p>Políticas governamentais que permitem alavancar o Sistema Eletrobras com o mínimo de intervenções.</p> <p>Regulação estável e com regras claras, refletindo um viés de mercado.</p> <p>Forte redução das amarras institucionais do Sistema Eletrobras.</p> <p>Licenciamento ambiental ágil e com exigências ambientais homogêneas.</p>

7.2. Oportunidades

O cenário de expansão incentivada antecipa um amplo conjunto de oportunidades, tanto para a intensificação das presentes linhas de atuação do Sistema Eletrobras, quanto para a ocupação de novos espaços.

Crescimento econômico sustentável e a elevadas taxas

Esse contexto geral insere o Sistema Eletrobras em um quadro bastante favorável ao seu desenvolvimento, proporcionando oportunidades de grande relevância e extensão, com destaque para as seguintes:

- Crescimento elevado e sustentado da demanda de energia elétrica no país;
- Perspectivas de novos investimentos em geração, transmissão e distribuição;
- Elevação das expectativas de retorno e atratividade no mercado de energia elétrica;
- Disponibilidade de recursos financeiros para investimento no Brasil a taxas inferiores aos custos de oportunidade;
- Ambiente propício ao desenvolvimento de engenharias financeiras criativas para a captação de investimentos;

- Contexto favorável à formação de parcerias, fusões e aquisições no setor elétrico, envolvendo empresas de energia, empreiteiras, fornecedores e grandes clientes.

Fortalecimento e diversificação da integração à economia mundial, especialmente com países latino-americanos

O avanço progressivo da inserção do Brasil na economia mundial, a ampliação das fronteiras do Mercosul e o fortalecimento das parcerias e fluxos comerciais com os demais países da região trazem inúmeras oportunidades para o Sistema Eletrobras no mercado externo, dentre as quais se destacam:

- Perspectivas de expansão e diversificação da interligação energética do Brasil com países vizinhos da América do Sul;
- Investimentos em geração e transmissão de energia elétrica em outros continentes.

Diversificação e aprimoramento do setor elétrico brasileiro

Para responder às exigências do desenvolvimento e à abertura da economia nacional, o setor elétrico brasileiro será submetido a um forte processo de

**O SISTEMA ELETROBRAS CONTRIBUI
DECISIVAMENTE PARA O POSICIONAMENTO DO
PAÍS NA RESPONSABILIDADE DE GESTÃO PARA
MUDANÇA CLIMÁTICA GLOBAL**

mudança, que abre amplas perspectivas para todo o seu conjunto, incluindo o Sistema Eletrobras:

- Surgimento de novos mercados, produtos e insumos na área de energia elétrica, capazes de promover uma forte e radical reconfiguração do setor;
- Mercado crescente de negócios de conservação de energia e eficiência energética;
- Desenvolvimento e oferta de novas tecnologias tanto nos domínios de geração, transmissão e distribuição, como nas áreas de gestão, informática e telecomunicação.

7.3. Desafios

No sentido inverso das oportunidades, o cenário de expansão incentivada também traz riscos e ameaças, que podem comprometer não apenas o desempenho do sistema, mas o aproveitamento das oportunidades que se descortinam. Dentre os grandes desafios para o Sistema Eletrobras, alguns podem ser destacados.

Acirramento da competição no setor elétrico brasileiro

As perspectivas de elevadas taxas de crescimento conduzirão o Sistema Eletrobras a enfrentar desafios, como:

- Concorrência de novos entrantes, inclusive de grandes corporações internacionais, estimulados pela existência de poucas barreiras ao setor;
- Formação de cartéis de fornecedores de recursos e insumos básicos;
- Pressão por redução de tarifas para grandes consumidores;
- Demanda pela mão de obra qualificada das empresas do Sistema Eletrobras;
- Perda de mercado pela substituição de produtos e autoprodução.

Aceleração da agenda associada às mudanças climáticas

Como detentor do maior parque gerador de energias renováveis da América Latina e pela importância

conferida por seu Plano Estratégico à maximização da participação das energias limpas em sua matriz, o Sistema Eletrobras contribui decisivamente para o posicionamento do país quanto à gestão global das mudanças climáticas, assim como para o papel de liderança que o governo brasileiro procura assumir nas discussões internacionais sobre o tema. Para tanto, estabelecem-se como principais estratégias:

- Desenvolver novas tecnologias para a geração de energia limpa;
- Investir em novos experimentos para a geração de novas fontes renováveis;
- Participar de licitações para projetos de fontes renováveis de geração, com garantia de viabilidade técnica;
- Investir na redução das emissões de fontes térmicas, garantindo o retorno sobre o investimento.
- Aumentar a articulação com as entidades de meio ambiente e as comunidades locais com vista a enfrentar o desafio do aumento da demanda de energia elétrica no mercado brasileiro

Elevados riscos de inadequação nas escolhas de soluções tecnológicas, diante da crescente complexidade e do ritmo acelerado das inovações

As tecnologias empregadas nos produtos, processos e insumos básicos do setor elétrico apresentam alto grau de complexidade e ritmo de inovações, que tornam permanente o risco de desatualização precoce e cada vez maior a dificuldade de absorver o conhecimento necessário para compreender plenamente suas características e explorar todas as suas potencialidades.

Riscos da renovação das atuais concessões

Várias concessões para geração, transmissão e distribuição de energia elétrica vencem a partir de 2015 e, caso sejam mantidas as regras atuais, serão levadas a leilão, com risco para todas as atuais concessionárias, inclusive muitas das empresas integrantes do Sistema Eletrobras. Existem ainda riscos de adiamento ou paralisia das expansões necessárias, caso os recursos disponíveis ou passíveis de captação tenham de ser utilizados pelo sistema para a compra de ativos antigos. Há várias alternativas em estudo e debate pelo Governo, especialistas e empresas

interessadas, porém sem soluções definitivas à vista. No escopo do mapeamento de riscos da organização, a *holding* tem estudado diversos cenários alternativos para a continuidade de seus negócios.

7.4. Posicionamento

O posicionamento é o núcleo do Plano Estratégico do Sistema Eletrobras. Ele confere ao compromisso com a sustentabilidade a posição de eixo da expansão do sistema, permeando todos os seus processos e o desenvolvimento de seus negócios. Os públicos nele destacados representam uma síntese, em quatro grandes blocos, de diversas partes interessadas específicas, consolidadas segundo os benefícios mais importantes que devem ser esperados da atuação do Sistema Eletrobras.



POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO

- Missão** Atuar nos mercados de energia de forma integrada, rentável e sustentável
- Valores** Foco em resultados | Empreendimento e inovação | Valorização e comprometimento das pessoas | Ética e transparência
- Visão** Em 2025 ser o maior sistema empresarial global de energia limpa com rentabilidade comparável às melhores empresas do setor elétrico

Benefícios para os públicos alvo	ACIONISTAS	CLIENTES	GOVERNO	SOCIEDADE
	rentabilidade atrativa Ações com alta liquidez baixa volatilidade e valor de mercado compatível com o valor patrimonial	Energia elétrica limpa em quantidade, qualidade e preços competitivos em toda a cadeia de fornecimento	estabilização de preços estruturantes buscando modicidade tarifária Diferenciação do Brasil como referência mundial na geração de energia elétrica limpa	Indução do desenvolvimento Compromisso com energia limpa

Objetivos estratégicos finalísticos	Ampliar e aprimorar os negócios de O&D de energia elétrica de forma competitiva e rentável	Maximizar a participação da energia limpa incluindo novas fontes renováveis na matriz energética do Sistema Eletrobras	Expandir seletivamente a atuação internacional em O&D alinhada com os negócios da companhia e com foco nas Américas	Participar da gestão dos programas de energia elétrica de interesse do governo pactuando metas de execução e equilíbrio econômico financeiro	Garantir que os empreendimentos do Sistema Eletrobras sejam vetores de desenvolvimento sustentável para suas áreas de entorno
-------------------------------------	--	--	---	--	---

Objetivos estratégicos de gestão e competências	Implantar no modelo de gestão empresarial e organizacional que garanta uma atuação integrada rentável e competitiva	Aprimorar a governança corporativa baseada nas melhores práticas do mercado	Aprimorar a governança corporativa baseada nas melhores práticas do mercado	Aprimorar a gestão dos negócios participações e parcerias	Potencializar a reputação, a credibilidade e a confiança do Sistema Eletrobras perante os seus empregados, o mercado e a sociedade	Minimizar as amarras institucionais internas e externas para assegurar a atuação em condições competitivas	Intensificar a atuação integrada em PDI e mensurar sua contribuição para os resultados do Sistema Eletrobras
---	---	---	---	---	--	--	--

Com efeito, na medida em que se percorrem os demais níveis do posicionamento estratégico (objetivos estratégicos finalísticos, de gestão e de competências), novos públicos vão sendo identificados, em sucessivos níveis de desdobramento: acionistas minoritários; consumidores finais de energia, bem como comunidades remotas ainda sem acesso à energia elétrica; diversos ministérios que fazem interface com o negócio da empresa; órgãos reguladores e fiscalizadores; associações de classe; organizações ambientalistas; fornecedores; empregados das empresas Eletrobras e mercado de trabalho conexo; sócios em parcerias e consórcios; comunidades no entorno dos empreendimentos; comunidade acadêmica e científica; mídia; entidades da sociedade civil organizada, entre outros.

Os relacionamentos com esses públicos de interesse são consolidados e normatizados para todo o Sistema Eletrobras a partir de documentos formais, alinhados com o Plano Estratégico, nas políticas (Sustentabilidade; Ambiental; Logística de Suprimento; P&D+I; Comunicação; Patrocínio); planos (Carreira e Remuneração; Desenvolvimento e Capacitação de Pessoas); códigos (Ética e Conduta Profissional); sistemas (Gestão de Desempenho) e diretrizes (Responsabilidade Social).

7.5. Planos de negócios

Concluído o Plano Estratégico 2010-2020 do Sistema Eletrobras, era preciso desdobrá-lo em metas quantitativas, de curto e médio prazo, e estabelecer indicadores de desempenho. Esses desdobramentos seriam definidos nos planos de negócios, que estabeleceram um novo paradigma na história da Eletrobras. O conceito de projeto, que sempre marcara a atuação da empresa, foi substituído pelo conceito de negócio. A mudança é sutil, mas importante: antes, buscava-se eficiência e eficácia; hoje, busca-se a criação de valor para acionistas e públicos de interesse.

Configurou-se, assim, um Plano Diretor para os Negócios do Sistema Eletrobras, capaz de orientar grandes metas para geração, transmissão, distribuição, comercialização e gestão corporativa, permitindo ainda o desdobramento de diretrizes econômico-financeiras endereçadas a cada empresa controlada. Estão criadas as condições de contorno para um amplo processo negocial que resulte na proposição, pelas empresas, de planos de negócios específicos, desdobráveis em planos de ação operacionais. A consolidação de todo o processo dá origem ao Plano de Negócios do Sistema Eletrobras, a ser aprovado e divulgado em 2011.



GESTÃO

A REORGANIZAÇÃO DO MODELO DE GESTÃO EMPRESARIAL TEVE COMO MAIOR OBJETIVO TORNAR AS EMPRESAS ELETROBRAS INTEGRADAS, COMPETITIVAS E RENTÁVEIS.

As análises realizadas abrangendo desde a carteira de negócios até o posicionamento mercadológico, com foco na natureza do negócio, são descritas nesta seção.



8. Gestão

A reorganização do modelo de gestão empresarial do Sistema Eletrobras era um dos projetos do Plano de Transformação. Era preciso dotá-lo de uma estrutura empresarial integrada, competitiva e comprometida com a rentabilidade, capaz de garantir sua sustentabilidade no ambiente cada vez mais competitivo do setor elétrico brasileiro.

Com esse objetivo, foi realizado um amplo diagnóstico da carteira de negócios do sistema, sua estrutura societária, a fim de identificar possíveis vieses resultantes do processo histórico e circunstâncias políticas que influenciaram a formação das empresas, assim como verificar sua adequação ao mercado energético brasileiro e mundial. Foram analisadas estruturas organizacionais, macroprocessos, funções e recursos existentes e apontados. Também foram analisadas propostas alternativas contábeis, econômico-financeiras, tributárias, operacionais, previdenciárias, atuariais, trabalhistas, mercadológicas, regulatórias, societárias e de sustentabilidade, focando na gestão segundo a natureza dos negócios.



NOVO MODELO DE GESTÃO DO SISTEMA ELETROBRAS: PILARES DA ATUAÇÃO DA ELETROBRAS



Políticas corporativas

Para dotar o Sistema Eletrobras de um modelo de gestão integrado, era preciso dotá-lo também de instrumentos de gestão unificados para todas as suas empresas. Em 2010, a *holding* liderou as empresas do sistema num esforço para a criação de políticas corporativas relacionadas a vários temas que, até então, eram tratados de maneira independente por cada empresa. São elas:

- Política Ambiental;
- Política de Comunicação Integrada;
- Política de Eficiência Energética;

- Política de Gestão de Pessoas;
- Política de Gestão de Riscos;
- Política de Logística de Suprimento;
- Política de Patrocínios;
- Política de Recursos Hídricos;
- Política de Sustentabilidade;
- Política de Tecnologia da Informação, Automação e Telecomunicação.

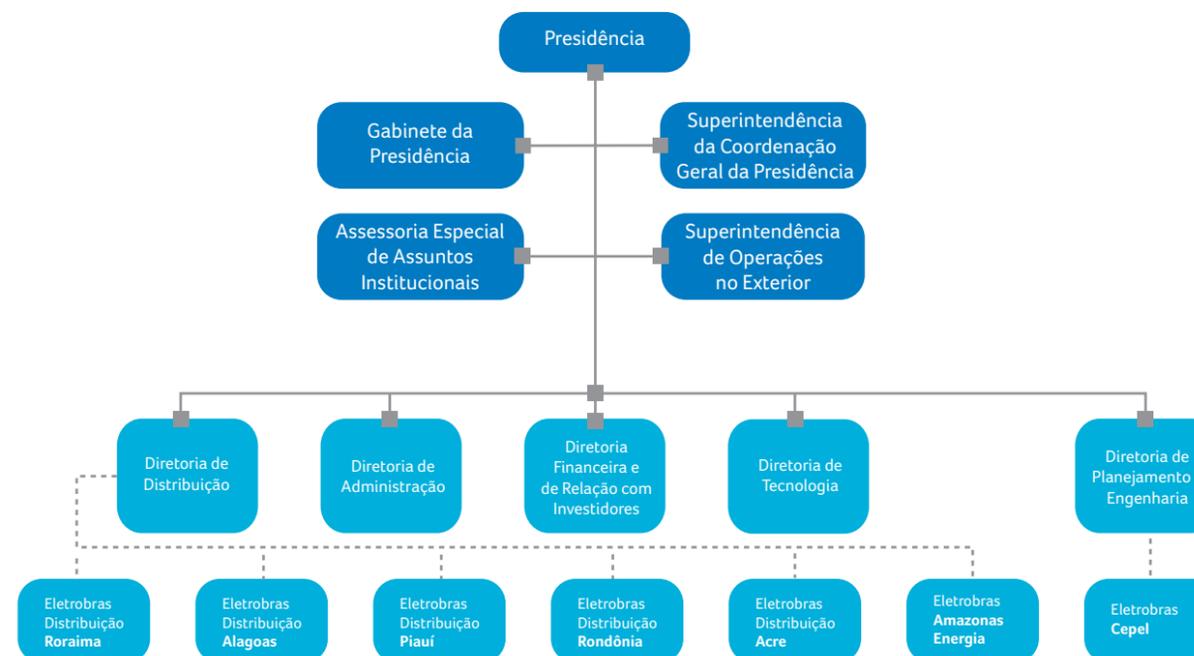
Ao integrar políticas, integravam-se também as empresas, fortalecendo-se o papel orientador da *holding*, o que dá mais coerência ao sistema todo. Numa ação de transparência, todas as políticas foram disponibilizadas

no *site* da Eletrobras, tornando públicas as práticas de gestão de suas empresas.

8.1. Estrutura da *holding*

Era ainda necessário prover a *holding* Eletrobras de uma estrutura organizacional que desse suporte ao novo modelo de gestão que se desenhava para o sistema. Uma estrutura mais ágil, compatível com as novas diretrizes estabelecidas pelo acionista majoritário, mais próximas do paradigma de “agente de mercado” do que de “agente de Governo”. A atual estrutura procura favorecer o trabalho em equipe, a delegação de autoridade e o estabelecimento de áreas e processos que fortaleçam seu papel de *holding*.

ESTRUTURA DE GESTÃO EM 2010



ESTRUTURA DE GESTÃO

José Antonio Muniz Lopes*
Presidente

Armando Casado de Araújo
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Miguel Colasuonno
Diretor de Administração

Pedro Carlos Hosken Vieira
Diretor de Distribuição

Valter Luiz Cardeal de Souza
Diretor de Planejamento e Engenharia

Ubirajara Rocha Meira
Diretor de Tecnologia

* até fevereiro/2011. José da Costa Carvalho Neto a partir de fevereiro de 2011.

Presidência

O presidente da Eletrobras é escolhido dentre os membros do Conselho de Administração, competindo-lhe presidir as Assembleias Gerais. Respeitadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração, é sua atribuição orientar a política administrativa e superintender os negócios da empresa, contando, para tal, com o apoio da Diretoria Executiva, cujas reuniões semanais convoca e preside.

Diretoria Executiva

Em 2010, a Diretoria Executiva da Eletrobras foi composta pela Presidência e outras cinco diretorias: de Distribuição; Administração; Financeira; de Relações com Investidores; Tecnologia; e de Planejamento e Engenharia.

Comitês

A estrutura de gestão conta ainda com diversos comitês técnicos e temáticos de apoio à Diretoria. Atualmente estão em funcionamento:

- Comitê de Apoio à Gestão Empresarial;
- Comitê de Comercialização de Energia;
- Comitê Estratégico de Logística de Suprimento;
- Comitê Estratégico de Processos Organizacionais;
- Comitê de Integração da Administração;
- Comitê de Integração Corporativa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico;
- Comitê Integrado de Eficiência Energética;
- Comitê de Investimentos;
- Comitê de Operação, Planejamento, Engenharia e Meio Ambiente;
- Comitê de Patrocínio;
- Comitê de Riscos;
- Comitê de Sustentabilidade;
- Comitê de Tecnologia da Informação, Telecomunicação e Automação.

Comitê de Apoio à Gestão Empresarial do Sistema Eletrobras

Este comitê foi criado em julho de 2010, com a finalidade básica de monitorar os resultados obtidos pelas atividades e projetos corporativos, fornecendo infor-

mações periódicas sobre as análises e consolidações decorrentes desse monitoramento, para apoio ao processo de tomada de decisão. O Comitê reúne-se periodicamente, contando com representantes de todas as empresas Eletrobras, para análises e recomendações sobre projetos e atividades corporativas, visando a dar suporte ao processo decisório.

Os conselheiros do Conselho de Administração e os membros da Diretoria Executiva da Eletrobras recebem mensalmente um Relatório Executivo, que apresenta, de forma sintetizada, informações de desempenho sobre os ativos da companhia listados e negociados em bolsas, os principais empreendimentos de geração e transmissão, o desempenho da carteira de participações acionárias da Eletrobras, números da gestão orçamentária com foco para investimentos, dentre outras informações consideradas necessárias para avaliar o desempenho empresarial da Eletrobras e de suas empresas.

8.2. Gestão financeira

Em 2010, a gestão financeira centralizada na *holding* possibilitou um amplo processo de reestruturação financeira e a capitalização de cerca de R\$ 15 bilhões nas empresas do Sistema Eletrobras, que reduziram seu endividamento e aumentaram a capacidade de investimentos na expansão dos seus negócios. Ao mesmo tempo, a operação contribuiu para a eficiência tributária do sistema como um todo, porque muitas dessas empresas, que historicamente acumulavam prejuízos, começaram a gerar resultados positivos e a aproveitar créditos tributários estocados. Esse reequilíbrio financeiro gerou economia anual de mais de R\$ 400 milhões.

A melhoria da estrutura de capital das controladas só foi possível mediante alterações em seus estatutos sociais, como a disposição de que a remuneração anual do acionista correspondesse a 100% do lucro líquido ajustado. Novas regras de governança corporativa também foram adotadas pelas controladas,

como a inclusão de competências em seus conselhos de administração que lhes permitissem acompanhar e aprovar as metas pactuadas no CMDE que cada empresa celebraria com a *holding*, comprometendo-se a cumprir as orientações estratégicas ali definidas para o exercício social seguinte.

O pagamento aos acionistas de dividendos retidos desde 1979, no valor de R\$ 10 bilhões, em quatro parcelas anuais (2010-2013), foi outra operação de destaque. Além do impacto positivo sobre a credibilidade e o reassseguramento da direção das mudanças iniciadas pelo Plano de Transformação, essa medida proporcionou uma economia significativa de despesa financeira com a correção dos dividendos retidos.

CONTRATO DE METAS DE DESEMPENHO EMPRESARIAL (CMDE)

O CMDE visa a estabelecer resultados e metas de gestão com o uso de indicadores econômico-financeiros, técnico-operacionais e socioambientais. O acompanhamento é realizado a cada trimestre, por meio de um processo de gestão integrada da *holding* com suas controladas, contemplando um conjunto de atividades e procedimentos específicos. Assim, o CMDE constitui uma ferramenta aplicada à busca da melhoria da eficiência financeira e operacional das empresas.

O case da marca

“É doloroso saber que um patrimônio de R\$ 80 bilhões, como o da Eletrobras, possa valer no mercado não mais que R\$ 30 bilhões”.

(José Antonio Muniz, presidente da Eletrobras, março de 2009)

As transformações pelas quais o Sistema Eletrobras vem passando não teriam sido tão efetivas sem a implantação da estratégia e do novo modelo de gestão da marca, que exerceram papel fundamental ao representar, no plano simbólico, a síntese de todos os esforços para sua modernização. Até então, cada empresa possuía sua própria marca, sem qualquer alinhamento ou integração. A falta de identificação visual refletia a falta de efetiva gestão integrada, o que, por sua vez, comprometia o valor das empresas. No novo momento do sistema, a marca deve espelhar o posicionamento de grande organização, portadora dos atributos de integração, competitividade e rentabilidade.

O processo foi conduzido com base em análises de mercado, do público interno e de outros *stakeholders*, entre os quais: acionistas, investidores, imprensa, fornecedores e parceiros. Quanto ao mercado, foram consideradas tendências globais no setor de energia e a atuação dos concorrentes. Para conhecer a percepção do público externo, realizaram-se entrevistas com formadores de opinião e análise das redes sociais.

A grande concentração de esforços, todavia, concerniu ao público interno. O processo envolveu entrevistas com executivos de todas as empresas, além de análise visual e de conteúdo dos materiais de comunicação e do Plano de Transformação. Houve também um grande esforço de comunicação interna, com a publicação constante de matérias sobre o andamento do projeto nos veículos internos já consagrados pela cultura das empresas.

O lançamento foi realizado em março de 2010, no Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro, em evento que reuniu o ministro de Minas e Energia e os presidentes de todas as empresas Eletrobras, além dos principais dirigentes e colaboradores sorteados de cada empresa. No dia seguinte, todos os colaboradores, de todas as empresas Eletrobras, receberam crachás com a nova marca. A mesma padronização foi aplicada às fachadas e aos principais elementos de comunicação visual dos prédios.

8.3. Gestão da sustentabilidade

“Nós, das empresas Eletrobras, comprometemo-nos a contribuir efetivamente para o desenvolvimento sustentável das áreas onde atuamos e das comunidades de convivência, e a investir na pesquisa e na utilização de novas tecnologias, ambiental e socialmente responsáveis.

Ocupamos posição de destaque entre os líderes mundiais na produção de energia limpa e renovável e orientamos nossos negócios por práticas de gestão internacionalmente reconhecidas, buscando potencializar os impactos ambientais e sociais positivos, e minimizar os impactos negativos decorrentes das nossas atividades.

Visamos ao equilíbrio econômico-financeiro, social e ambiental em nossas operações, sem comprometer a qualidade de vida das gerações futuras.

Atuamos na busca da adoção das melhores práticas de governança corporativa e ratificamos, por meio do Código de Ética das empresas Eletrobras, o nosso compromisso ético com os nossos colaboradores, acionistas, clientes, fornecedores, parceiros de negócios, sociedade e governos, assim como explicitamos todos esses compromissos no Planejamento Estratégico do Sistema Eletrobras”

Declaração da Política de Sustentabilidade das Empresas Eletrobras

A missão de atuar nos mercados de energia de forma sustentável e a visão de ser, em 2020, o maior sistema empresarial global de energia limpa colocaram a sustentabilidade no centro da estratégia de negócios do Sistema Eletrobras. Em 2010, fatos importantes marcaram a evolução da governança e da gestão do tema nas empresas do sistema, alguns dos quais cabe destacar.

- **Política de Sustentabilidade:** consagrou o compromisso com a sustentabilidade e estabeleceu diretrizes para as empresas Eletrobras nas questões ligadas à responsabilidade social, ao meio ambiente e à solidez econômico-financeira,



além de definir as responsabilidades do Comitê de Sustentabilidade das empresas Eletrobras e de suas diretorias.

- **Comitê de Sustentabilidade das Empresas Eletrobras:** principal órgão de gestão da sustentabilidade no Sistema Eletrobras, diretamente subordinado ao Conselho de Administração. Com sua reestruturação em 2010, incorporou a participação do núcleo de coordenadores representantes de cada empresa, passando a ter como principais atribuições o acompanhamento das ações de sustentabilidade das empresas Eletrobras; a elaboração de planos de metas e de melhorias; o planejamento e a elaboração do Relatório de Sustentabilidade; e a participação nos processos de avaliação do ISE, da BM&FBOVESPA, e do *Dow Jones Sustainability World Index*, da Bolsa de Valores de Nova Iorque.
- **Pactos de Furnas e Tucuruí:** representaram a estratégia adotada pelo Sistema Eletrobras para mobilizar e obter o compromisso do conjunto das empresas com a gestão contínua dos temas

da sustentabilidade e da governança corporativa, por meio de um conjunto de ações e metas de curto e médio prazo.

- **Portal Eletrobras:** criação de área no portal corporativo dedicada à sustentabilidade, com seções específicas para governança, meio ambiente, responsabilidade social e informação econômico-financeira, além de páginas com indicadores de gestão nas dimensões econômica, social e ambiental.
- **Indicadores Socioambientais para a Gestão da Sustentabilidade Empresarial (IGS):** institucionalização, pela Diretoria Executiva, do Banco de Dados do IGS, um sistema computacional para armazenamento, edição, tratamento, recuperação e visualização de informações relacionadas com a sustentabilidade, desenvolvido pelo Cepel. Os indicadores são desenvolvidos considerando a realidade do setor elétrico brasileiro, para auxiliar a gestão da sustentabilidade empresarial e a estratégia de comunicação a longo prazo, com foco nas práticas sociais, ambientais e econômico-financeiras. A fase de testes do módulo ambiental foi concluída em agosto de 2010 e o módulo foi implementado em todas as empresas em 2010. A conclusão de todos os módulos permitirá à Eletrobras gerenciar os indicadores de todas as dimensões da sustentabilidade, por

meio de informações parametrizadas e rastreáveis, inclusive por auditoria externa.

8.4. Gestão de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D+I) [GRI EU8]

As atividades de P&D+I das empresas do Sistema Eletrobras transcendem as fronteiras do próprio sistema. Entre seus beneficiários estão o MME, entidades setoriais como a EPE, o ONS, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e a Aneel, assim como concessionárias e fabricantes e, pode-se dizer, a sociedade como um todo.

O principal instrumento de gestão é o Comitê de Integração Corporativa de Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (Cicop), que coordena e incentiva as atividades de P&D+I nas empresas do Sistema Eletrobras, de forma a criar sinergia e otimizar a aplicação de recursos. Entre suas principais atribuições estão a definição de estratégias de atuação, o estímulo ao desenvolvimento da cultura de inovação, o incentivo à obtenção de patentes e a proteção da propriedade intelectual. Para tanto, a Eletrobras conta com dois níveis de ação: um Conselho Diretor, coordenado pela Eletrobras *holding*, e uma Câmara Técnica, composta por representantes das áreas de P&D+I de todas as empresas.

COMITÊ DE INTEGRAÇÃO CORPORATIVA DE PESQUISA, DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO (CICOP)



Coordenação Inter-empresas para a gestão de P&D+I criado em 2003

Dentre as atividades desenvolvidas pelo Cicop em 2010, alguma podem ser destacadas.

- **Planejamento Estratégico Tecnológico:** iniciado o desenvolvimento do Planejamento Estratégico Tecnológico da Eletrobras, que definirá o Plano Estratégico e o Sistema de Gestão para todas as empresas Eletrobras, projetando as grandes metas e desafios tecnológicos para o período 2010-2014.
- **Inventários de Projetos e Produtos:** continuação do inventário de todos os projetos de P&D+I em andamento ou já executados pelas empresas Eletrobras, para a criação de um banco de dados que poderá subsidiar a definição das próximas carteiras de projetos. Paralelamente, segue o inventário de produtos tecnológicos, efetuado nas áreas técnicas das empresas, que gera relatório descritivo de atividades e inovações, apoiando a gestão de produtos.
- **Indicadores de resultados:** estruturação do Caderno de Indicadores de Resultados de Projetos de P&D+I.
- **Gestão Estratégica da Inovação Tecnológica:** conclusão do curso de Gestão Estratégica da Inovação Tecnológica, ministrado pela Univer-

sidade Estadual de Campinas (Unicamp) em 2009 e 2010. Além da capacitação, foi oferecido aos representantes das áreas de P&D de todas as empresas do sistema espaço para discussão e reflexão sobre o tema.

Os investimentos em P&D+I estão alocados em projetos de áreas estratégicas, contribuição ao fundo setorial CT-ENERG, contribuição à Empresa de Pesquisa Energética e na carteira de projetos do Cepel. Destaca-se ainda em 2010 a consolidação da Rede de Laboratórios do Sistema Eletrobras - RELASE.

Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel)

Tendo sido criado em 1974 com o objetivo de formar uma infraestrutura de pesquisa para o desenvolvimento da tecnologia avançada em equipamentos e sistemas elétricos no país, o Cepel é o principal executor dos programas e projetos de P&D+I para o Sistema Eletrobras. Possui um extenso acervo de metodologias e programas computacionais, aplicados ao planejamento da expansão da geração e transmissão, à operação de sistemas hidrotérmicos interligados e à operação da rede básica, que é utilizado em todo o setor elétrico. Apóia ainda importantes programas e projetos governamentais, como Luz

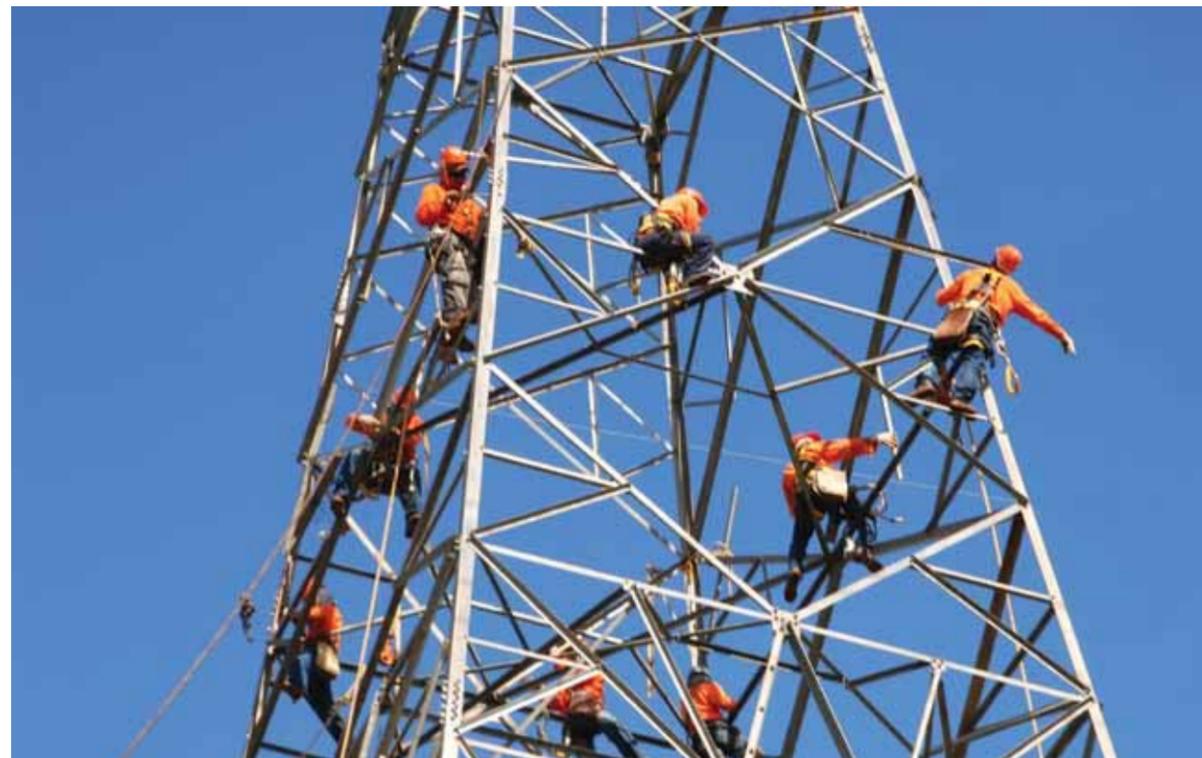


para Todos, Proinfa, Procel e o Programa Nacional de Iluminação Pública e Sinalização Semafórica Eficiente – Procel Reluz.

O centro conta com uma rede de 30 laboratórios, utilizados para apoiar projetos de pesquisa e desenvolvimento, realizar ensaios de tipo e desenvolvimento de produtos, análises periciais e de conformidade para certificação. Além disso, desenvolve estudos e pesquisas que geram tecnologias de transmissão, os quais têm permitido aumento de capacidade, melhoria de traçados de linhas e redução de faixas de passagem; monitoramento e diagnóstico de equipamentos; conservação e uso eficiente de energia; além de metalurgia e materiais.

Em 2010, na garantia do financiamento dos projetos de pesquisa do Cepel, as empresas Eletrobras disponibilizaram, através de contribuição anual, recursos da ordem de R\$ 125 milhões, R\$ 16 milhões como investimento em infraestrutura. Nesse mesmo ano, podem-se destacar importantes projetos corporativos de P&D+I desenvolvidos pelo Cepel para as empresas Eletrobras.

CRIADO EM 1974, O CEPTEL É O PRINCIPAL EXECUTOR DOS PROGRAMAS E PROJETOS DE P&D+I DO SISTEMA ELETROBRAS, POSSUINDO UM EXTENSO ACERVO DE METODOLOGIAS E PROGRAMAS COMPUTACIONAIS



Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel): projetos corporativos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D+I) para as empresas Eletrobras

ÁREA DE PESQUISA	QTDE.
Planejamento da Expansão da Geração e da Transmissão	5
Meio Ambiente	5
Hidrologia Estocástica, Recursos Hídricos e Ventos	4
Planejamento da Operação Energética	5
Planejamento, Operação e Análise de Redes	8
Tecnologias Scada/Ems – Sage	6
Automação Local e Análise de Perturbações	2
Tecnologias de Transmissão	11
Metalurgia e Materiais	7
Monitoramento e Diagnóstico de Equipamentos e Instalações	16
Conservação e Uso Eficiente de Energia	14
Energias Renováveis e Geração Distribuída	6
Distribuição, Medição de Energia e Combate a Perdas	3
Técnicas Computacionais Aplicadas à Área Energética	2
Análise Financeira de Projetos e Tarifas	1
Confiabilidade	1
Qualidade de Energia	2
Integração de Base de Dados	1
TOTAL	99

8.5. Gestão de logística de suprimentos

Até 2008, as empresas do Sistema Eletrobras tinham políticas independentes de suprimento de materiais e equipamentos para geração, transmissão e distribuição. A inexistência de uma classificação única impossibilitava a gestão integrada de materiais e equipamentos, impactando prazos, custos e a rentabilidade dos empreendimentos. A Política de Logística de Suprimento do Sistema Eletrobras, publicada em 2009, inaugurou uma nova fase de eficiência e competitividade, ao integrar a logística de suprimento de bens e serviços, fortalecer o poder de compra e reduzir custos de aquisição e administração.

Em 2010, os resultados da política já se fizeram sentir, destacando-se: revisão do manual de logística de suprimento; elaboração de proposta de metodologia para avaliação de desempenho de fornecedores; elaboração do manual de gestão de fornecedores; elaboração do manual de gestão de contratos; regulamento para procedimento licitatório simplificado da Eletrobras; padronização das especificações técnicas de equipamentos e materiais de transmissão; padronização das especificações técnicas de óleo isolante e gás SF₆.

O aperfeiçoamento do processo de contratação foi beneficiado com a criação da área de Gestão de Contratos na *holding*. Em 2010, ela aderiu à nova política fiscal do sistema de emissão de Notas Fiscais Eletrônicas e realizou 13 contratações corporativas para o conjunto das empresas Eletrobras, dentre 73 contratações efetuadas por licitação ou por inexigibilidade/dispensa de licitação. Em 2010, o volume de aquisições das empresas Eletrobras ultrapassou o patamar de R\$ 11,4 bilhões, com destaque para os grandes investimentos da Eletronuclear, que sozinha somou a quantia de R\$ 7,5 bilhões.

A POLÍTICA DE LOGÍSTICA DE SUPRIMENTO INAUGUROU UMA NOVA FASE DE EFICIÊNCIA E COMPETITIVIDADE, AO INTEGRAR A LOGÍSTICA DE SUPRIMENTO, FORTALECER O PODER DE COMPRA E REDUZIR CUSTOS

EVOLUÇÃO DAS AQUISIÇÕES DAS EMPRESAS ELETROBRAS (R\$ MILHÕES)



As contratações e compras das empresas Eletrobras são realizadas por meio de licitação, obedecendo à Lei de Licitações e Contratos (Lei 8.666/93), que regulamenta as aquisições para órgãos públicos. As exceções ficam por conta dos casos previstos na Lei 8.666/93, que dispensa a exigência de licitação, e da contratação da Itaipu Binacional, que obedece a uma legislação específica.

Dessa forma, garante-se aos participantes dos processos licitatórios tratamento igualitário. No entanto, conforme instituído pelo Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar Federal 123/2006), as empresas Eletrobras asseguram, como critério de desempate, a preferência de contratação a empresas de pequeno porte e microempresas.

Para assegurar transparência ao processo de aquisições, a Eletrobras criou o Portal de Licitações e Contratos do Sistema Eletrobras, em que torna público o acesso às informações referentes a editais de licitações, contratos vigentes e atas de registro de preços de todas as empresas do sistema. As empresas ainda publicam periodicamente os extratos de suas licitações e contratos no Portal da Transparência do Governo Federal.

Programa NBR 19000

EMPRESA	AUDITORES
Cepel	5
Chesf	4
Eletrosul	2
Furnas	8
Eletronorte	4
Eletrobras <i>holding</i>	4
Eletronuclear	4
Itaipu Binacional	6
TOTAL	37

Programas de Garantia da Qualidade da Eletrobras Eletronuclear

Devido aos importantes requisitos de segurança para sua operação, o caso da Eletrobras Eletronuclear é particular. Além das exigências contidas no Código de Ética e no Código de Conduta da Eletronuclear, há ainda outros critérios utilizados na seleção de fornecedores de bens e serviços, considerando-se aspectos peculiares relacionados a qualquer bem ou serviço que envolva material de risco, em particular material radioativo. Tais fornecedores devem atender aos critérios de qualidade estabelecidos nas normas da

Gestão unificada

A remodelação do Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores de Materiais e Serviços, gerenciado pela *holding*, permitirá a visão integrada e o compartilhamento de informações entre as empresas do Sistema Eletrobras. Enfocando a incorporação de um modelo único de avaliação de fornecedores, com critérios econômicos, técnicos e socioambientais, será uma importante ferramenta gerencial para todas as empresas Eletrobras.

Qualidade

No âmbito do Comitê Estratégico de Logística de Suprimento, foram adotados critérios de qualidade baseados nas normas NBR ISO 9000, para fornecimento de produtos, padronização das metodologias de inspeção, sistemática de avaliação de desempenho técnico de fornecedores (em estudo) e implantação da ISO 9001 na cadeia de suprimentos. O Programa NBR 19000 já formou 37 auditores que, em 2010, realizaram 22 auditorias em fornecedores.

Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e ao sistema de qualidade que determina a realização de auditoria técnica, por pessoal qualificado da Eletrobras Eletronuclear ou de instituições independentes, antes da fabricação dos produtos ou da execução dos serviços. Determinam ainda a obtenção das licenças ambientais necessárias e o respeito à legislação vigente para a proteção do homem, do meio ambiente e do patrimônio histórico e cultural.

Por fim, contém esses contratos cláusulas específicas de Normas de Segurança e Higiene Industriais, que exigem a apresentação de Plano de Segurança do

Trabalho discriminando a relação de produtos químicos e/ou substâncias perigosas a serem utilizados, assim como os métodos de armazenamento, manuseio, descarte, guarda, armazenamento e destinação final dos resíduos. No caso específico de descarte de resíduos de ascarel, exige-se qualificação técnica e comprovação de desempenho ambiental do contratado; para o fornecimento de combustível nuclear, exige-se Licença de Operação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e aprovações da CNEN e do Instituto Estadual do Ambiente (Inea).

Os contratos de outros fornecedores contêm requisitos relativos a descarte de resíduos industriais, em consonância com os princípios do Pacto Global. A Eletronuclear apoia o desenvolvimento de fornecedores quando a aquisição de um produto é imperativa para a empresa e não há fornecedor qualificado para sua fabricação. Nesses casos, a companhia fornece *know-how* e acompanha todo o processo, desde a fabricação até o fornecimento.

Direitos humanos [GRI HR1]

Com o objetivo de incluir cláusulas referentes a direitos humanos em todos os contratos firmados pelas empresas do sistema com fornecedores críticos, a Eletrobras está padronizando o conceito de criticidade de contratos e fornecedores. No caso das

empresas em que esses critérios não foram ainda estabelecidos, são adotadas cláusulas para todos os contratos de fornecimento. Alguns exemplos dos temas tratados nessas cláusulas são:

- Trabalho escravo, análogo ao escravo ou qualquer outra forma de trabalho ilegal;
- Emprego de menores de 18 anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de menores de 16 anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos;
- Discriminação ou negativa com relação a sexo, origem, raça, cor, condição física, religião, estado civil, idade, situação familiar ou estado gravídico;
- Proteção e preservação do meio ambiente, bem como prevenção e erradicação de práticas danosas;
- Comprovação do pagamento das verbas rescisórias quando da desvinculação do contrato de algum trabalhador;
- Apresentação de garantia contratual para cobrir eventuais obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, no caso de serviços contínuos;
- Comprovação de fornecimento de vale-alimentação com valor facial mínimo adequado à realidade regional, para os casos em que não houver especificação em dissídios ou acordos coletivos da categoria.

Contratos que incluem cláusulas referentes a direitos humanos

EMPRESA	TOTAL DE CONTRATOS	CONTRATOS C/ CLÁUSULA	
Chesf	397	397	100%
CGTEE*	158	158	100%
Eletronorte	42	42	100%
Eletronuclear	51	51	100%
Eletrosul	87	87	100%
Furnas*	870	870	100%
Eletrobras holding	41	41	100%
Itaipu Binacional*	3511	3511	100%
Amazonas Energia*	845	845	100%
Distribuição Alagoas*	170	170	100%
Distribuição Piauí	17	15	88%
Distribuição Acre	41	41	100%

* Empresas que não aplicaram nenhum conceito delimitador para contrato de investimento crítico, mas que incluem cláusulas em todos os seus contratos.

8.6. Gestão de negócios internacionais

O processo de internacionalização do Sistema Eletrobras tem como objetivo preservar sua importância relativa no contexto mundial do setor e apoiar o

aumento de seu valor de mercado. A prospecção de novos negócios visa à construção de uma carteira de ativos rentáveis, com aproveitamento dos fatores de escala e foco nas competências essenciais do sistema, de produção de energia limpa e transmissão

de eletricidade. Com escritórios já funcionando em Montevidéu e Lima, a Eletrobras estuda empreendimentos em oito diferentes países, envolvendo cerca de 16 mil MW de geração hidrelétrica e 10 mil km de linhas de transmissão.

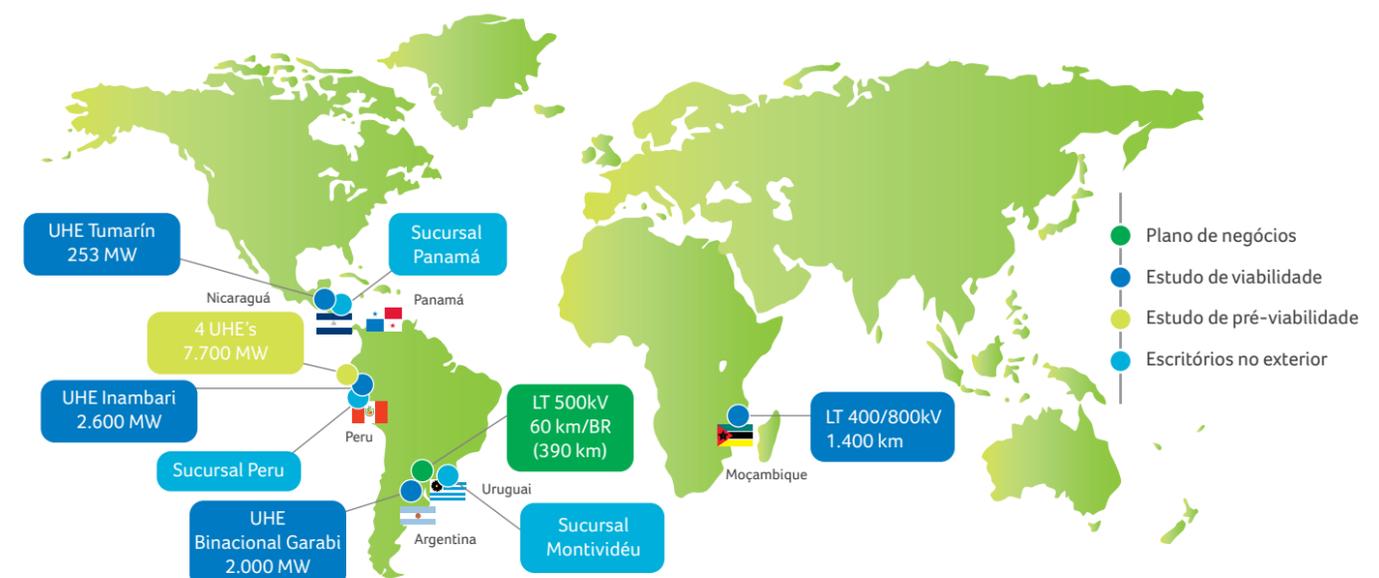
Para apoiar a execução dessa estratégia, a Superintendência de Operações no Exterior, criada em 2008, vem buscando firmar acordos de parceria com o setor privado nacional e grandes grupos internacionais de energia, para identificar oportunidades de participação conjunta em empreendimentos no exterior. O primeiro acordo de cooperação técnica e empresarial foi celebrado com GDF Suez, tendo duração de cinco anos. Nesse período, os dois grupos estudarão projetos de implantação e operação de plantas de geração e de linhas de transmissão de energia elétrica na África, América Central e América do Sul. Se algum projeto vier a se mostrar técnico e economicamente viável, ele será explorado por meio de SPE.

Em 2010, os esforços de prospecção concentraram-se na identificação de oportunidades nas Américas do Sul, Central e do Norte, além de terem sido pontual-

mente examinadas oportunidades de investimento em outros continentes, sobretudo nos países de língua portuguesa da África Subsaariana. Na América do Sul, há oportunidades de investimentos futuros em projetos de geração hidrelétrica e eólica e de transmissão, integrando os sistemas do subcontinente. Mais especificamente em geração hidrelétrica, há oportunidades de projetos binacionais e de exportação de energia. Três países apresentam atualmente maiores perspectivas para projetos de geração: Argentina, Colômbia e Peru. Na área de transmissão, há negócios praticamente definidos no Uruguai.

Na América Central, por sua vez, os esforços para integração regional podem criar oportunidades na expansão ou reforço do sistema de transmissão existente – além da região poder ser considerada como porta para uma futura integração Norte-Sul. A utilização predominante de combustível fóssil para geração de energia elétrica na maioria desses países abre boas perspectivas para implantação de aproveitamentos hidrelétricos que limpem a matriz energética regional e ofertem melhores tarifas à sociedade.

EMPREENDIMENTOS DE USINAS HIDRELÉTRICAS (UHE) E LINHAS DE TRANSMISSÃO (LT) EM AVALIAÇÃO PELA ELETROBRAS



Na América do Norte, a meta do governo Obama para geração de energia limpa atrairá elevado volume de investimentos. Além disso, o país possui grandes sistemas que ainda não estão completamente interligados, e há sinalizações de oportunidades de

negócios nessa direção. Também é interesse da Eletrobras a possibilidade de acompanhamento direto e absorção dos avanços tecnológicos em andamento no setor elétrico norte-americano, em particular nas novas formas de geração renovável.



DESEMPENHO ECONÔMICO

O CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) DE 7,5% ELEVOU O CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA EM 7,8%, COM DESTAQUE PARA A CLASSE INDUSTRIAL, QUE ATINGIU O PERCENTUAL DE 10,6%.

Esses e outros dados sobre o setor elétrico brasileiro, e seu impacto no Sistema Eletrobras, são discutidos neste capítulo.

9. Desempenho Econômico

O consumo de energia elétrica no Brasil registrou elevação de 7,8% em 2010, pouco acima do crescimento de 7,5% registrado pelo PIB no mesmo ano. Essa elevação foi verificada em todas as classes de consumo, com destaque para a indústria, cuja taxa de crescimento foi de 10,6%. Após a forte queda da produção industrial no último trimestre de 2008 e da semiestagnação de 2009, o ano de 2010 apresentou forte recuperação da produção industrial e, conseqüentemente, do consumo industrial de energia elétrica.

A região Sudeste foi a que mais expandiu seu consumo industrial, com crescimento de 13,1%. Cabe ressaltar que no ano de 2009 o Sudeste apresentou queda significativa nesse mesmo indicador (-9,6%). A forte presença de indústrias dos ramos extrativo-mineral e metalúrgico, cujos elevados coeficientes de exportação foram bastante afetados pela crise em 2008 e 2009, explica a recuperação do consumo de energia nessa região.

As expectativas quanto à trajetória de crescimento econômico e de consumo de energia elétrica, nos horizontes de curto e médio prazo, têm como cenário externo o crescimento dos países emergentes, em particular a China, que continuará a beneficiar as exportações de setores em que o Brasil possui vantagens comparativas, como celulose, agropecuária, siderurgia e indústria extrativo-mineral. Por serem esses setores, em especial o de siderurgia, grandes consumidores de energia elétrica, as expectativas são de elevação do consumo de energia elétrica.

No cenário doméstico, a manutenção (e eventual expansão) dos investimentos em infraestrutura, a recuperação do setor habitacional, a expansão da indústria (embora em menor escala do que em 2010) e o aquecimento do setor de serviços contribuirão positivamente para o consumo de energia nos próximos anos. Outros fatores relevantes são o crescimento do rendimento real médio e da massa salarial, e a expansão do crédito, que tendem a manter o consumo residencial de energia em ascensão.

Consumo de energia elétrica, por classe de consumo e região geográfica (GWh)

REGIÃO	RESIDENCIAL	INDUSTRIAL	COMERCIAL	OUTROS	2010	VARIÇÃO
Norte	5.918	13.069	3.489	3.438	25.914	7,6
Nordeste	19.280	29.422	10.286	12.005	70.993	8,8
Sudeste	56.781	103.731	38.118	26.478	225.108	8,4
Sul	17.079	30.884	11.723	11.117	70.803	6,1
Centro-Oeste	8.101	6.638	5.471	5.990	26.200	5,2

Fonte: Comissão Permanente de Análise e Acompanhamento do mercado de Energia Elétrica (Copam)/Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

A capacidade instalada nacional atingiu em 31/12/2010 a marca de 112.398 MW, enquanto o Sistema Eletrobras alcançou o montante instalado de 42.080 MW, representando 37% de participação percentual no Brasil. O Programa de Ações Estratégicas do Sistema Eletrobras (PAE) 2009-2012 determina a

criação de portfólio de projetos expressivos em geração e transmissão de energia elétrica, cujo porte encontra, na atualidade, pouco paralelo em escala mundial. Destacam-se aí os empreendimentos do Programa Nuclear Brasileiro e os estudos de viabilidade para as usinas hidrelétricas de Belo Monte e do Complexo Tapajós.

9.1. Geração

Em 2010, a expansão do negócio de geração do Sistema Eletrobras recebeu investimentos de R\$ 2,815 bilhões, um crescimento de 7,4% em relação ao ano anterior, com os quais sua capacidade instalada passou de 39.402 MW para 42.080 MW. O acréscimo de 1.150 MW de potência ao sistema foi obtido com a entrada em operação de três novas hidrelétricas.



Além disso, as empresas do Sistema Eletrobras estão construindo nove usinas com capacidade instalada de 2.426 MW, dentre as quais merece destaque a Usina Nuclear Angra 3, que entrará em operação em 2015.

MAPA DOS EMPREENDIMENTOS EM CONSTRUÇÃO



Empreendimentos próprios em construção

OPERAÇÃO	FONTE	EMPREENDIMENTO	CAPACIDADE
2011	Hídrica	Simplicio/Anta	334 MW
		Passo São João	77 MW
		Barra do Rio Chapéu	15 MW
2012	Térmica	Candiota 3 ¹	350 MW
	Hídrica	Batalha	53 MW
		São Domingos	48 MW
2013	Eólica	Casa Nova	180 MW
2015	Nuclear	Angra 3	1.350 MW

¹ A Usina de Candiota 3 entrou em operação comercial em janeiro de 2011.

Fonte: Relatórios da Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração (SFG) da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) de janeiro de 2011 e resultados dos Leilões de Energia, Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

Estão ainda em construção empreendimentos em SPE, também com entrada em operação prevista até 2015, totalizando 20.213,2 MW de capacidade instalada.

Empreendimentos em SPE em construção

OPERAÇÃO	FONTE	EMPREENDIMENTO	CAPACIDADE	PARTIC.
2011	Hídrica	Dardanelos	261 MW	49%
		Mauá	361 MW	49%
		Santo Antônio	3.150 MW	39%
2012	Hídrica	Jirau	3.300 MW	40%
	Eólica	Rei dos Ventos 1	48,6 MW	49%
		Rei dos Ventos 3	48,6 MW	49%
	Eólica	Cerro Chato 1	30,0 MW	90%
		Cerro Chato 2	30,0 MW	90%
		Cerro Chato 3	30,0 MW	90%
		Miassaba 3	50,4 MW	49%
		Mangue Seco 2	25,2 MW	49%
2013	Eólica	Pedra Branca	28,8 MW	49,9%
		São Pedro do Lago	28,8 MW	49,9%
		Sete Gameleiras	28,8 MW	49,9%
2015	Hídrica	Belo Monte ¹	11.233 MW	49,98%
		Teles Pires	1.820 MW	49%

¹ A construção da Usina de Belo Monte foi iniciada em 2011.

Fonte: Relatórios da Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração (SFG) da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) de janeiro de 2011 e resultados dos Leilões de Energia, Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

Comparando a capacidade instalada apenas das usinas já leiloadas ou concedidas, ligadas ao Sistema Eletrobras sozinho ou em parceria, com a carga própria de demanda projetada no Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) 2019, elaborado pela EPE/MME, tem-se o seguinte resultado: em 2010, as capacidades instaladas de usinas próprias e em parceria representam, respectivamente, 57% e 5% da demanda; em 2015, 48% e 14% da demanda; e em 2019, 40% e 23% da demanda projetada. [GRI EU10]

Além da construção de novas usinas, o sistema também vem investindo na manutenção e modernização das que já possui, como forma de expandir a geração através da exploração mais eficiente dos ativos existentes. Em 2010, os projetos que mais se destacaram foram:

- Manutenção do sistema de geração de energia elétrica no Nordeste;
- Substituição do grupo de geradores a vapor da usina de Angra 1 (RJ); e

- Modernização da Usina Hidrelétrica (UHE) Luis Carlos Barreto (MG).

Por fim, o Sistema Eletrobras está investindo no desenvolvimento de estudos de viabilidade de 16 projetos de usinas hidrelétricas que somam 15.301 MW de capacidade de geração, o equivalente a 82% da capacidade de todas as hidrelétricas indicativas do PDE 2019.

Usinas hidrelétricas em estudo pelo Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) 2019

OPERAÇÃO	USINA	CAPACIDADE
2015	Cachoeira	63 MW
	Castelhano	64 MW
	Estreito	56 MW
	Ribeiro Gonçalves	113 MW
	Uruçuí	134 MW
2016	Toricoejo	76 MW
	São Luiz do Tapajós	6.133 MW
2018	Mirador	80 MW
	Água Limpa	320 MW
	Marabá	2.160 MW
	Serra Quebrada	1.328 MW
	Cachoeira do Cai	802 MW
2019	Cachoeira dos Patos	528 MW
	Jamanxim	881 MW
	Jardim do Ouro	227 MW
	Jatobá	2.336 MW

9.1.1. A opção pela geração de energia na Amazônia

O Brasil possui os maiores recursos hídricos do planeta. De acordo com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), 172 mil dos 261 mil MW do potencial hidrelétrico brasileiro ainda estão disponíveis. A maior parte do potencial hidrelétrico não explorado do Brasil, cerca de 65%, está na região Norte, onde está situada a Floresta Amazônica, foco das preocupações de ambientalistas de todo o mundo, que vem criticando a construção de grandes hidrelétricas na região. Deveria o Brasil abrir mão de aproveitar o seu potencial natural e de utilizar essa energia?

A opinião do governo brasileiro é de que não: o Brasil precisa dessas usinas para sustentar o crescimento econômico projetado, evitar futuros apagões e garantir a modicidade tarifária – e o Sistema

Eletrobras, cuja visão é de, em 2020, ser o maior sistema empresarial global de energia limpa, está inteiramente alinhado com essa posição. O preço da energia de Belo Monte é de R\$ 77,97/MWh, enquanto nas termelétricas novas, de R\$ 140/MWh.

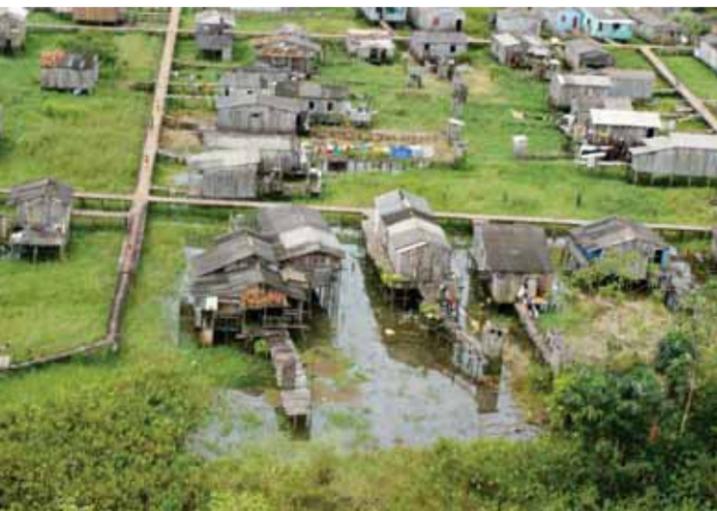
A rejeição a esses empreendimentos surgiu nos anos 80, quando as soluções de engenharia passavam, necessariamente, pela construção de grandes reservatórios. Um dos símbolos dessa época é a Usina Hidrelétrica de Balbina, erguida no Rio Uatumã, no estado do Amazonas, cujo reservatório ocupou 2.360 km².

Atualmente, todavia, a realidade é completamente diferente. A evolução dos padrões éticos da sociedade e o protagonismo do setor elétrico brasileiro na incorporação da variável ambiental aos seus projetos – assim como os avanços nas técnicas de engenharia – levaram à otimização dos aproveitamentos

hidrelétricos e à redução dos reservatórios, tendo em vista a minimização dos impactos ambientais associados à implantação de usinas hidrelétricas. A geração de 30 das 47 novas hidrelétricas na Região Norte se dará com base no volume natural de água do rio, isto é: não necessitarão de extensos reservatórios com grande volume de água para geração – as chamadas usinas a fio d'água.

Adicionalmente, deve-se levar em conta que os principais aproveitamentos hidrelétricos disponíveis estão localizados no estado do Pará, ao longo da Rodovia Transamazônica – como Belo Monte, Marabá e Tucuruí – ou da BR-163 – como Teles Pires e Sinop – isto é, áreas fortemente exploradas nas ações antrópicas. As usinas de Jirau e Santo Antônio, do Complexo do Madeira, por sua vez, estão localizadas próximas a cidade de Porto Velho, área também bastante antropizada.

No que diz respeito ao impacto social, o conceito com que hoje se trabalha é o de “Inserção Regional”. Empreendimentos de grande porte, pelo vulto dos investimentos necessários para realizá-los, devem ser aproveitados como oportunidades únicas de avançar o desenvolvimento para as localidades onde são implantados. Não obstante o fato de que boa parte da energia elétrica lá gerada será integrada ao Sistema Interligado Nacional (SIN), o empreendimento buscará gerar benefícios para as comunidades locais. Se, como no caso de Belo Monte, estiver localizado numa região degradada, o empreendimento deve ser feito com vistas a reestruturá-la.



Vista aérea de Altamira (PA), próximo à construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu.



Outra situação é aquela em que o empreendimento está próximo a centros urbanos, como no caso das usinas de Santo Antônio e Jirau. A implantação de indústrias permanentes, como fábrica de turbina e hidromecânicos, em Porto Velho, gerou um ciclo virtuoso de desenvolvimento, com novos investimentos, enormes oportunidades de geração de emprego, renda e capacitação profissional. Em ambos os casos, o Governo Federal adotou a diretriz de alocar nessas localidades recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), para maximizar o investimento do capital privado e interiorizar o desenvolvimento. No caso de Porto Velho, a cidade está sendo toda saneada.

Uma terceira situação é aquela em que o empreendimento esteja localizado em áreas preservadas, quando o benefício para a região será a garantia de que as áreas florestadas não sofram pressão por desmatamento, por meio, por exemplo, da criação ou apoio a unidades de conservação. Esse é o caso do Complexo Tapajós, cujos cinco reservatórios, com área total de 1.979 km², serão limitados às áreas naturalmente alagadas no período de cheia. Além disso, parte das receitas geradas pelo empreendimento será investida para garantir a integridade física de 200.480 km² de floresta, o equivalente à soma dos territórios dos estados de Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Sergipe.

9.1.2. Belo Monte

O leilão para concessão da Usina Hidrelétrica Belo Monte, ocorrido no dia 20 de abril, foi o acontecimento mais importante de 2010 na área de geração. O Consórcio Norte Energia – do qual fazem parte Eletrobras Chesf, Eletrobras Eletronorte e Eletrobras

holding – venceu o leilão ao oferecer R\$ 77,97/MWh produzido, um deságio de 6,02% em relação ao preço-teto de R\$ 83/MWh definido pelo Ministério de Minas e Energia. O contrato de concessão para exploração por 35 anos do potencial hidrelétrico na usina de Belo Monte foi assinado no dia 26 de agosto de 2010 pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Maior usina hidrelétrica brasileira, Belo Monte deverá iniciar suas operações em 2015, com potência instalada superior a 11.000 MW, suficientes para abastecer 27 milhões de residências brasileiras. Constará com 24 turbinas – 18 verticais do tipo Francis, e

6 horizontais, do tipo bulbo – e, de acordo com dados da EPE, os investimentos para a sua construção serão da ordem de R\$ 19 bilhões.

No Estudo e Relatório de Impacto Ambiental estão previstos investimentos, pelo consórcio vencedor do leilão, de R\$ 3,3 bilhões em obras de compensação socioambiental, como, por exemplo, um Mecanismo de Transposição de Peixes e um Dispositivo de Transposição de Embarcações, assim como o aporte de R\$ 500 milhões para apoio ao Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu. Os estudos preveem, ainda, o reassentamento de cerca de 5 mil famílias em áreas rural e urbana [GRI EN12].

USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE*



* Configuração inicial do Relatório de Impacto Ambiental - RIMA de maio de 2009

A UHE Belo Monte vai ter uma barragem principal no rio Xingu, cerca de 40 km abaixo da cidade de Altamira, no Sítio Pimental. É com essa barragem que será formado o reservatório principal, cuja água será desviada por um canal para formação do reservatório intermediário, localizado a 50 km de Altamira, por estrada de terra. Em função desse desvio, o rio Xingu terá a sua vazão diminuída em um trecho de 100 km (medidos ao longo da sua calha), entre a barragem do Sítio Pimental e a casa de força principal, no Sítio Belo Monte.

Nesse trecho, foi definida no processo de licenciamento, a manutenção de uma vazão que simula as variações naturais do rio ao longo do ano, com volume de água sempre suficiente para garantir as condições necessárias para a qualidade de vida das pessoas e do meio ambiente, como a navegação na época de seca e a manutenção da vida aquática.

Cerca de 248 km², aproximadamente 48 por cento da área inundada, estão localizados no município de Vitória do Xingu, e 267 km², ou quase 52 por cento da área inundada, no município de Altamira. Apenas 0,1 por cento (meio quilômetro quadrado) está no município de Brasil Novo.

O projeto prevê a construção de duas casas de força. A casa de força principal, que vai ser construída no Sítio Belo Monte, tem uma potência instalada de 11 mil MW e a complementar, que vai ficar junto com a barragem no Sítio Pimental, com potência instalada de 233,1 MW, o suficiente para abastecer quase a metade da população da cidade de Belém, no Pará, aproximadamente 3,5 milhões de pessoas.

Os debates em torno dos impactos sociais, ambientais e econômicos de Belo Monte já duram mais de 30 anos e o projeto vem sendo sucessivamente melhorado para atender às principais demandas socioambientais.

Construção de apenas uma usina. A UHE Belo Monte será o único empreendimento no rio Xingu – e não sete, como previsto nos estudos de inventário da década de 80.

Redução da área de inundação de 1.225 para 516 km², dividida da seguinte forma: 130 km² no reservatório intermediário e 386 km² no reservatório principal, dos quais 228 km² já são hoje o próprio rio.

Escavação de apenas um canal, ao invés dos dois previstos no projeto anterior. Apesar de o canal ser mais fundo do que os previstos anteriormente, a escavação de um único canal representará uma redução de 20% na escavação necessária.

Não inundação de Terras Indígenas. Nos estudos de engenharia dos anos 80 e 90 uma parte das terras indígenas Paquiçamba e Arara da Volta Grande do Xingu seria inundada. Agora, não haverá mais inundação de Terras Indígenas.

O Brasil é um dos países com legislação ambiental das mais rígidas do mundo. O licenciamento de projetos de geração de energia elétrica é feito em três etapas: licenças Prévia, de Instalação e de Operação. A Licença Ambiental Prévia (LP) tem que ser obtida junto aos órgãos ambientais ainda na fase dos estudos de viabilidade do projeto, com base nos Estudos de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), que também consideram os aspectos sociais. No processo de obtenção da LP, normalmente são realizadas audiências públicas. O vencedor do leilão fica encarregado do desenvolvimento do projeto básico, cujos estudos detalhados também incluem a elaboração do Projeto Básico Ambiental, para solicitar a Licença Ambiental de Instalação. Por fim, na etapa do projeto executivo, todas as medidas necessárias à implantação da usina são executadas, para que seja concedida a Licença Ambiental de Operação.

A UHE Belo Monte cumpriu todas as etapas de planejamento de Inventário e Estudos de Viabilidade e os correspondentes requisitos do licenciamento ambiental. A Licença Prévia Ambiental emitida pelo

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos recursos Renováveis - IBAMA foi obtida antes de ser levado a leilão, de acordo com as regras atuais do setor elétrico brasileiro. De 2007 a 2010, foram realizadas as seguintes interações com diversas das partes interessadas:

- 30 reuniões com comunidades indígenas do rio Xingu.
- 12 consultas públicas e 10 oficinas com comunidades;
- 5.328 visitas a famílias e 61 reuniões com 2.100 pessoas;
- 10 palestras em escolas do ensino fundamental e médio, para cerca de 530 alunos.
- 15 fóruns técnicos e reunião com gestores públicos da região do Xingu;
- 4 audiências públicas;

Em 2010 o Projeto Básico Ambiental foi desenvolvido e a Licença de Instalação foi requerida.



9.1.3. Complexo Tapajós

No que diz respeito aos estudos de viabilidade que estavam em curso em 2010, destaca-se a execução do estudo do Complexo do Tapajós, nos rios Tapajós e Jamaxim, no Pará, composto por cinco usinas com capacidade instalada de 10.680 MW, capazes de gerar cerca de 50 milhões de MWh/ano, o suficiente para abastecer cerca de 28,5 milhões de residências.

Complexo Tapajós | Capacidade das usinas (MW)

USINA	CAPACIDADE
São Luiz do Tapajós	6.133
Cachoeira do Cai	802
Cachoeira dos Patos	528
Jamaxim	881
Jatobá	2.336
TOTAL	10.680

As usinas serão construídas segundo o conceito de usina-plataforma, um método que propõe alterações nos processos tradicionais de construção, em busca de redução sistemática dos impactos socioambientais dos empreendimentos, aumentando a sustentabilidade dos aproveitamentos hidrelétricos na região amazônica.

As usinas-plataforma visam evitar a criação de núcleos habitacionais ou vilas em áreas originalmente de floresta, e que posteriormente, pela atração de

outras populações migrantes, se transformariam em novas cidades, impactando permanentemente estas áreas de floresta e de preservação ambiental. Assim, durante a construção das usinas-plataforma, serão construídas vilas provisórias de trabalhadores, que depois serão desmobilizados e será feita uma recomposição da vegetação. Durante a operação apenas as pessoas diretamente envolvidas em cada turno de trabalho na operação e na manutenção do aproveitamento permanecerão no local.

9.1.4. A retomada de Angra 3

Outro fato marcante no negócio de geração de energia elétrica em 2010 foi o avanço das obras de construção da usina nuclear Angra 3, no Rio de Janeiro, cuja autorização data de 1975. A geração nuclear representa 3% da energia elétrica consumida no Brasil, e mais de 50% do consumo do estado do Rio de Janeiro. Essa proporção será substancialmente ampliada após a conclusão de Angra 3 – quando entrar em operação, no final de 2015, a usina terá capacidade para gerar 1,4 mil MW de energia elétrica, ampliando para 3,4 mil MW a capacidade produtiva das usinas nucleares brasileiras.

O Brasil precisa das usinas nucleares

A retomada das obras de Angra 3 faz parte de um plano do MME prevendo a construção de quatro a oito novas usinas nucleares no país, as quais poderão acrescentar até 10 mil MW ao Sistema Elétrico Nacional. Os motivos que levaram o governo a retomar o programa nuclear são expostos a seguir.

- **Atendimento à demanda** – Para atender ao aumento da demanda por energia elétrica, o país requer, segundo a Aneel, um incremento de geração entre 3 mil MW e 4 mil MW, em média, por ano, até 2015. Angra 3 terá uma potência bruta de 1.405 MWe, sendo capaz de gerar cerca de 10,9 milhões de MWh por ano – o equivalente a um terço do consumo do estado do Rio de Janeiro.
- **Tarifa competitiva** – O custo da geração nuclear é competitivo frente a outras fontes térmicas. No caso de Angra 3, a tarifa balizadora projetada pelo MME, em 2008, era de cerca de R\$ 148,00/MWh, valor próximo dos R\$ 146,00/MWh apresentados pelas usinas térmicas vencedoras do leilão de “energia nova”, realizado no mesmo ano.

Segurança e energia nuclear

O recente acidente em Fukushima, no Japão, suscitou dúvidas a respeito do processo de geração de energia nuclear, mas é preciso sublinhar a particularidade do contexto em que ele se deu. O Japão situa-se ao centro do Círculo de Fogo do Pacífico – única área do globo em que se encontram quatro placas

Em 2010, a Eletrobras Eletronuclear assinou cerca de R\$ 5 bilhões em contratos com fornecedores nacionais para a construção de Angra 3. A obra deverá gerar cerca de cinco mil empregos diretos ao longo de cinco anos e meio, com picos que poderão alcançar nove mil colocações no período de maior movimentação no canteiro. Até sua conclusão, serão necessários investimentos da ordem de R\$ 9 bilhões.

A expansão do parque de geração nuclear está alinhada à visão de futuro do Sistema Eletrobras: a de ser em 2020 o maior sistema empresarial global de energia limpa. O urânio dá origem a um tipo de energia ambientalmente limpa, que não libera CO₂ ou quaisquer outros poluentes na atmosfera.

- **Reservas de urânio** – Conforme dados da *International Atomic Energy Agency* (IAEA), com apenas 30% do seu território prospectado, o Brasil abriga atualmente a sexta ou a sétima maior reserva recuperável de urânio do mundo, conforme o custo considerado por quilo. Esta reserva está estimada em 309 mil toneladas, quantidade suficiente para alimentar 32 usinas nucleares como Angra 3 durante toda a sua vida útil.
- **Proximidade** – A localização da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto, em Angra dos Reis, próxima aos maiores centros consumidores do país (São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte), torna desnecessária a construção de extensas linhas de transmissão, minimizando custos e a perda de energia na transmissão.
- **Diversificação** – A energia gerada pelas usinas de Angra dos Reis possibilita ao Brasil diversificar as fontes de sua matriz energética, aumentando a segurança do fornecimento.

tectônicas – fator que sujeita o país a grandes abalos sísmicos, como o terremoto de 9,0 graus na escala Richter e o *tsunami* de dez metros de altura que varreram o nordeste japonês em março de 2011.

O Brasil, pelo contrário, encontra-se no centro de uma placa tectônica, a Placa Sul-Americana, o que limita muito o risco de abalos sísmicos em seu terri-

tório. Considerando a posição geográfica privilegiada do país e os elevados padrões de segurança adotados por Angra 1 e Angra 2, o Sistema Eletrobras, alinhado às diretrizes de seu acionista majoritário, continuará investindo na participação da energia nuclear na matriz energética brasileira.

CENTROS DE INFORMAÇÕES

A Eletrobras Eletronuclear mantém dois centros de informações para prestar esclarecimentos sobre as usinas nucleares de Angra dos Reis. O Centro de Informações de Itaorna, no km 522 da Rodovia Rio-Santos, funciona de segunda a sexta-feira, das 8h às 11h30, e das 13h45 às 16h30; aos sábados, domingos e feriados, das 8h30 às 15h. Já o Espaço Eletronuclear está localizado no centro da cidade de Angra dos Reis (Av. Júlio Maria, 160), funcionando de segunda a sexta-feira, das 7h30 às 21h, e, aos sábados, das 9h às 14h.

9.1.5. Atividades internacionais

Argentina

UHE Garabi (1.152 MW) e UHE Panambi (1.048 MW): Foram concluídos os estudos de inventário do rio Uruguai, no trecho internacional entre Brasil e Argentina, iniciando-se o processo de preparação de documentos para desenvolverem-se os estudos de engenharia e meio ambiente dos empreendimentos (Eletrobras e *Emprendimientos Energéticos Binacionales S.A.* - Ebisa).

Nicarágua

UHE Tumarim (253 MW): A SPE CHC é uma associação 50% Eletrobras e 50% Queiroz Galvão no Panamá, contando com uma subsidiária integral, a SPE CHN, para operacionalizar o projeto. Em 2010 foi concluído o projeto básico da usina, e estão em fase de negociação os contratos de *Engineering, Procurement and Construction* (EPC), venda de energia, e a Licença de Geração. O projeto encontra-se em fase de estruturação financeira e preparação para as diversas aprovações internas e externas. O início da obra está previsto para o final do primeiro trimestre de 2011.

Peru

UHE Inambari (2 mil MW): A SPE Ingesa é uma associação da Eletrobras *holding* e da Eletrobras Furnas (49%) com a OAS, para o desenvolvimento do projeto. A conclusão dos estudos está prevista para o primeiro semestre de 2011; o início das obras, para o primeiro trimestre de 2012.

UHE Paquitzapango, UHE Tambo 40, UHE Tambo 60 e UHE Mainique (totalizando cerca de 7.700 MW): Foram concluídos os estudos de pré-viabilidade pelo consórcio Eletrobras, Odebrecht, Andrade Gutierrez e Engevix. Mantêm-se tratativas com o Ministério de Energia e Minas do Peru, para avaliar a possibilidade de iniciarem-se os estudos de viabilidade no primeiro trimestre de 2011.

9.2. Transmissão

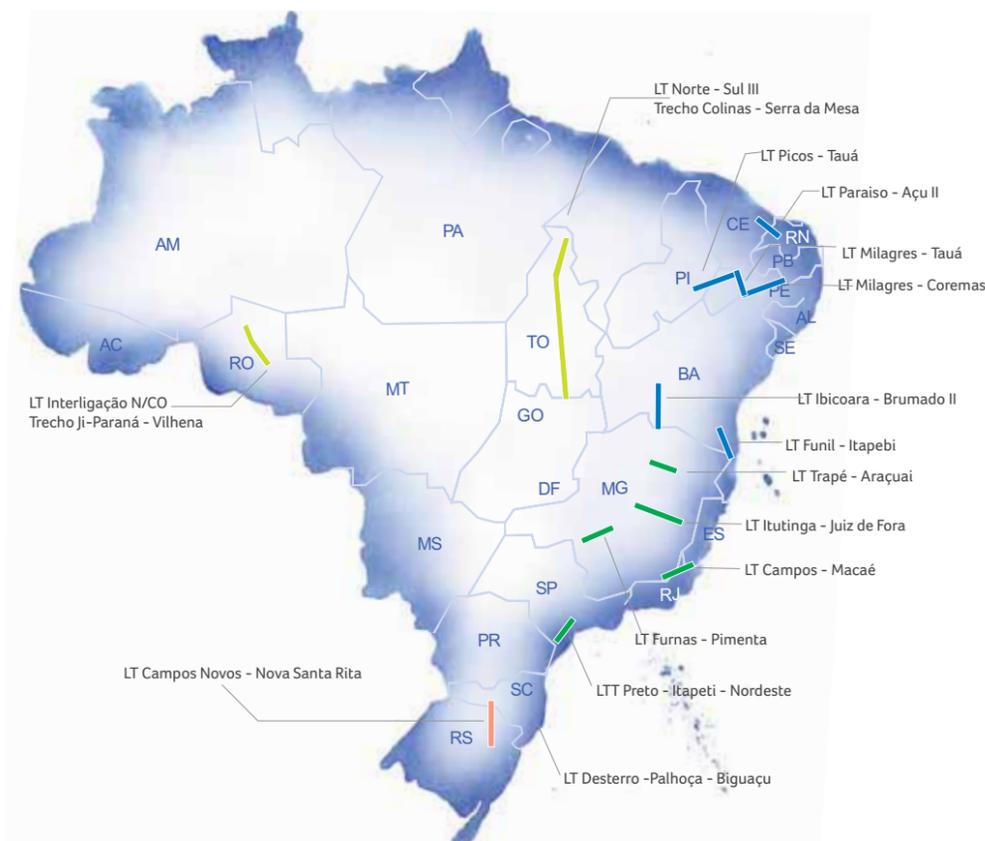
O PDE prevê participação ativa do Sistema Eletrobras nas atividades de expansão da transmissão. Em 2010, o sistema incorporou 922 km de linhas de transmissão, 2.568 MVA em capacidade de transformação em subestações e 1.000 Mvar de compensação reativa. As empresas Eletrobras incorporaram ainda 64 km de linhas de transmissão, por meio de SPE com empreendedores privados.

No Brasil, entre os empreendimentos em curso, destacam-se as obras do sistema de transmissão para a integração do complexo hidrelétrico do rio Madeira, cuja energização está prevista até abril de 2013. Quanto a esse projeto, os marcos do ano foram o início de execução de obras civis e a obtenção das Licenças de Instalação da Subestação (SE) Coletora Porto Velho e da Linha de Transmissão (LT) 230 kV Coletora Porto Velho/Porto Velho. Vale também mencionar que os principais equipamentos da

Estação Retificadora nº 1 e da Estação Inversora nº 1 já foram contratados e estão em processo de fabricação. Quanto às linhas de corrente contínua, embora os cabos condutores e as estruturas metálicas já tenham sido adquiridos, os bipolos nº 1 e nº 2 continuam em fase de licenciamento ambiental. Ainda na região Norte, outro fato relevante foi a concessão das licenças ambientais (Prévia e de

Instalação) para o empreendimento LT 500 kV Ori-ximiná/Silves/Lechuga, que permitiu o começo das atividades de mobilização do canteiro de obras para dar início à construção, embora com atraso de dez meses em relação ao cronograma original. Na região Nordeste, a maioria dos empreendimentos ainda depende das licenças ambientais para que possam ser iniciados os trabalhos de construção.

EMPREENDIMENTOS DE LINHAS DE TRANSMISSÃO (LT) EM CONSTRUÇÃO



Leilão de linhas de transmissão e subestações

As empresas do Sistema Eletrobras participaram dos três leilões de transmissão promovidos pela Aneel em 2010, arrematando dez dos 20 lotes, o que corresponde a 519 km de linhas de transmissão, cerca de 34% do total de 1.511 km ofertado. A operacionalização desses empreendimentos próprios propiciará Receitas Anuais Permitidas (RAP) de cerca de R\$ 36,09 milhões.

Linhas de Transmissão (LT) arrematadas – próprias >230 kV

EMPREENDIMENTO	TENSÃO (KV)	EXTENSÃO (KM)	MVA	MVAR
LT Monte Claro / Garibaldi	230	33,3	-	-
LT Açú 2 / Paraiso	230	123	-	-
LT Açú 2 / Mossoró 2	230	69	-	-
LT Igaporã / Bom Jesus da Lapa 2	230/69	115	300	92,6
LT Sobral 3 / Acaraú 2	230/69	97	200	20
LT Extremoz 2 / João Câmara	230/138	82	360	485,2
TOTAL		519,3	860	597,8

Subestações (SE) arrematadas – próprias >230 kV

EMPREENDIMENTO	TENSÃO (KV)	MVA	MVAR
SE Caxias 6	230/69	330	-
SE Ijuí 2	230/69	166	-
SE Nova Petrópolis 2	230/69	83	-
SE Tapera 2 – TR3	230/69	83	-
SE Polo	230/69	100	-
SE Arapiraca 3	230/69	100	60
SE Lajeado Grande	230/138	75	-
SE Biguaçu – AT3	230/138	150	-
SE Foz do Chapecó	230/138	100	-
SE Lucas do Rio Verde	230/138	75	-
SE Biguaçu – AT2	525/230	672	-
TOTAL		2.794	657,8

Ainda no que tange aos leilões da Aneel, também é destaque o arremate de lotes pelas empresas do Sistema Eletrobras em parceria com empreendedores privados, cujos empreendimentos propiciarão RAP de aproximadamente R\$ 1,62 milhão.

Linhas de transmissão, por faixa de tensão

TENSÃO	TRECHO	EXTENSÃO (km)	LOCAL
230	Jiparaná-Vilhena C1	278	RO
230	Funil-Itapebi C3	198	BA
230	Ibicoara-Bromado 2	95	BA
230	Paraiso-Açú 2 C2	135	RN
230	Picos-Tauá	180	CE
230	Milagres-Coremas 2	695	TO/GO
345	Macaé-Campos C3	92	RJ
345	Tijuco Preto-Itapeti-Nordeste	50	SP
230	Biguaçu-Palhoça-Desterro	57	SC

SUBESTAÇÕES (SE) ARREMATADAS – SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO (SPE) >230 KV

EMPREENDIMENTO	PARTICIP. (%)	TENSÃO (KV)	MVA
SE CORUMBÁ	49	345/138	150



9.2.1. Atividades internacionais

Interligação com o Uruguai

Os ministérios das áreas de energia do Brasil e do Uruguai firmaram, em julho de 2006, o Memorando de Entendimentos, com o objetivo de fortalecer a integração energética entre os dois países mediante a construção de uma interligação de grande porte, com capacidade de 500 MW, abrangendo empreendimentos em território brasileiro e uruguaio.

- Construção de linha de transmissão em 500 kV, com 60 km de extensão, entre a SE Candiota e a fronteira com o Uruguai.

Empreendimentos em território uruguaio

- Construção de linha de transmissão em 500 kV, com 65 km de extensão, entre a fronteira com o Brasil e a SE Conversora Melo;
- Construção da SE Conversora Melo - 60/50 Hz – 500 MW;
- Construção de linha de transmissão em 500 kV, com 283 km de extensão, entre a SE Conversora Melo e a SE San Carlos; e
- Ampliação da SE San Carlos.

Empreendimento em território brasileiro

- Ampliação da SE Presidente Médici (uma entrada de linha de 230 kV);
- Construção de linha de transmissão em 230 kV, com 9 km de extensão, entre a SE Presidente Médici e a SE Candiota;
- Construção de uma nova SE Candiota 500/230 kV – 672 MVA;

INTERCONEXÃO BRASIL-URUGUAI (390 KM)



Em março de 2010, o contrato comercial entre a Eletrobras, do lado brasileiro, e a *Usinas y Trasmisiones Eléctricas (UTE)*, do lado uruguaio, foi finalmente assinado. O projeto básico da linha de transmissão foi concluído em dezembro de 2010, e os estudos de impacto ambiental estão em desenvolvimento. O início das obras da linha e da subestação associada está previsto para janeiro de 2012; a energização do empreendimento, para fevereiro de 2013.

Cabe destacar que este é o primeiro empreendimento a ser integralmente implantado pela Eletrobras, na qualidade de proprietária da instalação, conforme estabelecido na Resolução Autorizativa da Aneel nº 2.280/2010 de 23 de fevereiro de 2010.

9.3. Distribuição

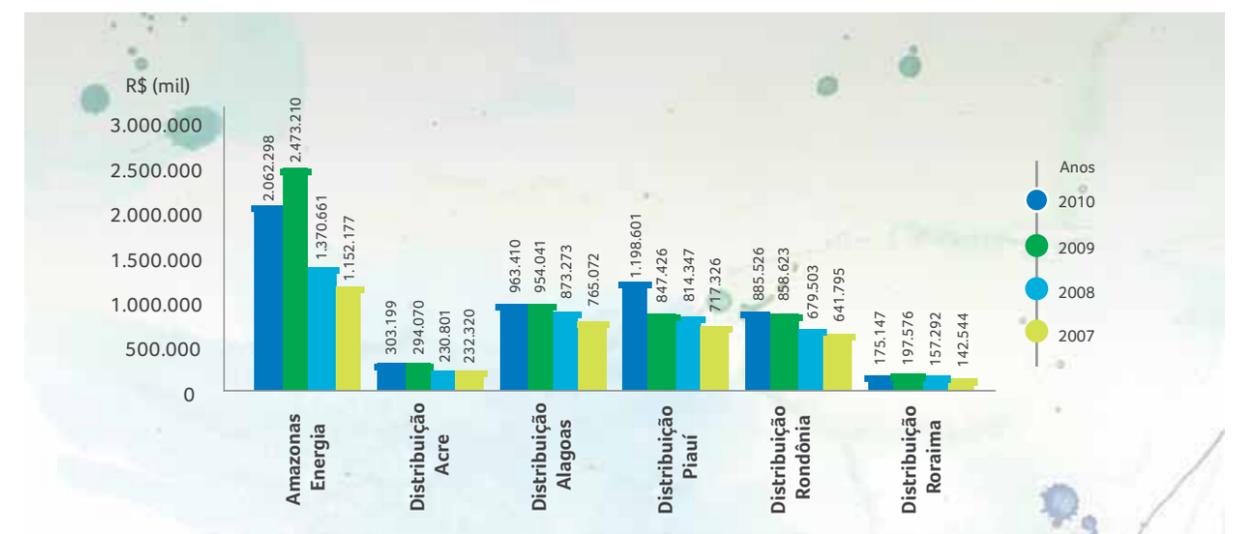
O processo de recuperação das distribuidoras, ainda em andamento, trouxe melhorias à gestão das empresas, com alguns resultados positivos que começam a ficar visíveis este ano, embora muitos problemas permaneçam. Investimentos estão sendo feitos em 2011 com o objetivo de avançar na melhoria de seu desempenho.

Em relação ao resultado financeiro, em seu conjunto, as empresas contabilizaram prejuízos de R\$ 1,4 bilhão. Desse total, cerca de R\$ 700 milhões devem-se a um efeito contábil decorrente das provisões que tiveram de ser lançadas no balanço, em função do término das concessões de ativos em 2015.

Lucro líquido consolidado (R\$ milhões)

EMPRESA	VALOR
Amazonas Energia	-1.315
Distribuição Acre	-13
Distribuição Alagoas	-43
Distribuição Piauí	-69
Distribuição Rondônia	5
TOTAL	-1.409

EVOLUÇÃO DO FATURAMENTO POR EMPRESA DE DISTRIBUIÇÃO (R\$ MIL)



9.3.1. Revisão tarifária

Em 2010 foram estabelecidos Índices de Reajuste das Tarifas (IRT) das Empresas Distribuidoras Eletrobras pela Aneel.

Índices de Reajuste das Tarifas (IRT)

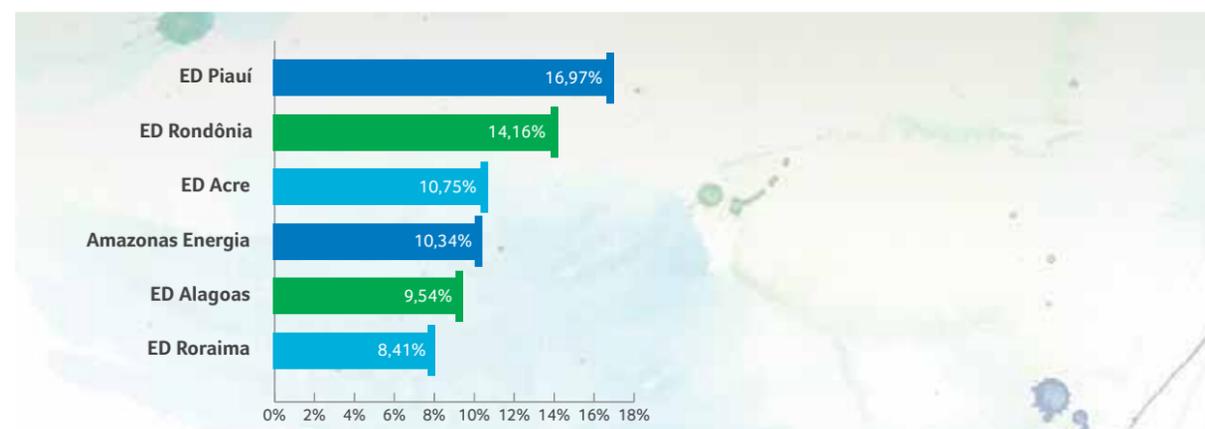
EMPRESA	IRT econômico	Componentes financeiros	IRT total	Efeito médio consumidor
Amazonas Energia	3,22%	3,64%	6,86%	-2,08%
Distribuição Acre	16,81%	0,00%	16,81%	7,42%
Distribuição Alagoas	8,32%	4,39%	12,71%	6,56%
Distribuição Piauí	7,45%	-1,36%	6,08%	1,80%
Distribuição Rondônia	17,06%	0,00%	17,06%	10,60%
Distribuição Roraima	3,71%	-1,86%	1,86%	1,31%

No caso da ED Rondônia e da ED Acre, os IRTs totais seriam de 22,61% e 21,76%, respectivamente. Para diminuir o impacto para os consumidores do aumento elevado das tarifas, a Eletrobras solicitou que fossem diferidos os componentes financeiros de 5,55% e 5,58%, respectivamente. Esses valores serão considerados como componentes financeiros nos reajustes de 2011 atualizados pela variação do IGP-M.

9.3.2. Fornecimento

Apesar da participação ainda pequena das distribuidoras do Sistema Eletrobras no mercado nacional de energia elétrica, em 2010 elas apresentaram crescimento superior ao nacional, o que revela sua tendência à expansão. Nesse ano, a quantidade de energia elétrica fornecida aos consumidores finais pelo conjunto das Empresas de Distribuição Eletrobras aumentou em aproximadamente 11,8%, se comparada a 2009.

CRESCIMENTO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA, POR EMPRESA DE DISTRIBUIÇÃO (2009-2010)



Cabe ressaltar que, no caso da Eletrobras Distribuição Piauí, foi realizado um expressivo programa de regularização de consumidores. No caso da Eletrobras Distribuição Rondônia, o crescimento está atrelado ao grande contingente populacional atraído pelas obras do complexo hidrelétrico do rio Madeira.

Dentre as empresas com maior participação na comercialização de energia elétrica, destacam-se a Eletrobras Amazonas Energia, com 37,4%; e a Eletrobras Distribuição Alagoas, com 19,4%. A primeira, ao contrário das demais, tem uma forte participação do consumo de energia na classe industrial, dada a importância do Polo Industrial de Manaus, com 34,3% do total comercializado por essa distribuidora em 2010.

No que diz respeito ao crescimento por classe consumidora, verificou-se o maior aumento (15,6%) na classe industrial, em função da retomada das atividades produtivas após a crise econômica de 2009. Também apresentaram aumentos expressivos as classes residencial (13,5%) e comercial (11,5%), devido ao significativo aumento das ligações de novos consumidores e da renda dos trabalhadores.

Número de unidades consumidoras, por classe consumidora [GRI EU3]

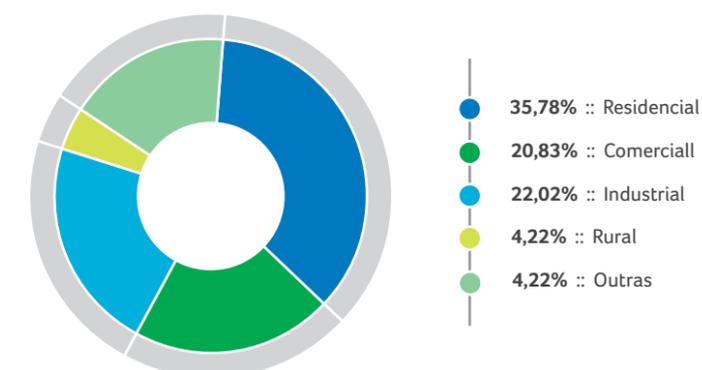
CLASSE	UNIDADES
Residencial	2.808.556
Industrial	12.915
Institucional (poder e serviço público)	41.146
Comercial	241.084
Outras classes (rural, consumo próprio etc.)	199.324
TOTAL	3.303.025

Fornecimento consolidado de energia elétrica (GWh), por classe consumidora

CLASSE	2010	2009	2008	2007	2006
Residencial	4.574	4.030	3.753	3.331	3.146
Comercial	2.662	2.387	2.226	2.009	1.895
Industrial	2.814	2.443	2.628	2.465	2.384
Rural	539	508	490	400	414
Outras	2.193	2.159	2.061	1.561	1.718
TOTAL	12.782	11.527	11.158	9.766	9.557

Verifica-se que a participação das principais classes de consumidores no consumo total praticamente se manteve em 2010.

FORNECIMENTO CONSOLIDADO DE ENERGIA ELÉTRICA (%), POR CLASSE CONSUMIDORA EM 2010



9.3.3. Inadimplência

Houve decréscimo de 6,6% no estoque nominal dos débitos em atraso, que passou de R\$ 1,073 bilhão, em 2009, para R\$ 1,002 bilhão, em 2010, mas mesmo assim, a inadimplência continua sendo um grande desafio a ser superado. Um indicador amplamente utilizado pelo mercado para avaliar o efeito dos débitos em atraso é representado pelo estoque de inadimplência sobre o faturamento dos últimos doze meses – que no caso das empresas de distribuição do Sistema alcançou 19,8% em 2010, contra uma média nacional variando entre 8% e 10%.

TODAS AS EMPRESAS DE DISTRIBUIÇÃO DA ELETROBRAS VÊM ADOTANDO MEDIDAS PARA REDUZIR A INADIMPLÊNCIA

FATURAMENTO E ESTOQUE DE INADIMPLÊNCIA NAS EMPRESAS DE DISTRIBUIÇÃO

FATURADO E RECEBIDO
FATURADO E NÃO RECEBIDO
TAXA DE INADIMPLÊNCIA

R\$ 5.056
R\$ 1.002
19,8%

Todas as empresas de distribuição Eletrobras vêm adotando medidas para reduzir a inadimplência. Em 2010, as empresas que mais contribuíram para essa redução foram a Amazonas Energia (34,3%), Distribuição Alagoas (5,5%) e Distribuição Acre (21,5%). A Amazonas obteve uma redução de R\$ 113,4 milhões do estoque de inadimplência em relação a dezembro de 2009, referente à baixa de débitos considerados de recuperação improvável.

A primeira obteve uma redução de R\$ 113,4 milhões do estoque de inadimplência em relação a dezembro de 2009, referente à baixa de débitos

considerados de recuperação improvável. A segunda reduziu o estoque de inadimplência em aproximadamente R\$ 100 milhões, utilizando o mesmo procedimento de baixa, somado a uma negociação da dívida do setor industrial, no montante de R\$ 17 milhões, e mais R\$ 8,5 milhões como resultado das negociações com 34 prefeituras e dois hospitais entre os meses de julho e setembro de 2010. Na última, a redução foi de 21,5%, devido principalmente à negociação com empresa de serviço público no valor de R\$ 17,6 milhões, e com algumas prefeituras no valor de R\$ 8,8 milhões.

Inadimplência consolidada das distribuidoras (R\$ mil)

CLASSE	2010	2009	2008	2007	2006
Residencial	190.321	268.310	245.998	264.616	213.461
Comercial	113.374	127.401	119.962	117.130	101.092
Industrial	194.758	203.013	171.965	150.014	112.289
Rural	60.268	53.365	46.462	40.824	34.107
Poder público	168.159	162.930	143.700	135.479	123.822
Serviço público	221.403	203.979	306.566	372.062	291.974
Iluminação pública	54.043	53.922	65.199	35.269	30.075

9.3.4. Perdas

De uma forma geral, no ano de 2010 as empresas de distribuição do Sistema Eletrobras apresentaram redução dos níveis percentuais de perdas sobre a energia injetada, que recuaram 0,87 ponto percentual, isto é: de 36,03% em dezembro de 2009, passou para 35,16% em dezembro de 2010. Esse nível, todavia, ainda permanece muito acima da média nacional, que é de cerca de 15%. Nesse quesito destacam-se a Eletrobras Distribuição Piauí e a Eletrobras Distribuição Rondônia, que nos últimos três anos conseguiram reduzir seus índices de perda em 4,95 pontos percentuais e 5,60 pontos percentuais, respectivamente.

Índice de perda de energia (%) por empresa [GRI EU12]

EMPRESA	TÉCNICAS	NÃO-TÉCNICAS	TOTAIS
Amazonas Energia	2,10%	40,30%	42,40%
Distribuição Acre	11,87%	12,22%	24,09%
Distribuição Alagoas	8,42%	23,03%	31,45%
Distribuição Piauí	12,60%	20,91%	33,51%
Distribuição Rondônia	10,00%	23,99%	33,99%
Distribuição Roraima	8,10%	8,03%	16,13%

Para acelerar o processo de redução de perdas, de forma a alcançar níveis regulatórios admitidos pela Aneel, o Sistema Eletrobras dará início em 2011 ao projeto ENERGIA +, com recursos da ordem de U\$ 500 milhões financiados pelo Banco Mundial. O programa visa a melhorar a qualidade dos serviços de fornecimento, a reduzir as perdas de energia elétrica e a aumentar a sustentabilidade das companhias, através de políticas de cobrança mais eficientes na distribuição e no varejo.

Para tal, será financiada a aquisição de bens, equipamentos, obras e serviços para reforçar as redes de distribuição e implantar infraestrutura de medição avançada, que contemplará telemedicação e monitoramento em tempo real de aproximadamente 370 mil unidades consumidoras nas seis distribuidoras, permitindo a blindagem de 64% da receita das empresas de distribuição. Além disso, o projeto apoiará a modernização dos sistemas de gestão da informação e o reforço da capacidade institucional e operacional das seis empresas de distribuição, em áreas como gestão por resultados, impactos ambientais e sociais, e conscientização das comunidades.

Adicionalmente, um centro de pesquisa e treinamento a ser estabelecido pelo projeto no estado do Acre irá financiar o desenvolvimento de currículos, estudos, capacitação, bolsas de estudo e equipamentos para a elaboração e aplicação de cursos nas áreas de recursos hídricos e gestão ambiental.

9.3.5. Qualidade do serviço

Melhorias significativas dos índices de qualidade de serviço (DEC e FEC) requerem grandes investimentos na atualização do sistema de subestações e redes de distribuição, bem como melhoria contínua no processo de manutenção preventiva.

Embora investimentos tenham sido feitos, estes ainda não foram suficientes para uma redução desses índices. Considerando as metas por conjuntos de consumidores definidas pela Aneel, em 2010 nenhuma empresa conseguiu atender de a qualidade do serviço exigida pela agência.

Neste sentido, espera-se que projeto ENERGIA +, a ser desenvolvido com recursos financiados pelo Banco Mundial a partir de 2011, contribua para o estabelecimento e manutenção dos níveis de DEC e FEC dentro dos valores estabelecidos pelo agente regulador.

Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC) (hora/ano) [GRI EU29] e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC) (interrupções/ano) [GRI EU28]

EMPRESA	DEC	FEC
Amazonas Energia	72	60
Distribuição Acre	45	44
Distribuição Alagoas	20	14
Distribuição Piauí	41	32
Distribuição Rondônia	32	30
Distribuição Roraima	17	22

Equilíbrio entre oferta e demanda [GRI EU6]

De forma a garantir a disponibilidade dos equipamentos, a continuidade do fornecimento e o atendimento à demanda planejada, todas as empresas de distribuição do Sistema Eletrobras realizam inspeção diária em suas subestações, para controle do desempenho de cada equipamento, com a indicação de variações que possam vir a causar falhas e de medidas de intervenção em tempo hábil para evitar indisponibilidade. Além disso, também é realizada a inspeção das linhas de transmissão e redes de distribuição, com indicação da necessidade de realização de serviços de poda de árvores e limpeza de faixa de servidão. São ainda realizadas inspeções (visual, por termovisão e testes elétricos) anuais programadas, para identificar a necessidade de manutenção preventiva.

No caso da Eletrobras Amazonas Energia, que possui parque gerador próprio, são também realizadas inspeções e medidas de manutenção periódicas em componentes como geradores elétricos ou mancais da turbina. Já a Eletrobras Distribuição Piauí realiza análise cromatográfica e físico-química de óleo isolante para identificar necessidade de manutenção preventiva em seus transformadores.

Apenas a Distribuição Acre relatou prática de gestão de carga em horários de pico e gestão de demanda. No primeiro caso, a empresa disponibiliza opções de manobra de carga entre alimentadores e/ou subestações para remanejamento de carga em situações de sobrecarga ou emergência. No segundo, foi implantada, desde o final de 2009, com a interligação do estado ao SIN, a tarifa horo-sazonal. Houve também o incentivo à utilização de biomassa e outras

fontes de energia renováveis. É importante observar, todavia, que a demanda de energia nos mercados atendidos por essas distribuidoras vem crescendo a taxas elevadas.

9.3.6. Relacionamento com o cliente [GRI PR3 e PR5]

As empresas de distribuição do Sistema Eletrobras buscam estar sempre alinhados às melhores práticas de transparência na relação com os seus clientes. Em sua totalidade, as reclamações e sugestões recebidas são tratadas com medidas corretivas, algumas implantadas de imediato, outras em projetos de curto, médio ou longo prazo, criando um ciclo contínuo de melhoria. Todas as empresas de distribuição promovem reuniões com os Conselhos de Consumidores e realizam Pesquisa de Satisfação do Cliente, mas algumas ainda precisam implantar comitê para análise do resultado da pesquisa e de seus indicadores.

As empresas também procuram tornar acessíveis informações sobre as características de seus produtos e serviços. Exemplos disso são a inserção de mensagens sobre cidadania e consumo consciente na fatura das contas de energia; as informações em páginas eletrônicas sobre segurança na rede elétrica, como procedimentos a serem tomados em caso de acidentes; e a plotagem de informações sobre o consumo e eficiência energéticos em veículos de serviço e de campo.

9.4. Comercialização

O destaque nessa área em 2010 foi a regulamentação da comercialização da energia gerada pela Eletronuclear. A partir de 2013, as usinas Angra 1 e 2 não mais

venderão compulsoriamente sua energia a Furnas, mas diretamente às distribuidoras interessadas. Já a energia a ser gerada em Angra 3 será comercializada por meio de leilão a consumidores finais, como energia de reserva.

O marco regulatório da comercialização de energia, construído entre 1998 e 2002, estabeleceu um modelo de liberdade plena para a compra e venda de energia entre geradores e distribuidores. Houve, contudo, duas exceções: a primeira imputava à Eletrobras *holding* a responsabilidade pela comercialização da energia gerada em Itaipu Binacional e dentro do Proinfa – agentes que mereceram tratamento diferenciado em virtude das particularidades que marcam sua atuação.

Comercialização de energia por Itaipu Binacional

COMPRADOR	ENERGIA COMERCIALIZADA (MWH)	VALOR COMERCIALIZADO (US\$ MILHÕES)
Ande	7.272.103	198,4
Eletrobras	78.030.525	3.092,6
TOTAL	85.302.628	3.291,0

A segunda dispõe que Furnas realize a compra compulsória de toda a energia gerada no complexo de Angra dos Reis. A partir de 2013, a Eletrobras Eletronuclear poderá vender sua energia diretamente ao mercado. No caso da energia de Angra 3, a ser gerada a partir de 2016, a venda será feita por meio da CCEE. A mudança terá impacto relevante para Furnas, que tinha prejuízo na comercialização da energia de Angra 1 e 2.

Outro fato relevante na área de comercialização em 2010 foi a atuação da *holding* com vistas a articular um leilão para a compra da sobra de energia da Chesf, dentro do marco regulatório. Com isso, a Chesf foi geradora campeã de vendas de energia em 2010 e, ao mesmo tempo, o fluxo financeiro para atender ao mercado gaúcho permaneceu no Sistema Eletrobras.

Comercialização de energia elétrica, por empresa

EMPRESA	ENERGIA COMERCIALIZADA (MWH)	VALOR COMERCIALIZADO (R\$ MILHÕES)
Chesf	56.048.205	4.356
Eletronorte	52.258.019	4.384
Furnas	43.350.532	3.120
Eletronuclear*	13.361.400	1.782
CGTEE	4.463.495	590
TOTAL	169.481.651	14.232

* Toda a energia produzida pela Eletrobras Eletronuclear é adquirida por Furnas.



O DESTAQUE NESSA ÁREA EM 2010 FOI A REGULAMENTAÇÃO DA COMERCIALIZAÇÃO DA ENERGIA GERADA PELA ELETRONUCLEAR



DIMENSÃO SOCIAL

NAS PRÓXIMAS PÁGINAS ESTÃO EXPRESSOS OS COMPROMISSOS DA ELETROBRAS COM SEUS COLABORADORES, POR MEIO DAS MELHORES PRÁTICAS TRABALHISTAS, E TAMBÉM A FORMA DE RELACIONAMENTO DA EMPRESA COM AS COMUNIDADES EM QUE ATUA.

A gestão dos programas de governo e a política de patrocínios culturais e esportivos também estão detalhadas no capítulo a seguir.

10. Dimensão Social

10.1. Empregados

O Sistema Eletrobras atualmente conta com 28.450 empregados, distribuídos por todas as regiões do Brasil.

Total de empregados, por região [GRI LA1]

REGIÃO	EMPREGADOS	PARTICIPAÇÃO
Norte	5.291	19%
Nordeste	8.574	30%
Centro-Oeste	2.409	8%
Sudeste	8.319	29%
Sul	3.857	14%
TOTAL	28.450	100%

Total de empregados, por região e gênero [GRI LA1]

REGIÃO	MASCULINO	FEMININO
Norte	4.295	1.002
Nordeste	6.961	1.661
Centro-Oeste	1.956	448
Sudeste	6.754	1.580
Sul	3.131	662
TOTAL	23.097	5.353
PARTICIPAÇÃO	81%	19%

Total de empregados, por faixa etária [GRI LA1]

FAIXA ETÁRIA	EMPREGADOS	PARTICIPAÇÃO
18 a 25 anos	877	3%
26 a 30 anos	2.718	10%
31 a 40 anos	5.656	20%
41 a 50 anos	7.659	27%
51 a 60 anos	9.916	35%
>60 anos	1.624	6%
TOTAL	28.450	100%

No ano de 2010, as empresas Eletrobras registraram 1.442 admissões e 740 desligamentos de empregados. A maioria dos desligamentos foi motivada por aposentadoria ou pedido de demissão, totalizando uma baixa taxa de rotatividade, de 2,6%.

ROTATIVIDADE DE EMPREGADOS POR GÊNERO [GRI LA1]		ROTATIVIDADE
GÊNERO		
FEMININO		1,83%
MASCULINO		0,77%
TOTAL		2,60%

Rotatividade de empregados por faixa etária [GRI LA1]

FAIXA ETÁRIA	ROTATIVIDADE
18 - 25	0,13%
26 - 30	0,36%
31 - 40	0,30%
41 - 50	0,20%
51 - 60	1,24%
>60	0,34
TOTAL	2,60%

Aproximadamente 47% dos colaboradores de cargo gerencial do Sistema Eletrobras poderão aposentar-se entre os próximos cinco a dez anos, mas é grande a assimetria entre as empresas.

Empregados que podem se aposentar nos próximos cinco a dez anos, por categoria ocupacional [GRI EU15]

CATEGORIA	PARTICIPAÇÃO
Gerência	47%
Nível universitário	29%
Nível médio ou fundamental	45%

Foram consideradas as seguintes empresas Eletrobras: Amazonas Energia, Chesf, CGTEE, Eletrosul, Furnas, Eletronuclear, Itaipu Binacional, Distribuição Rondônia e Eletrobras holding.

O ano de 2010 foi marcado por importantes avanços na gestão corporativa de pessoas do Sistema Eletrobras, entre os quais figura a publicação da Política de Gestão de Pessoas, cujos programas funcionam de maneira articulada e complementar, visando a propiciar um ambiente de trabalho regido pela meritocracia. Outras iniciativas também podem ser destacadas.

• **Plano de Carreira e Remuneração (PCR)***

Em 2010, foi implantado o PCR nas empresas Eletrobras. Ele unificou as políticas e diretrizes de carreira, cargos e remuneração, além de definir as competências gerais para os cargos amplos e funções gerenciais e de assessoramento. Sua elaboração contou com a participação de representantes de todas as empresas, e houve ampla negociação com empregados, gestores e sindicatos, resultando na adesão voluntária de 97% dos colaboradores.

Relação entre o salário mais baixo da companhia e o salário mínimo local [GRI EC5]

SALÁRIO BASE	VALOR	VARIAÇÃO
Salário mínimo nacional	R\$ 510,00	
Salário mais baixo do Sistema Eletrobras	R\$ 908,79	178,94%

• **Sistema de Gestão do Desempenho (SGD)***

O SGD é um mecanismo de gestão, com foco em competências e resultados, que irá permitir às empresas Eletrobras desenvolver e administrar estrategicamente seus empregados, canalizando esforços para alcançar objetivos e resultados que garantam rentabilidade, sustentabilidade, competitividade e geração de valor. Testado na *holding*, em nível piloto, o SGD segue em implantação nas empresas Eletrobras – dessa forma, as etapas de planejamento, acompanhamento, avaliação e desenvolvimento ocorrerão de forma unificada nas empresas do sistema.

As empresas que já possuíam um sistema de avaliação de desempenho mantiveram suas análises em 2010 e, paralelamente, participaram do planejamento da integração pelo SGD.

O PCR UNIFICOU AS POLÍTICAS E DIRETRIZES DE CARREIRA, CARGOS E REMUNERAÇÃO, ALÉM DE DEFINIR AS COMPETÊNCIAS GERAIS PARA OS CARGOS AMPLOS E FUNÇÕES GERENCIAIS E DE ASSESSORAMENTO

Percentual de empregados que recebem regularmente análises de desempenho e desenvolvimento de carreira [GRI LA12]

DESCRIÇÃO	NÚMERO	PERCENTUAL
Avaliações de desempenho ¹	7.474	72,40%
Avaliações de desenvolvimento de carreira ²	5.147	96,60%

¹ Foram consideradas as seguintes empresas Eletrobras: Cepel, Furnas, Eletronuclear, Itaipu Binacional e Eletrobras holding.

² Foram consideradas as seguintes empresas Eletrobras: Cepel e Furnas.

• **Plano de desenvolvimento profissional [GRI EU14]**

Com o objetivo de modernizar e unificar as políticas e práticas de gestão de pessoas em todas as empresas Eletrobras, tendo por base teorias e conceitos contemporâneos e as melhores práticas adotadas por empresas de classe mundial, a Eletrobras, a partir de janeiro de 2010, com a aprovação do Projeto IV.6.3 – Plano de Desenvolvimento e Capacitação

* Devido a seu regime de governança diferenciado, estabelecido pelo tratado internacional, a Itaipu Binacional não participou.

de Pessoas, parte integrante do Processo de Transformação do Sistema Eletrobras, estabeleceu como premissa a atuação integrada e cooperativa do conjunto de empresas do sistema, em sintonia com os propósitos estratégicos de integração, competitividade e rentabilidade.

Esse modelo é composto pela Unise e quinze Unidades de Educação Corporativa associadas, correspondentes a cada uma das empresas, com o objetivo de promover o desenvolvimento de todos os empregados nas competências requeridas.

Como bases para o funcionamento desse modelo, foram definidas Políticas de Educação Corporativa e um Modelo Educativo, que visa a orientar o planejamento, execução, acompanhamento e avaliação das ações educacionais.

Um Comitê de Educação Corporativa foi constituído no âmbito da governança da Unise, com representação de todas as empresas, intentando assegurar uma atuação integrada, cooperativa e em plena sintonia com os propósitos estratégicos de integração, competitividade e rentabilidade do sistema.

A estrutura da Unise compreende cinco escolas, que refletem as orientações estratégicas do Sistema Eletrobras. Ressalta-se a Escola de Responsabilidade Social Corporativa, cujo objetivo é disseminar valores e desenvolver uma cultura do Sistema Eletrobras pautada nos princípios da sustentabilidade.

A Unise é responsável pelas ações que dão suporte às estratégias do Sistema Eletrobras, destinadas:

- ao desenvolvimento das competências gerais definidas no PCR;
- ao desenvolvimento das lideranças do Sistema Eletrobras;
- ao desenvolvimento das competências críticas técnicas e de gestão para o Sistema Eletrobras;
- à disseminação de cultura e valores do Sistema Eletrobras.

Indicadores da Universidade do Sistema Eletrobras (Unise)

PROGRAMAS	CARGA HORÁRIA	ALUNOS	INVESTIMENTO
52	67	2.120	R\$ 9 milhões

Volume anual de treinamento oferecido pela Universidade do Sistema Eletrobras (Unise) [GRI LA10]

CARGO	CARGA HORÁRIA (h)	MÉDIA POR PARTICIPANTE (h)
Gerencial	52.686	124
Com nível universitário	127.106	138
Sem nível universitário	8.546	67
TOTAL	188.338	110



As Unidades de Educação Corporativa das empresas desenvolvem as competências específicas de cada uma delas, visando a assegurar a disponibilidade de profissionais especializados conforme requerem seus processos.

Volume anual de treinamento oferecido [GRI LA10]

CARGO	CARGA HORÁRIA (h) 1	MÉDIA POR COLABORADOR (h) 2
Gerencial	106.077	57,8
Nível universitário	328.594	51,9
Nível médio	569.321	39,7
TOTAL	1.003.992	49,8

¹ Foram consideradas as seguintes empresas Eletrobras: CGTEE, Chesf, Eletronuclear, Eletrosul, Furnas, Itaipu Binacional, Distribuição Rondônia, e Eletrobras holding.
² A Eletrobras Cepel respondeu apenas ao item cargos gerenciais.

Gestão de clima organizacional*

A primeira Pesquisa de Clima Unificada do Sistema Eletrobras, que contou com a participação de 17.271 respondentes, registrou índice de favorabilidade de 68,93%. A partir dos resultados apurados, serão traçados, em 2011, os planos de ação para melhorias contínuas no clima organizacional das empresas.

Esta pesquisa buscou identificar oportunidades de melhorias nas dimensões: motivação, gestão de pessoas, filosofia de gestão e ambiente de trabalho, capazes de tornar o ambiente mais agradável e produtivo, ampliando o diálogo e contribuindo para a transparência da gestão.

Diversidade

Em função de sua natureza jurídica e da observância dos princípios universais de igualdade e impessoalidade que determinam a contratação por concurso público, o Sistema Eletrobras vem estudando a adoção de políticas afirmativas como alternativas para incentivar o acesso de minorias a seus processos de recrutamento e seleção. A valorização da diversidade em seu quadro funcional é tratada em diretrizes que

asseguram direitos como o da acessibilidade. O direito a benefícios de plano de saúde válidos para cônjuges de colaboradores heterossexuais é estendido a companheiros ou companheiras de colaboradores homoafetivos e incorporado aos acordos coletivos de trabalho em todas as empresas do sistema.

Gênero

As empresas Eletrobras integram o Comitê Permanente para Questões de Gênero do Ministério de Minas e Energia e Empresas Vinculadas. Além disso, sua estrutura organizacional prevê Comitês de Gênero, cujo objetivo é propor ações e implementar práticas que assegurem a igualdade de oportunidades a homens e mulheres no ambiente de trabalho. Em 2010, as empresas do sistema receberam o Selo Pró-Equidade de Gênero, em sua terceira edição, uma iniciativa da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República em parceria com a ONU Mulheres e OIT.

A proporção entre os salários de mulheres e homens no Sistema Eletrobras apresenta variação distinta segundo o nível hierárquico e a empresa.

Liberdade de associação

O Sistema Eletrobras zela pelo direito à liberdade de associação sindical e negociação coletiva, sendo todos os seus empregados resguardados por Acordo Coletivo de Trabalho. A negociação dos acordos é coordenada pela Assessoria de Relações Trabalhistas e Sindicais (DAT) da holding, que acompanha ainda o cumprimento dos compromissos entre as partes, em reuniões periódicas. Em caso de greve, as empresas negociam com os sindicatos a permanência dos empregados necessários para que o fornecimento de energia seja mantido, conforme estabelece o Art. 9.º da Lei de Greve n.º 7.783 de 28/06/1989. [GRI LA4]

Até o momento não foram identificadas operações em que os direitos de liberdade de associação ou de negociação coletiva dos empregados possam estar em risco. [GRI HR5]

Saúde e segurança no trabalho

A Política de Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho prioriza a segurança e a saúde ocupacional dos colaboradores das empresas Eletrobras, enfocando a prevenção, atendendo aos requisitos legais, promovendo a melhoria contínua na gestão e objetivando a redução de acidentes e ocorrências relacionadas à sua saúde. [GRI EU16]

Essa política tem como diretrizes gerais:

- Atuar de forma preventiva, visando a garantir a saúde e a segurança dos colaboradores das empresas Eletrobras;
- Promover a realização de exames médicos ocupacionais, com a finalidade de proteger a saúde dos colaboradores, diagnosticar precocemente eventuais anormalidades, prevenir a ocorrência de doenças contagiosas e avaliar seu estado de saúde em relação à atividade exercida na empresa, sempre visando à identificação de doenças profissionais e à eliminação de suas causas;
- Proporcionar ao colaborador um ambiente de trabalho seguro e saudável;
- Compreender que nenhum trabalho pode ser executado sem considerar a segurança e a saúde do colaborador, nem qualquer razão, seja ela urgência, importância ou qualquer outra, poderá ser alegada para justificar o não-cumprimento dos requisitos de segurança e saúde ocupacional;

- Considerar a segurança e saúde ocupacional como parte integrante da gestão estratégica de pessoas, encarando o exemplo de gestores e demais profissionais como fator de sucesso;
- Assegurar que as metas e indicadores de segurança e saúde ocupacional estejam vinculados à estratégia empresarial;
- Considerar as atitudes em segurança e saúde ocupacional como parte do desenvolvimento profissional dos colaboradores das empresas Eletrobras;
- Promover continuamente informação e treinamento como ferramentas fundamentais para a conscientização e capacitação dos profissionais das empresas Eletrobras e demais partes interessadas de segurança e saúde ocupacional;
- Determinar o cumprimento de legislação, regulamentos e outros requisitos sobre segurança e saúde ocupacional vigentes e subscritos pela empresa;
- Identificar, avaliar, controlar e mitigar os fatores de riscos à segurança e saúde dos colaboradores das empresas Eletrobras e demais pessoas envolvidas, inclusive os que possam atingir a população, de forma a prevenir acidentes em todas as atividades dos processos produtivos;
- Disponibilizar aos órgãos de segurança do trabalho e saúde ocupacional os meios necessários ao exercício de suas atividades;
- Atuar permanentemente na pesquisa de novas tecnologias de segurança e saúde ocupacional.

Nas empresas Eletrobras, a saúde e a segurança no trabalho são tratadas por meio de políticas e práticas que contemplam as especificidades do setor elétrico. Treinamentos e orientações são ministrados a todos os empregados e pontualmente também a outros colaboradores, com o objetivo de reduzir acidentes e ocorrências relacionados à saúde. Temas concernentes à segurança e à saúde ocupacional cobertos por acordos formais com sindicatos abrangem as peculiaridades de cada empresa.

A exposição em áreas de risco, para o efetivo exercício da atividade, deve atender os seguintes critérios:

- Elétrico: Treinamento legal e específico para a atividade; Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) para exercício da atividade declarando o colaborador apto;

SALÁRIO BASE POR GÊNERO, EM CADA CATEGORIA FUNCIONAL (R\$) [GRI LA14]

CATEGORIA	HOMENS	MULHERES	PROPORÇÃO
GERÊNCIA	8.130,79	7.720,21	95%
NÍVEL UNIVERSITÁRIO	4.128,34	3.981,45	96%
NÍVEL MÉDIO OU FUNDAMENTAL	1.750,90	1.920,38	110%

Foram consideradas as seguintes empresas Eletrobras: Amazonas Energia, Distribuição Alagoas, CGTEE, Chesf, Eletronuclear, Eletrosul, Furnas, Itaipu Binacional, Distribuição Rondônia, Distribuição Roraima, Cepel e Eletrobras holding.

* Devido a seu regime de governança diferenciado, estabelecido pelo tratado internacional, a Itaipu Binacional não participou.

- Inflamável ou explosivo: Treinamento específico para a atividade; ASO apto; autorização específica para trabalho com explosivos;
- Radiação ionizante: Treinamento específico para a atividade; ASO apto; controle dosimétrico individual;

O procedimento para credenciar empregados à exposição em áreas de risco obedece ao seguinte:

- Indicação do credenciamento, sob responsabilidade da gerência imediata, conforme laudos periciais e normas internas;
- Comprovação da aptidão física;
- Aprovação do credenciamento pela superintendência ou diretoria, conforme normas internas;
- Notificação da informação à unidade definida em procedimento interno. [GRI LA9]

Em caso de ocorrência caracterizada como acidente de trabalho, a Eletrobras realiza investigação e análise, e divulga seus resultados, como segue:

- A Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) é divulgada às entidades legalmente competentes (Previdência Social, sindicato), sendo os resumos

- anuais e quadros da NR4 comunicados à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego;
- Os dados referentes a acidentes de trabalho (CAT, Relatório de Investigação e Estatística) são comunicados às unidades internas das empresas.

As empresas Eletrobras deram início à implantação do Sistema de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional (OHSAS, do inglês *Occupational Health and Safety Assessment Series*). Seu objetivo é prover a organização dos elementos de um sistema de gestão de segurança e saúde ocupacional eficaz, passível de integrar outros requisitos de gestão, de forma a auxiliá-los no alcance de seus objetivos.

Cada unidade regional do Sistema Eletrobras possui um serviço especializado em engenharia de segurança e medicina do trabalho, que verifica nas unidades operacionais ações preventivas, como os registros da Análise Preliminar de Riscos (APR), o Diálogo Diário de Segurança (DDS) e as atividades *in loco*. Para compor as taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos e óbitos, as empresas Eletrobras baseiam-se na norma NBR-14.280 conforme as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, adaptadas aos parâmetros e metodologia da OIT.

Taxa de lesões e doenças ocupacionais, número de dias perdidos e óbitos, por região [GRI LA7]

REGIÃO	LESÕES	DOENÇAS OCUPACIONAIS	DIAS PERDIDOS	ÓBITOS
Sul	1,41%	0,03%	530	0
Sudeste	1,10%	0,00%	1412	0
Centro-Oeste	1,30%	0,07%	328	0
Norte	1,42%	0,04%	8444	1
Nordeste	1,46%	0,10%	4956	2
TOTAL	1,32%	0,04%	15670	3

A Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa), presente em diversas unidades, desempenha função relevante na condução das atividades de saúde e segurança no trabalho nas empresas Eletrobras, atendendo à legislação trabalhista brasileira. Mais de 75% dos empregados estão representados por comitês formais de segurança e saúde.

NÚMEROS DE COMITÊS* DE SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL [GRI LA6]

COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES (CIPA)

151

Compostos por representantes da gestão e dos trabalhadores

COMITÊS LOCAIS

44

10.2. Comunidades locais

O Sistema Eletrobras segue as diretrizes do II Plano Diretor de Meio Ambiente do Setor Elétrico - PDMA (1993) e da Política Ambiental das Empresas Eletrobras quanto ao relacionamento com os grupos sociais que vivem nas localidades onde poderão ser instalados empreendimentos de energia elétrica. As diretrizes indicam que o diálogo com os diversos atores sociais ocorra desde o início do planejamento das ações, identificando suas expectativas e necessidades, e prestando-lhes esclarecimento contínuo, em linguagem adequada.

A avaliação de impactos nesses públicos, tais como possíveis deslocamentos e alterações em seu modo de vida, é necessariamente estudada, e a revisão do projeto pode ocorrer em todas as fases de planejamento. [GRI EU20]

Conforme as etapas de planejamento avançam, consolida-se também o diálogo com os segmentos sociais afetados, buscando-se a participação informada e ativa das comunidades nas propostas de recomposição de vida. As diretrizes setoriais indicam que a recomposição das condições de vida da população atingida deve ser conduzida de forma que sejam, no mínimo, iguais ou preferencialmente melhores do que a situação anterior [GRI EU19].

As diretrizes do PDMA estabeleceram também, para os casos em que é necessário o deslocamento de pessoas, as alternativas de indenização da área desapropriada (geralmente através de crédito fundiário) e o reassentamento. Para pequenos proprietários ou não-proprietários recomendam-se processos de negociação coletiva que favoreçam aos que pouco lidam com o mercado.

A participação das pessoas afetadas ocorre através de reuniões e outros encontros, para informação do andamento do projeto e audiências públicas formais promovidas pelos órgãos ambientais. Obtida a Licença Prévia, segue-se o aprofundamento do projeto, e os programas previstos nos EIA são detalhados. Nessa etapa é fundamental a negociação com os grupos sociais para elaborar acordos coletivos que definam os preços mínimos de desapropriação, a forma de realizá-la e outras condições.

As empresas Eletrobras buscam promover melhorias na comunidade local, relacionadas ao padrão residencial, à infraestrutura do local, por exemplo, sanitária e viária, entre outros.

Deslocamentos decorrentes de atividades da Eletrosul [GRI EU22]

EMPREENDIMENTO	PESSOAS DESLOCADAS	PESSOAS INDENIZADAS	VALOR DAS INDENIZAÇÕES
Geração	108	107	R\$ 6.857.552,92
Transmissão	09	547	R\$ 10.720.984,69
TOTAL	117	654	R\$ 17.578.537,61

O DIÁLOGO COM OS DIVERSOS ATORES SOCIAIS OCORRE DESDE O INÍCIO DO PLANEJAMENTO DAS AÇÕES, IDENTIFICANDO SUAS EXPECTATIVAS E NECESSIDADES, E PRESTANDO-LHES ESCLARECIMENTO CONTÍNUO, EM LINGUAGEM ADEQUADA

Programas de Educação Ambiental e Planos de Ação Socioambiental também são desenvolvidos pelas empresas do Sistema Eletrobras como, por exemplo, o Plano de Ação Socioambiental (PAS), no qual a Eletrobras Chesf desenvolveu uma nova metodologia de Comunicação e de Educação Ambiental que busca um processo de gestão ambiental contínuo e com a participação das comunidades envolvidas em seus empreendimentos. O PAS está sendo desenvolvido nas comunidades das áreas de influência dos reservatórios do Complexo Paulo Afonso, em parceria com o Instituto de Ecologia Humana (IEH). Na primeira etapa, o IEH, sob a supervisão da Eletrobras Chesf, identificou e trabalhou com as comunidades e escolas envolvidas, considerando os cinco municípios do entorno dos reservatórios (Paulo Afonso e Glória, na Bahia; Jatobá, em Pernambuco; Pariconha e Delmiro Gouveia, em Alagoas). Foram desenvolvidas ações como organização das comunidades, programas de educação e de saúde e estímulo ao exercício da cidadania, além de projetos ambientais. Estes projetos são trabalhados nas comunidades, nos municípios e em instituições, tendo a Eletrobras Chesf o papel de facilitador e apoiador. Nos próximos anos será dada continuidade às ações do PAS, que deverá ser implantado, gradativamente, nos demais empreendimentos da Eletrobras Chesf.

Outro exemplo é o Programa de Educação Ambiental do AHE Batalha desenvolvido pela Eletrobras Furnas que promove cursos de capacitação para professores da rede pública estadual e municipal de Cristalina (GO) e Paracatu (MG). Os temas abordados são: saneamento ambiental, resíduos sólidos, biodiversidade,

uso e ocupação do solo e cultura e sociedade. Para o público escolar são desenvolvidas palestras, oficinas e visitas guiadas onde são abordados aspectos sobre o empreendimento AHE Batalha, tipos de geração de energia elétrica, importância da água e seus diversos usos, preservação de mananciais hídricos e encaminhamento dos resíduos sólidos. Também são ministrados cursos de capacitação nos assentamentos rurais afetados pelo empreendimento com o objetivo de fomentar o associativismo e empreendedorismo a partir das potencialidades locais. No município de Paracatu, a Eletrobras Furnas estabeleceu parceria com as secretarias de Educação, Meio Ambiente, Saúde, Cultura e Turismo para a elaboração de uma proposta que consiste em um Programa Integrado de Educação Ambiental para a Comunidade Escolar do Município. Até dezembro de 2010, 1.700 pessoas, entre gestores educacionais, professores e alunos, passaram pelas atividades oferecidas pelo Centro Integrado de Educação Ambiental de Batalha. Desde a sua implantação, 3.080 pessoas foram atendidas pelo Programa que foi premiado em 2009 no 8º Prêmio CREA Goiás de Meio Ambiente, na modalidade Educação Ambiental.

Populações indígenas [GRI HR9]

A questão indígena tem diretrizes próprias no PDMA, as Diretrizes para o Relacionamento com Grupos Populacionais Indígenas, atualizadas a partir da experiência dos programas indigenistas realizados com a Fundação Nacional do Índio (Funai). Desde a etapa de planejamento, a existência de

comunidades indígenas é aferida e busca-se evitar a definição de projetos que possam vir a atingi-los.

As citadas diretrizes baseiam-se nos direitos constitucionais das populações protegidas e nos atuais programas indígenas de compensação de impactos de hidrelétricas. Os programas da Eletrobras Eletronorte com os grupos Waimiri-Atroari e Parakanã, por exemplo, com mais de uma década de existência, são reconhecidos nacional e internacionalmente pela recomposição de sua vida e estabilidade cultural e alimentar.

Há cinco casos de reivindicações de grupos indígenas atingidos por linhas de transmissão e usinas hidrelétricas planejadas nas décadas de 80 e 90 que vêm sendo tratados junto à FUNAI. São questões de renovação de convênio de apoio a grupos indígenas e de cumprimento de Termos de Ajustes de Conduta (TAC).

Trabalho infantil e escravo [GRI HR6 e HR7]

Todos os contratos das empresas Eletrobras possuem cláusula estabelecendo a adesão do contratado ao compromisso do Sistema Eletrobras em recusar práticas de trabalho infantil, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, trabalho forçado ou em condições degradantes, assim como toda e qualquer forma de violência física, sexual, moral ou psicológica, conforme estabelecido no item 3.2 do seu Código de Ética. Em todos os contratos há também uma cláusula de obrigação que determina que a empresa contratada mantenha, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação exigidas para a contratação.

No que diz respeito ao trabalho infantil, todos os fornecedores devem apresentar, como requisito para habilitação, declaração de não manter em seu quadro funcional a utilização de trabalho infantil, atendendo aos termos da Lei 8666/93, art. 27, inciso V, em cumprimento ao inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal. O monitoramento ainda não é uma prática adotada por todas as empresas Eletrobras.

Em caso de denúncia ou identificação de quaisquer ocorrências, o assunto é tratado pelas comissões de ética das empresas Eletrobras, diretamente ligadas à presidência da *holding*, que são responsáveis por analisar e dar encaminhamento adequado às denúncias de caráter ético de quaisquer natureza, relacionadas a todos os grupo de *stakeholders*.

Plano de gestão de emergência e programas de treinamento [GRI EU21]

Os procedimentos de resposta a riscos e situações de emergência variam segundo as características de cada negócio e dos perigos relacionados às operações e tecnologias utilizadas. As usinas nucleares, por exemplo, possuem planos específicos para atender a situações emergenciais, de acordo com padrões de segurança internacionais. Em usinas hidrelétricas são utilizados planos visando à segurança das barragens, ao controle de cheias e à comunicação com a circunvizinhança em caso de emergência.

O Sistema Eletrobras realiza ainda programas de educação, prevenção e controle de risco para a comunidade.

Programas de educação, prevenção e controle de risco para a comunidade, por empresa [GRI LA8]

EMPRESA	EDUCAÇÃO / TREINAMENTO	ACONSELHAMENTO	PREVENÇÃO	TRATAMENTO
Chesf	X		X	
Eletrosul	X	X	X	X
Furnas	X	X		

Número de acidentes e óbitos do público envolvendo bens da empresa [GRI EU25]

OCORRÊNCIA	QUANTIDADE
Acidentes sem óbito	26
Acidentes com óbito	31
TOTAL	57

Foram consideradas as seguintes empresas Eletrobras: Distribuição Acre, Distribuição Alagoas, Distribuição Piauí, Distribuição Rondônia, Distribuição Roraima, CGTE, Chesf, Eletrosul, Itaipu Binacional, Eletrobras holding.

PROCESSOS JUDICIAIS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO PÚBLICO [GRI EU25]

ENCAMINHAMENTO

RESOLVIDOS

PENDENTES

TOTAL

QUANTIDADE

23

81

104

Foram consideradas as seguintes empresas Eletrobras: Distribuição Acre, Distribuição Alagoas, Distribuição Piauí, Distribuição Rondônia, Distribuição Roraima, CGTEE, Chesf, Eletrosul, Itaipu Binacional e Eletrobras holding.

Emprego e renda

Um dos principais focos de atuação do Sistema Eletrobras em termos de responsabilidade social é o desenvolvimento de ações complementares aos programas de eletrificação rural, de modo a incentivar a utilização eficiente de energia elétrica como vetor de indução de desenvolvimento de comunidades menos favorecidas. Para tanto, a Eletrobras promove a implantação de Centros Comunitários de Produção (CCP) constituídos por um conjunto de máquinas e equipamentos de processamento, beneficiamento, conservação ou armazenagem de produtos – os produtos produzidos com o auxílio desses equipamentos têm valor de comercialização substancialmente maior, comparando-se aos produtos *in natura* ou fabricados artesanalmente.

Em 2010, foi inaugurado o CCP Santo Antônio do Rio Preto, em Minas Gerais – voltado para mulheres, ele

está dotado de maquinário para a confecção de roupas e peças de vestuário em regime de facção. Nesse mesmo ano, foram celebrados mais sete convênios para implantação de 12 novos CCP em diferentes estados do Brasil, uma iniciativa que tem levado oportunidade de emprego e renda para diversas regiões rurais do país.

O Sistema Eletrobras apoia ainda projetos de terceiros que se destinem prioritariamente à geração de emprego e renda e à educação e qualificação profissional de jovens e adultos. Tais projetos exploram temas como gênero; igualdade racial; comunidades tradicionais e rurais; direitos humanos e combate à discriminação; garantia dos direitos da criança e do adolescente; agricultura familiar; promoção da cidadania; e educação ambiental.

Investimento social privado [GRI SO1]

FONTE DO RECURSO	VALOR
Total Desenvolvimento Local / geração de trabalho e renda	R\$ 40.184.156,97
Total PEE (Programa de Eficientização Energética) - destinado a baixa renda	R\$ 2.263.333,00
Total Educação	R\$ 19.893.017,40
FIA (Fundo da Infância e Adolescência) e Conselhos de Direitos da Criança e dos Adolescentes (esfera municipal, estadual e federal)	R\$ 583.885,27
Total	R\$ 62.924.392,64

10.3. Sociedade

10.3.1. Programas de Governo

Além de suas funções empresariais, o Sistema Eletrobras exerce também funções de Governo, apoiando programas de interesse social e de desenvolvimento do país ligados a sua área de atuação, sempre segundo diretrizes governamentais e requisitos de

equilíbrio econômico-financeiro inerentes à atividade empresarial.

Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel) [GRI EU7]

Em 2010, com investimentos de aproximadamente R\$ 13.909 mil, excluindo recursos da RGR, o Procel desenvolveu projetos que contribuíram para eco-

nomizar cerca de 6,16 mil GWh de energia. Esse resultado equivale ao consumo anual de energia elétrica de aproximadamente 3,3 milhões de residências, representando um investimento postergado de R\$ 696 milhões na expansão da geração de energia elétrica.

ENERGIA ECONOMIZADA NO ÂMBITO DO PROGRAMA NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA (PROCEL) (GWH/ANO)



Destaca-se ainda a concessão do Selo Procel a 3.778 modelos de eletrodomésticos e equipamentos fabricados por 206 empresas, em 31 categorias. Em 2010, quatro novas categorias foram incorporadas: televisão de diodo emissor de luz (LED), no modo espera; reatores eletrônicos para lâmpadas tubulares; condicionadores de ar tipo split cassete; e painéis fotovoltaicos de geração de energia.



Resultados do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel), por subprograma

SUBPROGRAMA	ATIVIDADES	RESULTADOS
PROCEL EDUCAÇÃO (Informação e Cidadania)	Implantação de Centros de Excelência em Eficiência Energética e manutenção da Casa Genial, no Museu de Ciência e Tecnologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). A Casa Genial é uma atração de cerca de 50 m ² , com todas as dependências mínimas necessárias para demonstrar o consumo de energia elétrica em uma residência.	Implementação do Centro de Excelência em Eficiência Energética da Amazônia (Ceamazon), no campus da Universidade Federal do Pará (UFPA), destinado a atender à região Norte do Brasil. Realização de pesquisas em aproximadamente cem propriedades rurais para o desenvolvimento de material sobre eficiência energética no meio rural, além de estudos nos sistemas hidroenergéticos de empresas de serviços e públicas visando à capacitação de profissionais para o uso eficiente de energia e água. Em 2010, a Casa Genial foi visitada por mais de 10.800 pessoas de todas as faixas etárias.
PROCEL INFO (Centro Brasileiro de Informação de Eficiência Energética)	Criação e manutenção de base de conhecimento dinâmica, com informações qualificadas e estruturadas sobre eficiência energética.	3.016 novos usuários cadastrados totalizando 11.870 usuários. Lançamento do curso <i>on-line</i> sobre Eficiência Energética e da área temática de Etiquetagem de Edificações. Disponibilização, no portal do Sistema Eletrobras, 3.398 conteúdos distintos, entre notícias, reportagens, publicações técnicas, casos de sucesso, eventos e outros.
PROCEL SELO (Eficiência energética em equipamentos)	Indicar ao consumidor os equipamentos e eletrodomésticos mais eficientes à disposição no mercado, além de induzir o desenvolvimento e aprimoramento tecnológico desses produtos.	Ajudou a economizar 6,13 bilhões de kWh em 2010, representando 3.982 MW de demanda retirada do horário de ponta. Essa energia é suficiente para suprir uma cidade de 3,32 milhões de residências brasileiras por um ano. Mais de 50 milhões de equipamentos com Selo Procel foram vendidos em 2010.
PROCEL SANEAR (Eficiência Energética no Saneamento Ambiental)	Promoção de ações de uso eficiente de energia elétrica e água no setor de saneamento ambiental.	Parceria firmada com a Eletrobras Cepel para implementar um Sistema Móvel para Diagnósticos Hidroenergéticos (SMDH) a se tornar referência nacional para pesquisa aplicada e apoio técnico em atividades destinadas à eficiência energética e hidráulica no país, de acordo com as ações integrantes do Procel. Projeto concluído em dezembro de 2010 com a realização de três diagnósticos energéticos/hidroenergéticos na Controladoria Geral da União (CGU), Indústrias Nucleares do Brasil (INB) e Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cacoal (SAAE Cacoal). Entrada em operação da Rede de Laboratórios de Eficiência Energética e Hidráulica em Saneamento (LENHS).
PROCEL INDÚSTRIA (Eficiência Energética Industrial)	Minimização de perdas nos sistemas motrizes instalados na indústria brasileira.	Lançamento de estudo setorial inédito com o levantamento dos potenciais técnicos de conservação de energia de 14 subsetores industriais brasileiros. Treinamento de 52 multiplicadores e 183 agentes em otimização de sistemas motrizes industriais através das federações de indústrias. Realização de dois <i>workshops</i> para empresários e uma para divulgação de resultados. Recebimento de 105 diagnósticos energéticos. Desses, 56 foram aprovados, correspondendo a uma economia de energia estimada de 34,3 GWh. Dos 56 diagnósticos aprovados, 12 foram implementados, correspondendo a uma economia de energia de aproximadamente 3 GWh.

Resultados do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel), por subprograma

SUBPROGRAMA	ATIVIDADES	RESULTADOS
PROCEL EDIFICA (Eficiência Energética em Edificações)		Classificação do desempenho energético de edificações e outorga das etiquetas obedecendo a uma metodologia desenvolvida na Secretaria Técnica do Grupo de Trabalho de Edificações do Ministério de Minas e Energia (MME), que se encontra publicada em portarias do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro).
PROCEL GEM (Gestão Energética Municipal)	Apoio a prefeituras na promoção da economia de energia elétrica e eficiência energética, através da realização de diagnósticos, treinamento de técnicos municipais para médios e grandes municípios e montagem de comunidades de aprendizado para capacitar técnicos de pequenos municípios.	Sete Planos Municipais de Gestão da Energia Elétrica (Plamges) dentro do Projeto Alto Uruguai, em parceria com a Eletrosul, nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Dois treinamentos intitulados Economizando Energia Elétrica nas Prefeituras, realizados nas cidades de Caxias do Sul (RS) e Vila Velha (ES), com a participação de 135 técnicos de 56 municípios. Realização da Sétima Edição do Prêmio Procel Cidade Eficiente em Energia Elétrica, com sete iniciativas agraciadas. Atualização da metodologia de Plamges e do <i>software</i> Sistema de Informações Energéticas Municipais (Siem), incluindo a capacitação de 45 profissionais para sua aplicação e uso. Elaboração de três números do <i>Boletim Energia Elétrica & Gestão Municipal</i> , com tiragem de cerca de 900 exemplares, voltado especialmente às prefeituras pertencentes à Rede Cidades Eficientes em Energia Elétrica – RCE e àquelas que participaram de ações do Procel GEM.
PROCEL EPP (Eficiência Energética nos Prédios Públicos)		O programa está em fase de reestruturação, desenvolvendo atualmente ferramentas para o cadastro dos prédios públicos e seus respectivos administradores, banco de preços e cadastro de projetos.
PROCEL MARKETING		Conscientização da sociedade sobre a importância da eficiência energética e geração de mídias espontâneas sobre o programa. O índice de favorabilidade manteve-se alto, com a seguinte evolução nos últimos três anos: 100% nos anos de 2008 e 2009; 97% em 2010.

Programa Nacional de Iluminação Pública e Sinalização Semafórica Eficiente – Procel Reluz

Com investimentos de R\$ 33,1 milhões (R\$ 24,8 milhões da Eletrobras) em 2010, o Procel Reluz beneficiou dez municípios, tornando eficientes 89.559 pontos de iluminação, o que resultou na economia de 29,9 mil MWh/ano e na redução da demanda em 6,8 mil kW de energia. Desde o início do programa, com investimento da ordem de R\$ 510 milhões, mais de 2,34 milhões de pontos foram eficientizados, proporcionando economia de 827 mil MWh/ano de energia e redução de 190,8 mil kW de demanda no horário de ponta do sistema elétrico.

Em 2010, destaca-se o aumento de 74% nos valores financeiros da carteira de projetos do programa, que nos últimos doze meses passou de R\$ 371,6 milhões para R\$ 646,6 milhões. Os recursos da RGR liberados pela Eletrobras ultrapassaram R\$ 45 milhões, representando um aumento de 61% em relação ao mesmo período de 2009.

Programa Nacional de Iluminação Pública e Sinalização Semafórica Eficiente – Procel Reluz: ações e impactos, por região

	CENTRO-OESTE	NORTE	NORDESTE	SUL	SUDESTE	TOTAL
Recursos investidos (R\$ milhão)	2.787	-	1.762	8.275	20.278	33.102
Número de pontos eficientizados	7.891	-	4.058	27.114	50.496	89.559
Redução na demanda de energia (kW)	491	-	125	2.857	3.350	6.823

Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso de Energia Elétrica – Luz para Todos

Mais de dois milhões de pessoas no meio rural brasileiro foram beneficiados em 2010 pelo Programa Luz para Todos, com a realização de 419.204 novas ligações. Isso corresponde à consecução de 72,5% da meta global de 578.429 ligações assumida para 2010, computados os compromissos dos executores com a Eletrobras e governos estaduais.

Ligações contratadas até 31/12/2010 no âmbito do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso de Energia Elétrica – Luz para Todos, incluindo agentes executores e Eletrobras

REGIÃO	PROGRAMAS DE OBRAS	PROJETOS ESPECIAIS	TOTAL
Norte	514.651	297	514.948
Nordeste	1.273.434	51	1.273.485
Centro-Oeste	197.905	-	197.905
Sudeste	421.489	-	421.489
Sul	178.020	-	178.020
BRASIL	2.585.499	348	2.585.847

MAIS DE DOIS MILHÕES DE PESSOAS NO MEIO RURAL BRASILEIRO FORAM BENEFICIADAS EM 2010 PELO PROGRAMA LUZ PARA TODOS, COM A REALIZAÇÃO DE 419.204 NOVAS LIGAÇÕES

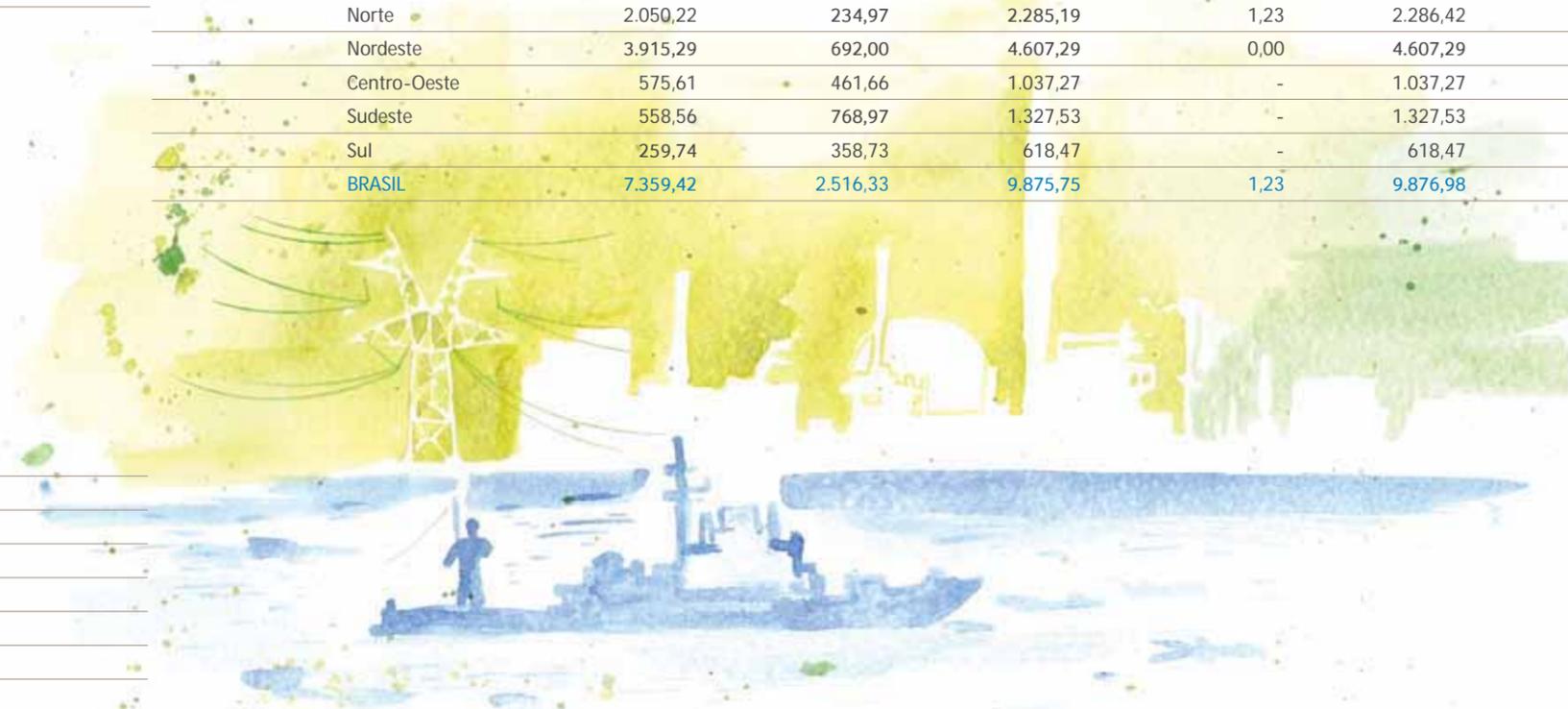
O Programa Luz para Todos recebeu investimentos de R\$ 2,03 bilhões, sendo R\$ 1,57 bilhão em recursos da CDE e R\$ 0,46 bilhão da RGR. Recursos adicionais de R\$ 7,15 milhões, oriundos da CDE, foram investidos em Projeto Especiais, para atendimento de 348 unidades consumidoras em localidades de difícil acesso e distantes das redes de distribuição de energia elétrica, por meio de geração descentralizada de fontes renováveis de energia e da construção de pequenos trechos de rede de distribuição.

Recursos contratados até 31/12/2010, no âmbito do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso de Energia Elétrica – Luz para Todos, por região (R\$ milhões)

REGIÃO	PROGRAMAS DE OBRAS		PROJETOS ESPECIAIS	TOTAL	
	Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)	Reserva Global de Reversão (RGR)	CDE + RGR		
Norte	2.963,87	318,40	3.282,27	6,07	3.288,34
Nordeste	5.161,84	842,45	6.004,29	1,08	6.005,37
Centro-Oeste	765,48	590,60	1.356,08	-	1.356,08
Sudeste	850,85	1.194,66	2.045,51	-	2.045,51
Sul	336,97	495,94	832,91	-	832,91
BRASIL	10.079,01	3.442,05	13.521,06	7,15	13.528,21

Recursos contratados até 31/12/2010, no âmbito do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso de Energia Elétrica – Luz para Todos, por região (R\$ milhões)

REGIÃO	PROGRAMAS DE OBRAS		PROJETOS ESPECIAIS	TOTAL	
	Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)	Reserva Global de Reversão (RGR)	CDE + RGR		
Norte	2.050,22	234,97	2.285,19	1,23	2.286,42
Nordeste	3.915,29	692,00	4.607,29	0,00	4.607,29
Centro-Oeste	575,61	461,66	1.037,27	-	1.037,27
Sudeste	558,56	768,97	1.327,53	-	1.327,53
Sul	259,74	358,73	618,47	-	618,47
BRASIL	7.359,42	2.516,33	9.875,75	1,23	9.876,98





Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (Proinfa)

O Proinfa cumpriu seu objetivo principal: aumentar a participação no SIN da energia elétrica produzida por usinas eólicas, de biomassa e por pequenas centrais hidrelétricas. Sua implantação contribuiu para a diversificação da matriz energética, além de fomentar a geração de cerca de 150.000 empregos diretos e indiretos em todo o país, proporcionando grandes demandas industriais e internalização de tecnologia de ponta.

Em 2010, 21 empreendimentos entraram em operação comercial, adicionando 451,61 MW de potência ao Sistema Eletrobras.

Empreendimentos que entraram em operação em 2010, no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (Proinfa)

EMPREENDIMENTOS	QUANTIDADE	CAPACIDADE MW
Pequenas centrais hidrelétricas	6	94,20
Usinas de biomassa	1	36,00
Usinas eólicas	14	321,41
TOTAL	21	451,61

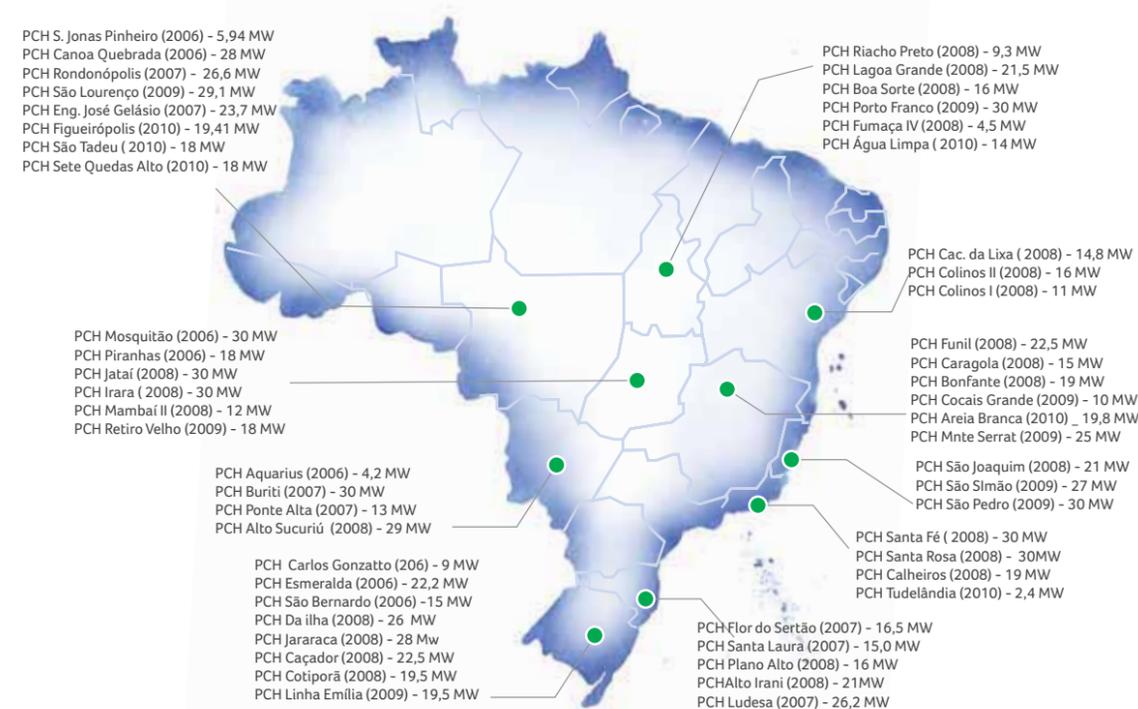
Com esses novos empreendimentos, o Proinfa contava, até o final de 2010, com 113 usinas implantadas, o que representou a inserção de mais 2.484,07 MW de capacidade instalada no país.

EMPREENDIMENTOS EM OPERAÇÃO ATÉ 31/12/2010, NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE INCENTIVO ÀS FONTES ALTERNATIVAS DE ENERGIA (PROINFIA)

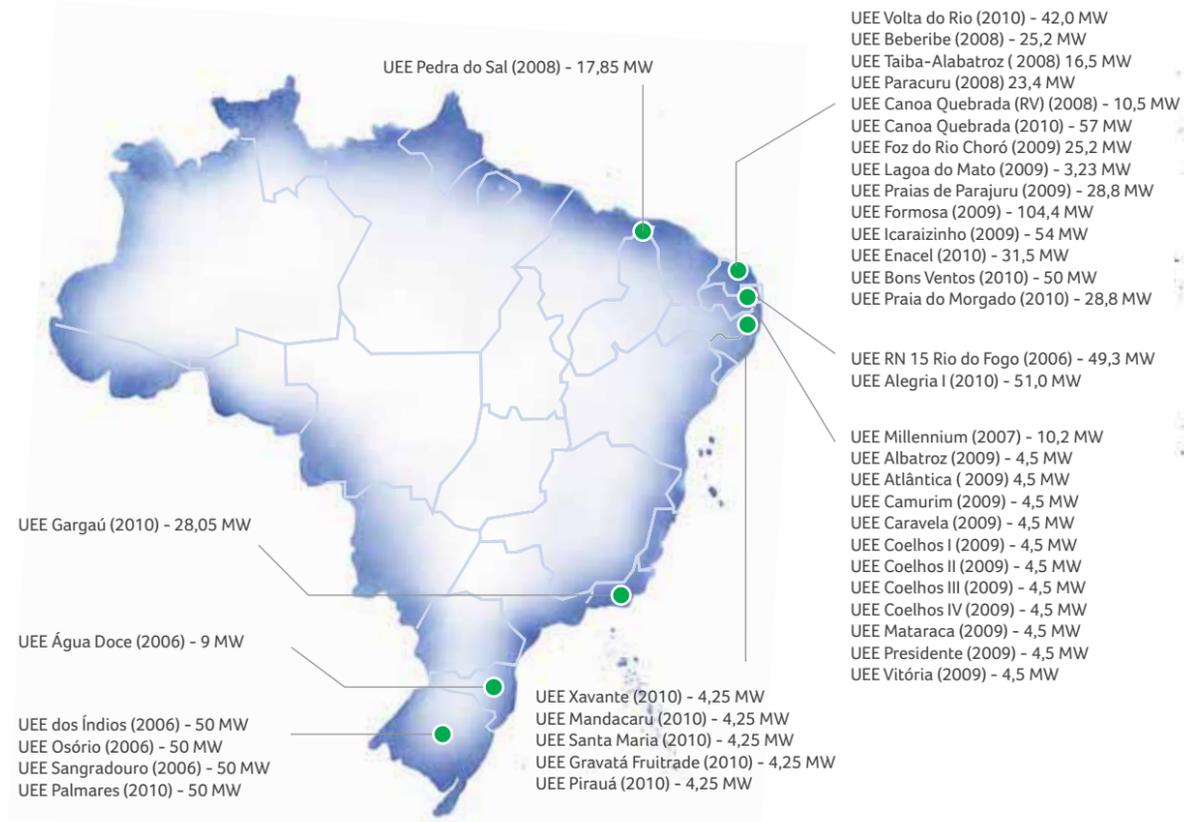
EMPREENDIMENTOS	QUANTIDADE	CAPACIDADE MW
PEQUENAS CENTRAIS HIDRELÉTRICAS	53	1.049,74
USINAS DE BIOMASSA	20	540,34
USINAS EÓLICAS	40	893,99
TOTAL	113	2.484,07

O Proinfa teve um papel importante no impulso das energias renováveis, em especial a energia eólica, cuja capacidade instalada passou, em pouco mais de quatro anos, de cerca de 22 MW para cerca de 894 MW, até dezembro de 2010.

USINAS EÓLICAS (UEE) EM FUNCIONAMENTO, NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE INCENTIVO ÀS FONTES ALTERNATIVAS DE ENERGIA (PROINFIA)

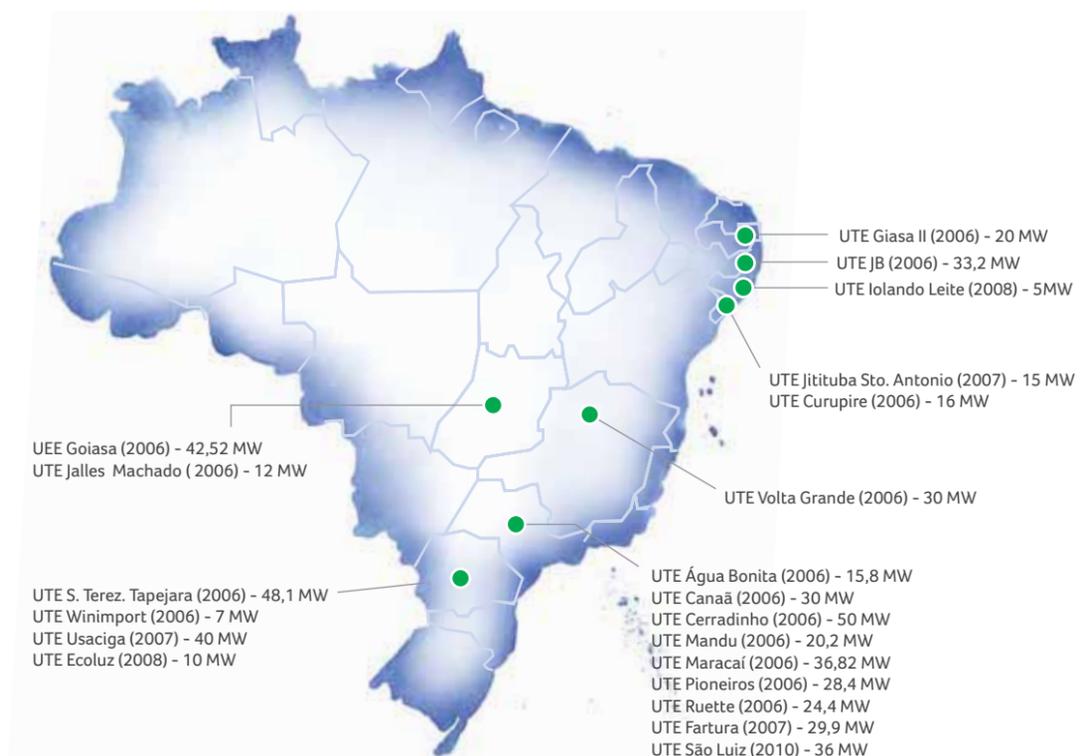


USINAS DE BIOMASSA (UTE) EM FUNCIONAMENTO, NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE INCENTIVO ÀS FONTES ALTERNATIVAS DE ENERGIA (PROINFA)



UM DOS MARCOS DE 2010 FOI A CRIAÇÃO DA POLÍTICA DE PATROCÍNIOS, QUE ESTABELECEU DIRETRIZES PARA O APOIO FINANCEIRO DAS EMPRESAS ELETOBRAS A PROJETOS CULTURAIS, SOCIOAMBIENTAIS, EDUCACIONAIS E TÉCNICO-CIENTÍFICOS

PEQUENAS CENTRAIS HIDRELÉTRICAS (PCH) EM FUNCIONAMENTO, NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE INCENTIVO ÀS FONTES ALTERNATIVAS DE ENERGIA (PROINFA)



10.3.2. Apoios e patrocínios

O investimento em apoios e patrocínios faz parte das práticas corporativas das empresas Eletrobras. O marco do ano de 2010 foi a criação da Política de Patrocínios, que estabeleceu diretrizes para o apoio financeiro de todas as empresas do sistema a projetos culturais, socioambientais, esportivos, educacionais e técnico-científicos.

Investimento em apoios e patrocínios, por área

ÁREA	VALOR
Cultura 1	R\$ 47.890.000
Esporte 2	R\$ 18.505.000
TOTAL	R\$66.395.000

¹ Foram consideradas as seguintes empresas Eletrobras: Chesf, Eletronorte, Eletronuclear, Eletrosul Furnas e Eletrobras holding

² Foram consideradas as seguintes empresas Eletrobras: Eletronorte, Eletronuclear, Eletrosul e Eletrobras holding.

Cultura

Em 2010 foi lançado o primeiro edital unificado de chamada pública de projetos para o programa cultural de todas as empresas Eletrobras, no valor de R\$ 15 milhões. Foram selecionados 27 projetos de produção teatral, sete festivais de teatro, quatro produções de

cinema, sete projetos de festivais de cinema e 17 projetos no âmbito do patrimônio cultural imaterial. Entre os projetos apoiados por meio de escolha direta, destaca-se a conclusão da reforma e reinauguração do Theatro Municipal do Rio de Janeiro.

Esportes

Os projetos relacionados a esportes são avaliados pelo potencial de retorno de mídia e identidade de imagem. Os campeonatos da Central Única das Favelas (Cufa) têm proporcionado à Eletrobras um ótimo retorno de imagem, ampliando sua identificação com o basquete brasileiro.

Além de ter contrato de exclusividade de patrocínio das seleções brasileira masculina e feminina com a Confederação Brasileira de *Basketball*, a Eletrobras também patrocina:

- Liga Nacional de Basquete (Campeonato Brasileiro de Basquete Masculino Adulto);
- Federação Brasileira de Basquetebol Master (Campeonato Mundial de Basquete Master);
- Central Única das Favelas (Cufa – Liga Brasileira de Basquete de Rua);
- Confederação Brasileira de Basquetebol em Cadeiras de Rodas (campeonatos regionais de basquetebol em cadeiras de rodas).

A Eletrobras ainda é patrocinadora oficial do Vasco da Gama, nas modalidades de futebol, remo e esportes paraolímpicos, além de apoiar projetos de responsabilidade social do clube voltados à qualificação profissional e à iniciação esportiva.

10.4. Governo

10.4.1. Fundos setoriais

A Eletrobras gere fundos setoriais cujos recursos são utilizados para o financiamento de programas de Governo no setor elétrico. Para tanto, ficou estabelecido que os custos administrativos, financeiros e encargos tributários incorridos pela Eletrobras no exercício dessas funções também são remunerados por esses fundos.

Reserva Global de Reversão (RGR)

Na condição de gestora dos recursos oriundos da RGR, a Eletrobras aplicou no exercício financeiro de 2010 o montante de R\$ 1,634 bilhão.

Ingressos dos recursos da Reserva Global de Reversão (RGR) (R\$ milhões)

MOVIMENTAÇÃO	VALOR
Arrecadação de quotas	1.590
Outros	1.536
TOTAL	3.126

Aplicações dos recursos da Reserva Global de Reversão (RGR) (R\$ milhões)

REGIÃO	FINANCIAMENTO	%
Norte	320	30,5
Nordeste	166	15,8
Centro-Oeste	138	13,2
Sul	248	23,6
Sudeste	177	16,9
TOTAL	1.049	100,0

Linhas de crédito no âmbito da Reserva Global de Reversão (RGR) (R\$ milhões)

PROGRAMA	LIBERAÇÕES	%
Luz para Todos	454	43,3
Procel Reluz/Conservação	45	4,3
Geração	184	17,5
Transmissão	279	26,6
Distribuição	72	6,9
Parques térmicos	15	1,4
TOTAL	1.049	100,0

Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Em 2010 foram liberados, a título de subvenção, R\$ 3.247 milhões da CDE, sendo R\$ 1.679 milhão para o atendimento à população de baixa renda, implicando diversas concessionárias de distribuição de energia elétrica, e R\$ 1.568 milhão para o Programa Luz para Todos.

Ingressos dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) (R\$ milhões)

MOVIMENTAÇÃO	VALOR
Arrecadação de quotas	3.127
Outros	849
TOTAL	3.976

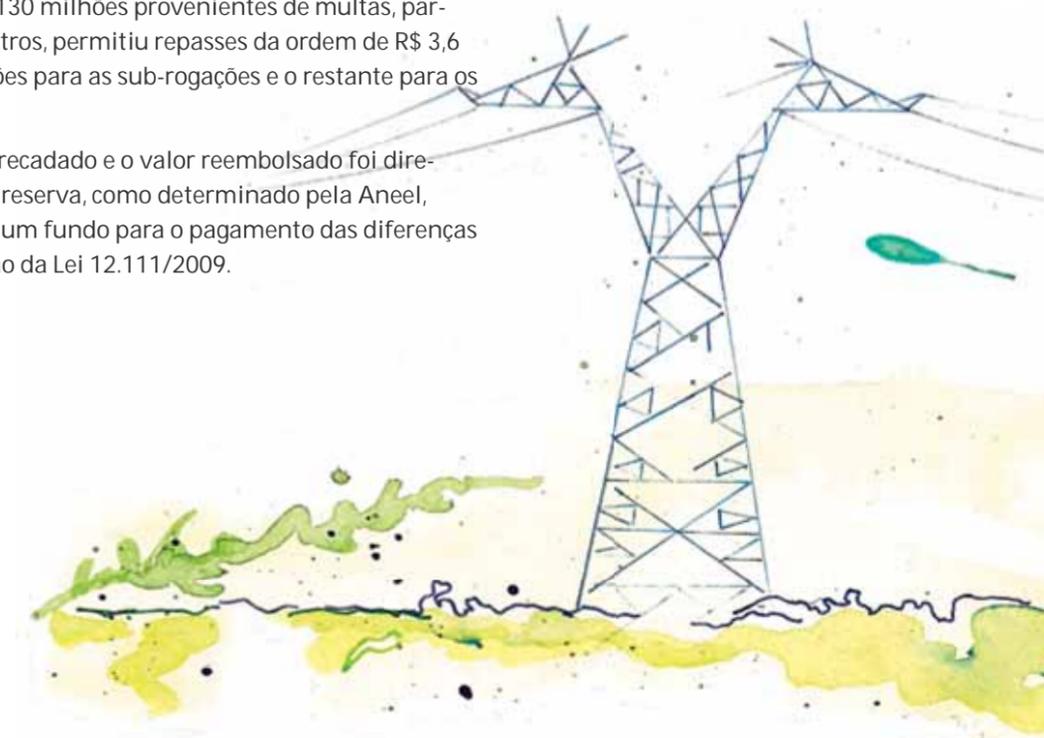
Aplicações dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) (R\$ milhões)

SUBVENÇÃO	VALOR
Luz Para Todos	1.568
Baixa Renda	1.679
Outras	599
TOTAL	3.846

Conta de Consumo de Combustível (CCC)

Em 2010, este fundo operou apenas na cobertura de parte dos custos com combustíveis e empreendimentos sub-rogados, uma vez que a normatização da lei ainda não foi concluída pela Aneel. Para tal, foram arrecadados, por meio de quotas mensais das empresas distribuidoras, transmissoras e permissionárias, cerca de R\$ 3,9 bilhões. Esse valor, com o acréscimo de cerca de R\$ 130 milhões provenientes de multas, parcelamentos, aplicações e outros, permitiu repasses da ordem de R\$ 3,6 bilhões, sendo R\$ 120 milhões para as sub-rogações e o restante para os combustíveis.

A diferença entre o valor arrecadado e o valor reembolsado foi direcionada para uma conta de reserva, como determinado pela Aneel, iniciando-se a formação de um fundo para o pagamento das diferenças devidas quando da aplicação da Lei 12.111/2009.





DIMENSÃO AMBIENTAL

O COMPROMISSO DAS EMPRESAS ELETROBRAS COM O MEIO AMBIENTE ESTÁ APRESENTADO EM SUA POLÍTICA AMBIENTAL, NA ADOÇÃO DE INSTRUMENTOS DE GESTÃO E NA GARANTIA DA CONFORMIDADE LEGAL DE SEUS EMPREENDIMENTOS.

As empresas Eletrobras monitoram os impactos de seus empreendimentos, desenvolvem projetos e iniciativas ambientais e elaboram anualmente o inventário de gases de efeito estufa. Essas e outras informações podem ser conhecidas no capítulo que segue.

11. Dimensão Ambiental

As empresas Eletrobras são bastante diferentes entre si, seja pelas características de suas atividades, por sua área de atuação ou por seu tamanho e número de unidades. Eletrobras Chesf e Eletrobras Eletronorte possuem, em grande número de unidades, atividades de geração hidrelétrica e termelétrica, assim como de transmissão. O mesmo se dá com a Eletrobras Furnas, que, além disso, iniciou em 2010 sua atuação em geração eólica. Eletrobras Eletronuclear e Eletrobras CGTEE, por sua vez, têm atividades de geração termelétrica em um só sítio, mas utilizam combustíveis diferentes; enquanto Itaipu Binacional é uma única planta, mas de geração hidrelétrica. Eletrobras Eletronsul está mais focada em transmissão, e agora retoma sua atuação na geração, com unidades hidrelétricas e eólicas. Há ainda a Eletrobras Amazonas Energia, que, além da distribuição, atua na geração hidráulica e térmica em sistemas isolados.

Também integram o Sistema Eletrobras empresas de distribuição de energia elétrica do Norte e Nordeste do Brasil, a saber: Distribuição Acre, Distribuição Alagoas, Distribuição Piauí, Distribuição Rondônia, Distribuição Roraima. O Cepel atua em pesquisa, desenvolvimento e inovação. Por fim, a Eletrobras *holding* desenvolve atividades de gestão administrativa e corporativa. Para atender à exigências do processo de reorganização e reposicionamento estratégico que consagrou o conceito de sustentabilidade na missão, visão e valores do Sistema Eletrobras, era preciso criar mecanismos que possibilitassem a ação coordenada de todas essas empresas.

11.1. Política e instrumentos de gestão

O processo de revisão da Política Ambiental das empresas Eletrobras foi um dos acontecimentos mais relevantes no ano de 2010, que contemplou não ape-

nas a atualização da política ambiental da *holding*, mas também a unificação das políticas ambientais de todas as subsidiárias. A atual Política Ambiental reafirma os princípios que sintetizam a essência do compromisso ambiental do sistema. São eles:

- Princípio de articulação interna;
- Princípio da articulação externa;
- Princípio do relacionamento com a sociedade;
- Princípio do uso sustentável de recursos energéticos;
- Princípio do desenvolvimento científico e tecnológico;
- Princípio da gestão ambiental.

Além dos princípios, a política é constituída por diretrizes que dão àqueles uma dimensão operacional.

Indicadores de Gestão da Sustentabilidade (IGS)

Também em 2010 foram concluídos os testes dos IGS, que serão o principal instrumento de gestão dos impactos ambientais decorrentes dos empreendimentos do Sistema Eletrobras. A partir de 2011, serão monitorados quatro grandes temas – água, energia, resíduo e biodiversidade – por meio de 39 indicadores, a serem continuamente atualizados [GRI EN12].

11.2. Subcomitê de Meio Ambiente (SCMA)

Colegiado composto pelos representantes das áreas de Meio Ambiente das empresas Eletrobras, e coordenado pelo Departamento de Meio Ambiente da Eletrobras *holding*, o SCMA é o fórum técnico e institucional que garante às empresas uma atuação coerente com os princípios e diretrizes de sua Política Ambiental. O SCMA está atualmente organizado em dez grupos de trabalho temáticos e duas comis-

sões, que buscam soluções para as questões socioambientais comuns do Sistema Eletrobras e viabilizam a realização de procedimentos articulados nos relacionamentos interinstitucionais, como o Fórum de Meio Ambiente do Setor Elétrico (FMASE), junto ao qual se faz representar.

11.3. Gestão de impactos

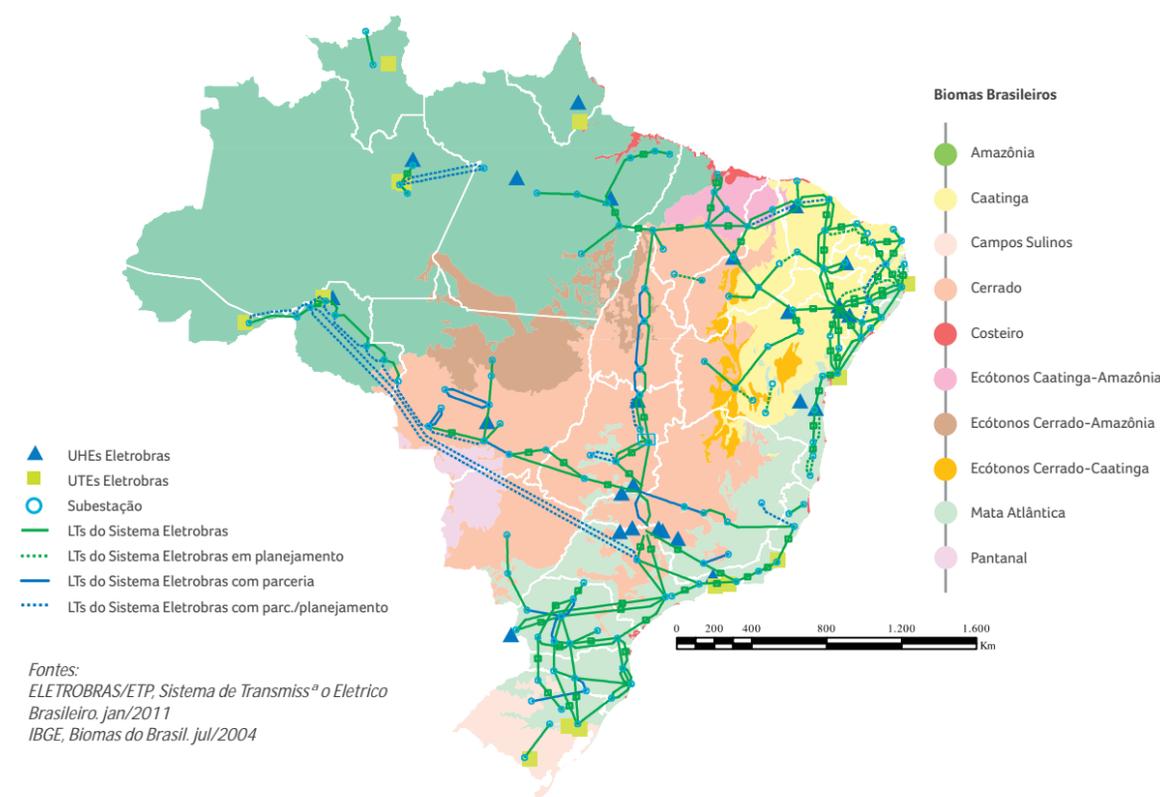
As ações do Sistema Eletrobras relacionadas ao meio ambiente orientam-se pela legislação brasileira, pelo Plano Diretor de Meio Ambiente do Setor Elétrico, pela Política Ambiental das empresas Eletrobras e pelos pactos internacionais dos quais o Brasil é signatário. Em cumprimento à legislação, todos os novos empreendimentos energéticos identificam e avaliam potenciais impactos ambientais, elaborando seus EIA e respectivos Rima.

No EIA, além da identificação dos impactos ambientais, propõem-se ações de mitigação, controle, monitoramento e compensação. Em conformidade com o processo de licenciamento ambiental, após a Licença Prévia as empresas elaboram Planos Básicos Ambientais, que complementam, aprofundam e detalham os programas socioambientais do EIA em nível compatível com os elementos de engenharia do projeto.

Empreendimentos anteriores à aplicação da Legislação Ambiental também são contemplados por ações de gestão ambiental dentro dos mesmos princípios e práticas.

Os empreendimentos da Eletrobras estão localizados em diversos pontos do território nacional, o que implica lidar com diferentes realidades sociais e ambientais.

LOCALIZAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS ELETROBRAS EM RELAÇÃO AOS BIOMAS BRASILEIROS



As medidas de gestão dos principais impactos decorrentes de atividades da Eletrobras são adequadas a essas realidades específicas. Uma vez identificados, os impactos ambientais dão origem a programas, projetos e iniciativas de monitoramento e mitigação

desenvolvidos por cada empresa, de acordo com a região brasileira, seus aspectos sociais e ambientais e o atendimento às demandas legais. Em 2010, a Eletrobras investiu R\$ 204,877 milhões na gestão de seus impactos ambientais.

Investimentos e gastos com a gestão de impactos ao meio ambiente (R\$ milhões) [GRI EN30]

DESCRIÇÃO	VALOR
Manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	110.747
Preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	55.047
Educação ambiental para a comunidade	2.771
Outros projetos ambientais	32.336
Passivos e contingências ambientais	3.976
TOTAL	204.877

11.3.1. Biodiversidade [GRI EN12, EN14 e EN15]

A Política Ambiental da Eletrobras possui diretrizes para tratar questões relacionadas à conservação e recuperação da fauna e da flora, e suas empresas têm desenvolvido trabalhos de recuperação e conservação da biodiversidade, de acordo com o Plano Diretor de Meio Ambiente. Para explorar racionalmente os recursos energéticos e manter o equilíbrio entre o meio físico, biótico, e a ocupação humana e cultural dos espaços, todas as atividades, desde o planejamento até a operação, devem atender simultaneamente

ao desenho energético de engenharia e a aspectos ambientais, sociais e econômicos.

As medidas de mitigação e compensação podem levar à própria revisão dos projetos, trocando, por exemplo, o posicionamento de estruturas e suas dimensões, sempre com o objetivo de minimizar e mitigar impactos. Às ações conjuntas somam-se práticas individuais de cada unidade para gerir riscos de biodiversidade, já que as operações da Eletrobras podem situar-se próximo a áreas protegidas ou de alto valor de biodiversidade.

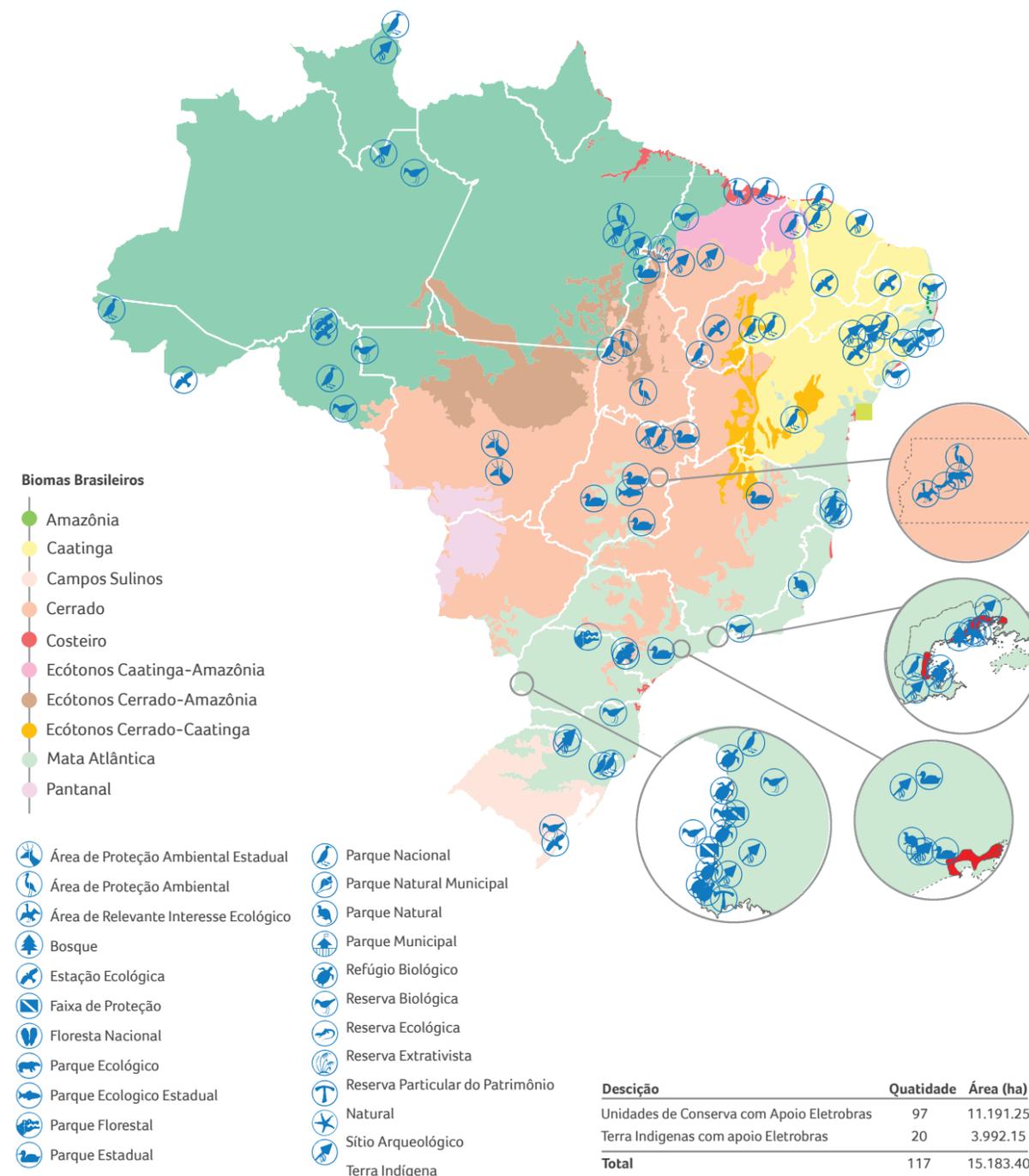
Proximidade de empreendimentos a áreas protegidas e de alta biodiversidade [GRI EN11]

UNIDADE DE FEDERAÇÃO	EMPREENHIMENTO	LOCALIZAÇÃO	SITUAÇÃO
Pará	Usina Hidrelétrica (UHE) Tucuruí	Inclusão	Reservatório de 2.917 km ² dentro de Área de Proteção Ambiental (APA) Estadual.
		Vizinhança	Estrutura da usina encontra-se também nas vizinhanças da APA.
Rondonia	Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Rio Vermelho	Inclusão	Propriedade de 39 hectares localizada em área de alta biodiversidade.
Amazonas	UHE Balbina	Inclusão	A Reserva Biológica do Uatumã foi criada para proteger espécies endêmicas, raras, vulneráveis ou ameaçadas de extinção, além de preservar a diversidade biológica dos ecossistemas lacustre e insular formados pelo reservatório do empreendimento.
Rio de Janeiro	Usina Termonuclear (UTN) Angra 1, 2 e 3	Entorno	Áreas de conservação ambiental, habitats protegidos ou restaurados pela empresa.

O apoio a unidades de conservação tem se mostrado uma estratégia eficaz para a preservação da biodiversidade. Parques, reservas biológicas e estações ecológicas, entre outros, abrigam animais silvestres e plantas de várias espécies, formando uma verdadeira rede de proteção nas mais variadas regiões

do país. Até o ano de 2010, o Sistema Eletrobras apoiou 117 áreas legalmente protegidas – um total de 15.183.409 hectares, dos quais 76,81% são geridos por órgãos federais, 22,52% por órgãos estaduais, 0,66% pela Eletrobras e 0,01% por prefeituras e outros órgãos. [GRI EN13]

ÁREAS PROTEGIDAS COM O APOIO DAS EMPRESAS ELETROBRAS [GRI EN13]



Nos EIA de novos empreendimentos, a Eletrobras identifica impactos sobre espécies da flora e da fauna ameaçadas de extinção, incluídas em listas regionais, nacionais e/ou internacionais, tais como a *International Union for Conservation of Nature (IUCN)* e a *Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora (Cites)*.

A Itaipu Binacional também identificou, na região onde o empreendimento está instalado, 74 espécies da fauna em diferentes graus de risco. De acordo com a Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas da IUCN, duas espécies se encontram em perigo de extinção. Para o levantamento, também foram utilizadas as listas nacional e do Estado do Paraná. A identificação dessas espécies suscitou a elaboração e implementação de programas específicos para protegê-las.

A lista completa de espécies ameaçadas identificadas pela Itaipu Binacional encontra-se disponível no Relatório de Sustentabilidade 2009 da empresa, em <www.itaipu.gov.br/responsabilidade/relatorios-de-sustentabilidade>. Podem ainda ser destacados outros programas conduzidos por empresas do Sistema Eletrobras para gerenciar impactos na biodiversidade.

ELETROBRAS FURNAS | SISTEMA DE MONITORAMENTO LIMNOLÓGICO E DE QUALIDADE DA ÁGUA (SMLQA) [GRI EN26]

O SMLQA é o mais abrangente programa de monitoramento de qualidade da água de reservatórios do setor elétrico brasileiro, que atende e supera a normatização sugerida pela ANA. O programa monitora os reservatórios ao longo de sua vida.

Atualmente, são monitorados dez reservatórios em operação e dois em construção, configurando uma área total de cerca de 5.500 km² – mais de 500 mil campos de futebol – e um volume total de cerca de 130 km³ – cerca de 70 vezes o volume da Baía de Guanabara.

ITAIPU BINACIONAL | CULTIVANDO ÁGUA BOA

O Cultivando Água Boa é composto por 20 programas e 66 ações em toda a região de influência da hidrelétrica, a Bacia Hidrográfica do Paraná 3, área de cerca de 8 mil km² que abrange 29 municípios e mais de um milhão de habitantes. O alicerce do programa é a educação ambiental para a sustentabilidade, implementada de forma participativa por educadores com atuação permanente na região, com o objetivo estabelecer critérios para orientar ações de conservação dos recursos naturais, centradas na qualidade e quantidade das águas e na qualidade de vida das pessoas.

O monitoramento e a avaliação do programa são efetuados por uma rede de 2.146 parceiros, formada por membros da comunidade, ONG, órgãos governamentais e iniciativa privada, distribuídos nos diversos comitês gestores legalmente instituídos. O monitoramento da qualidade ambiental das microbacias, assim como da evolução dos resultados do programa, é realizado nos comitês e, principalmente, nos encontros municipais anuais, preparatórios de um grande encontro final, quando são pactuados coletivamente os compromissos e encaminhamentos.

Eletrobras Eletronuclear | Programa de Monitoração da Fauna e Flora Marinha

O Programa de Monitoração da Fauna e Flora Marinha desenvolvido pela Eletrobras Eletronuclear acompanha o ecossistema marinho em função da operação das unidades 1 e 2 da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (CNAAA), nas áreas de plâncton, bentos, nécton e parâmetros físico-químicos da água do mar.

Foram estabelecidas três áreas para coletas de amostras em Angra dos Reis:



o Saco Piraquara de Fora representando a área de impacto e o Saco Piraquara de Dentro e Itaorna como áreas de controle. Por ocasião da amostragem da fauna e flora marinha, são mantidas as medidas de temperatura da água do mar e das concentrações de cloro residual. Dessa forma, é possível avaliar a influência produzida pelo lançamento do efluente térmico e químico advindo da operação das unidades da CNAAA, capacitando a Eletrobras Eletronuclear a atender às exigências do Instituto Estadual do Ambiente - INEA.

ELETROBRAS ELETROSUL | PROGRAMA DE PROTEÇÃO DAS MARGENS E REPOSIÇÃO FLORESTAL

O programa, implantado na UHE Passo São João, já realizou o plantio de mais de 600 mil mudas de árvores, além de ações de restauração florestal, como: instalação de poleiros artificiais; transposição e espalhamento de solo orgânico (chuva de sementes) das áreas desmatadas no reservatório para a Área de Preservação Permanente (APP); disposição de galharia na área de plantio (núcleos de diversidade); e isolamento das áreas de plantio daquelas com regeneração natural.

A UHE Passo São João está instalada nos municípios de Roque Gonzales e Dezesseis de Novembro, no Rio Grande do Sul, e seu reservatório abrange também os municípios de São Luiz Gonzaga, São Pedro do Butiá e Rolador, na região noroeste do estado.

ELETROBRAS ELETRONORTE | PROGRAMA DE GERMOPLASMA FLORESTAL

Por meio do programa, foi montado um banco genético, antes do enchimento do reservatório da UHE de Tucuruí, com 82 espécies florestais. Posteriormente ele ampliado para áreas de floresta nativa, identificando-se cerca de 400 espécies de árvores que hoje servem para a produção de sementes e mudas de alta qualidade, utilizadas em programas de reflorestamento. O Laboratório de Análise de Sementes da Eletrobras Eletronorte, desenvolvido no âmbito do programa como condicionante do licenciamento ambiental da UHE Tucuruí, realizou, em 2010, 108 análises de sementes de 57 espécies.

O programa é ainda uma alternativa de geração de renda para a comunidade indígena parakanã, que já está comercializando sementes de espécies de importância comercial, como mogno, tatajuba e castanha-do-pará.

Eletrobras Chesf | Inventário de Ecossistemas Aquáticos

O Programa de Inventário dos Ecossistemas Aquáticos desenvolvido pela Chesf de desdobra nas seguintes atividades: Inventário de Ecossistemas Aquáticos de Sobradinho; Inventário de Ecossistemas Aquáticos do Baixo São Francisco, que abrange os reservatórios de Itaparica, Moxotó, Delmiro Gouveia, Paulo Afonso IV e Xingó, além do trecho de rio a jusante; Inventário dos Ecossistemas Aquáticos do Rio de Contas, que abrange os Reservatórios de Pedra e de Funil, além do trecho de rio a jusante; Inventá-

rio dos Ecossistemas Aquáticos do Rio Parnaíba. Estes programas possuem a função de acompanhar e desenvolver mecanismos de previsão e prevenção para controle de eventuais desequilíbrios ambientais na área de estudo. Realizam uma abordagem multidisciplinar que foca a fauna e flora aquática local, passando por peixes, crustáceos, microorganismos, plantas aquáticas além de análises físico-químicas e biológicas da água. Entre seus resultados podem-se obter descobertas ecológicas e biológicas de conhecimento científico dos ecossistemas da bacia hidrográfica estudada.

Em 2010, as empresas Eletrobras: Chesf, Eletronorte, Eletronuclear, Eletrosul, Furnas e Itaipu Binacional produziram e/ou plantaram 1.542.887 mudas e 220,67 kg de sementes de espécies florestais destinadas a restauração e reflorestamento de habitats protegidos. No Programa de Germoplasma da Eletrobras Eletronorte, até outubro de 2010, foram coletadas 733.100 sementes, distribuídas em 60 espécies botânicas.

11.3.2. Resíduos

Até 2010, o controle dos resíduos das empresas do Sistema Eletrobras era feito apenas através de Manifestos de Resíduos. A partir da promulgação da Lei de Resíduos Sólidos, instituída em agosto desse mesmo ano, as empresas estão ampliando suas atividades de monitoramento, sobretudo sobre processos rela-

cionados à geração de energia e ligados a atividades de apoio e manutenção da operação de usinas. Elas observam as normas de disposição de resíduos da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), e todas as exigências legais relativas à disposição de resíduos sólidos industriais.

Ao longo dos anos, a quantidade de resíduos gerada pela Eletrobras não sofreu grandes variações. Excepcionalmente, longas paradas para manutenções de caldeiras ou sistemas auxiliares geram grande volume de resíduos. Os valores declarados, no entanto, não correspondem à totalidade dos resíduos gerados, já que algumas unidades ainda não possuem sistema de gerenciamento, o qual deverá ser incorporado nos próximos anos, ampliando gradualmente o controle.



Resíduos dispostos, por tipo e métodos de disposição (t) [GRI EN22]

MÉTODO DE DISPOSIÇÃO	RESÍDUOS PERIGOSOS	RESÍDUOS NÃO-PERIGOSOS
Aterro sanitário comum	0	295,677
Aterro sanitário industrial	15,69865	4,24
Aterro de inertes	0	21
Armazenados	35	3192
Blendagem	7,966	0
Coleta municipal	0	0,45335
Coprocessoamento	63,626	37,833
Compostagem	0	1,14
Descontaminação	7,86	0
Incineração	100,1755	17,28
Lixão	0	2,895
Recomposição cava da mina	0	379389
Reutilização	330,00555	113,12
Reciclagem	74,356	285621,0528
Recuperação	16,5	0
Refino	750,49	0
Tratamento físico-químico	0	138
Empresa especializada (entulhos)	0	54
Outros	0,88685	0,504

Foram consideradas as seguintes empresas Eletrobras: Amazonas Energia, Distribuição Acre, Distribuição Alagoas, Distribuição Piauí, Distribuição Rondônia, Distribuição Roraima CGTEE, Chesf, Eletronorte, Eletronuclear, Eletrosul, Furnas, Itaipu Binacional, Eletrobras holding.

Resíduos perigosos [GRI EN23 e EN24]

No ano de 2010, as empresas do Sistema Eletrobras transportaram 463 toneladas de resíduos perigosos para fora de suas instalações, e descartaram 16,75 toneladas de ascarel. A Eletrobras Distribuição Piauí está promovendo processo licitatório para a contratação de empresa especializada para os serviços de destrave, corte, transporte e descarte de cerca de seis toneladas de resíduos oriundos de células capacitivas e outros materiais contaminados por ascarel que se encontram em seu almoxarifado central.

Ainda na Distribuição Piauí, o tombamento de dois reguladores da Subestação Parnaíba, localizada na cidade de Luís Correia, provocou o derramamento de 800 litros de óleo isolante, que atingiu uma área de aproximadamente 100 m².

Resíduos nucleares

O total de rejeitos nucleares sólidos produzido em 2010 na Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto pelas usinas Angra 1 e Angra 2 foi de 82,33 m³, uma redução da ordem de 300% em relação a 2009 (273 m³) e muito abaixo da meta de 120 m³ prevista para o ano. Após o uso, o combustível nuclear (combustível irradiado) é transferido para as piscinas nos edifícios dos reatores, não sendo enviado para qualquer processamento ou reprocessamento.

Todos os rejeitos radioativos gerados nas usinas nucleares são armazenados de forma segura e isolados do público e do meio ambiente, tendo as condições de segurança, proteção radiológica, rastreabilidade e redução de volume como base do trabalho.

Resíduos nucleares armazenados, por tipo e método de armazenamento

CLASSIFICAÇÃO*	TIPO	ARMAZENAMENTO
Alta atividade	Elementos combustíveis irradiados	Piscinas no interior ou no exterior das usinas, com capacidade para toda a vida útil de operação.
Média atividade	Resinas de purificação e fluidos de processo	Prédios adequadamente projetados junto à usina, com capacidade para toda a vida útil da operação.
Baixa atividade	Material descartável utilizado na operação e manutenção	Prédios localizados próximo à usina.

* Em função da meia-vida dos elementos radioativos neles existentes, os resíduos também são classificados como de longa duração e de baixa duração.

11.3.3. Emissões atmosféricas

O Sistema Eletrobras formalizou em 2010 o compromisso de inventariar anualmente as emissões de gases causadores do efeito estufa de sua responsabilidade, utilizando-se, para tanto, da metodologia do *Intergovernmental Panel on Climate Change* (IPCC) e das diretrizes do *Greenhouse Gas Protocol* (GHG Protocol). Os esforços para identificar e contabilizar suas emissões datam de 2005, quando um grupo de trabalho com representantes de todas as empresas foi constituído no âmbito do SCMA, para apoiar a elaboração do inventário de gases de efeito estufa.

De 2005 a 2008, esse inventário considerou apenas as emissões provenientes de usinas termelétricas e grupos diesel (Escopo 1 do *GHG Protocol*) de seis de suas empresas, consolidando a primeira série histórica de emissões. A partir de 2009, o inventário considerou a contribuição de dez empresas Eletrobras, incluindo a Eletrobras Eletrosul e a Itaipu Binacional – que não geram energia termelétrica –, o Cepel e a própria *holding*. Em 2010, o escopo do inventário

foi mais uma vez ampliado, com a contribuição das distribuidoras do Acre, Rondônia e Piauí.

Também para o ano base 2010, procurou-se aumentar o escopo do inventário e melhorar a cobertura das informações. No Escopo 1, foram agregadas as estimativas das emissões fugitivas de extintores de incêndio, e gás natural e gás liquefeito de petróleo (GLP); no Escopo 2, as emissões relativas a perdas na transmissão de energia elétrica; e, pela primeira vez, foi incluído conteúdo para o Escopo 3, com a estimativa das emissões relativas a produtores independentes de energia elétrica (PIE).

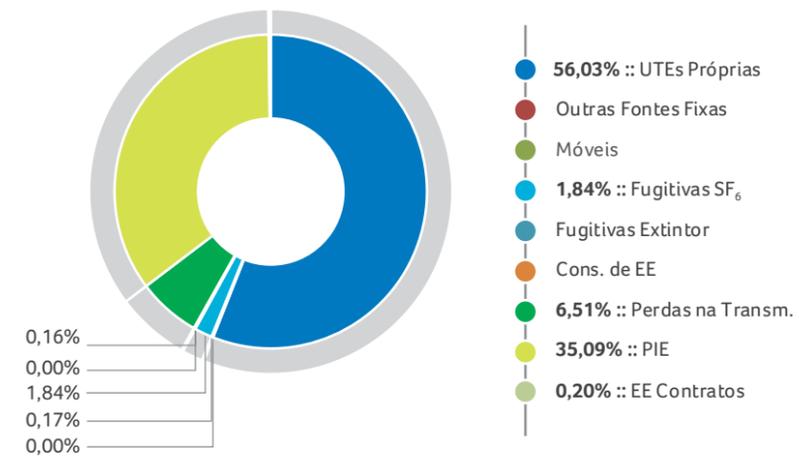
É importante destacar que o inventário de emissões de gases de efeito estufa da Eletrobras não aborda a fonte hídrica, por não haver suficiente compreensão sobre o ciclo do carbono em corpos hídricos e reservatórios em geral até o momento, nem consenso científico a respeito do assunto. A Eletrobras vem acompanhando e incentivando, desde a década de 1990, o desenvolvimento do conhecimento científico a respeito desse tema.

A maior parcela das emissões de gases de efeito estufa vem das fontes fixas³ de geração termelétrica de grande, médio e pequeno porte (4.883.603,79 tCO₂e), o que corresponde a 56,03% das emissões totais. Ainda no Escopo 1, as emissões diretas relativas ao escape de SF₆ dos equipamentos elétricos alcançaram 1,84% do total e podem ser objeto de ações para sua redução. Já no Escopo 2, é importante notar que as emissões relativas às perdas na transmissão representam 6,51% do total das emissões inventariadas.

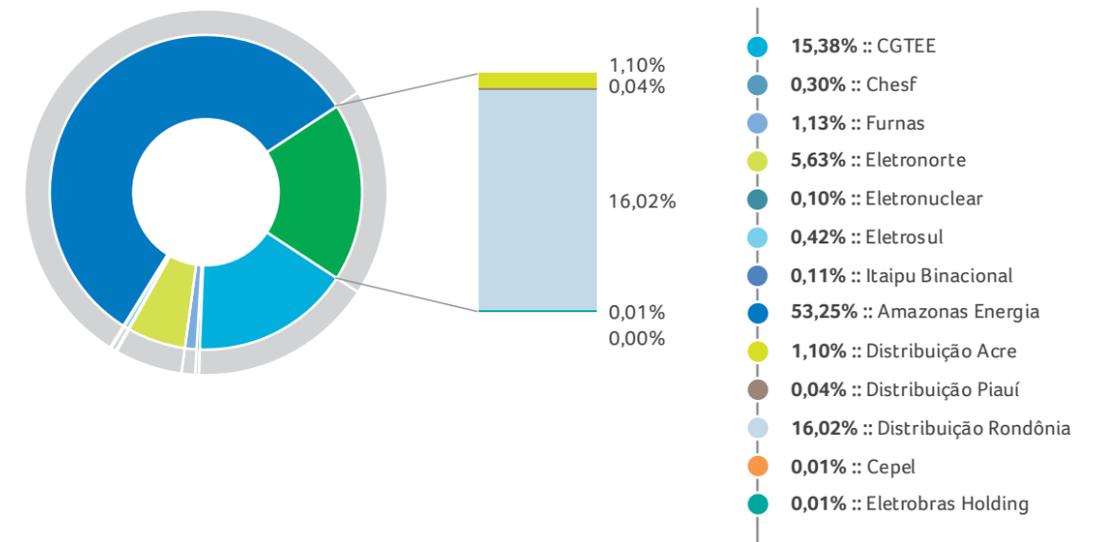
Emissões de gases de efeito estufa (tCO₂e), por fonte [GRI EN16 e EN17]

ESCOPO	FONTE	EMISSIONES
1	Usinas termelétricas próprias	4.883.603,79
	Outras fontes fixas	280,12
	Móveis	14.699,03
	Fugitivas (SF ₆)	160.024,54
	Fugitivas (extintor)	63,41
2	Consumo de energia elétrica	14.019,21
	Perdas na transmissão	567.186,57
3	Produtor independente de energia elétrica (PIE)	3.058.828,45
OUTROS	Contratos de energia elétrica	17.757,87
TOTAL		8.716.462,98

EMISSIONES DE GASES DE EFEITO ESTUFA (tCO₂e) [GRI EN16 e EN17]



EMISSIONES DE GASES DE EFEITO ESTUFA (tCO₂e), POR EMPRESA [GRI EN16 e EN17]



³ As usinas termelétricas acopladas ao SIN são despachadas, isto é, geram energia e, por conseguinte, emissões, de acordo com as determinações do ONS. As usinas termelétricas do SIN não operam na base, são complementares ao despacho das usinas hidrelétricas.

NO_x E SO_x E OUTRAS EMISSIONES ATMOSFERICAS, POR TIPO [GRI EN20]

TOTAL	NO _x	SO _x
	26.199,7 ton	29.664,84 ton

Foram consideradas as seguintes empresas Eletrobras: CGTEE, Eletronorte e Itaipu Binacional.

No conjunto das empresas Eletrobras, a quantidade de emissão de gases de efeito estufa por energia gerada é muito pequena, uma vez que a maior parcela da geração é proveniente de fontes hídricas – um índice extremamente favorável, que demonstra uma matriz de produção essencialmente limpa. A exceção das empresas que têm maior peso na geração termelétrica.

Emissões por energia líquida gerada, em usinas termelétricas próprias [GRI EU2]

FONTE	EMISSIONES (tCO ₂ e)	ENERGIA (MWh)	EMISSIONES POR ENERGIA LIQUIDA (tCO ₂ e/MWh)
Óleo	3.610.556,56	3.955.528	0,91
Gás natural	4.451,84	5.593	0,80
Carvão mineral	1.252.337,16	612.516	2,04

Iniciativas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e reduções obtidas [GRI EN18]

A iniciativa voluntária predominante das empresas Eletrobras para a redução de suas emissões de gases de efeito estufa refere-se à utilização de veículos de transporte com motores elétricos ou bicombustíveis, nos quais se prioriza o uso de etanol. Há, ainda, estudos e inventários para a identificação de potenciais reduções e, pontualmente, medidas são tomadas para tratamento de emissões, além de manutenção para evitar vazamentos. Na área de reflorestamento também há iniciativas, e um caso de licitação para implantação de energia eólica. Iniciativas de algumas empresas merecem destaque.

Eletrobras Eletrosul | Redução da emissão de SF₆

Para reduzir suas emissões de gás SF₆, a Eletrobras Eletrosul adotou uma série de medidas, dentre as quais merecem destaque:

- Utilização de máquinas de gás para armazenagem e tratamento do gás SF₆ em serviços que exijam a retirada do gás do equipamento, possibilitando seu retorno a este;
- Implantação de novos instrumentos e dispositivos para realizar a manutenção e o comissionamento, que reduzem as emissões de gás;
- Instalação permanente de manômetros para supervisão da pressão de gás SF₆ em disjuntores;
- Elaboração de instrução de manutenção para identificar vazamento de gás SF₆ em disjuntores;

Itaipu Binacional | Plantio de árvores

A Itaipu Binacional realizou o plantio de mudas tanto na faixa de proteção da represa como nos municípios lindeiros da Bacia do Paraná III. No que diz respeito aos veículos de transporte, a empresa renovou sua

frota, hoje composta unicamente por veículos equipados com motores movidos a etanol. Tivermos ainda em 2010 a substituição de parcela dos veículos de passeio por veículos elétricos, com emissão zero.

REDUÇÃO DE EMISSIONES DE GASES DE EFEITO ESTUFA POR INICIATIVAS DE ITAIPU BINACIONAL (tCO₂e)

INICIATIVA

- FIXAÇÃO NA BIOMASSA PELO PLANTIO DE MUDAS NAS ÁREAS PROTEGIDAS
- FIXAÇÃO NA BIOMASSA PELO PLANTIO DE MUDAS FORA DAS ÁREAS PROTEGIDAS
- UTILIZAÇÃO DE VEÍCULOS COM MOTORES ELÉTRICOS OU MOVIDOS A ETANOL

EMISSIONES

459,01

849,71

672



Eletrobras Chesf | Metodologia de mapeamento

A Eletrobras Chesf está desenvolvendo uma metodologia para mapear o potencial de emissões evitadas de gases de efeito estufa e oportunidades no mercado de créditos de carbono. Atualmente está em avaliação o potencial futuro de geração de créditos de carbono da Central Geradora Eólica Casa Nova, com 180 MW de capacidade instalada. No seu primeiro ano de operação, considerando-se a produção de 61 MW de energia média, estimam-se emissões evitadas de 108.926 tCO₂e.

Eletrobras Eletronorte | Veículos Elétricos

Iniciativa de adquirir carros e bicicletas elétricos para locomoção interna de pessoas e materiais, para evitar a emissão de GEE. Outra iniciativa foi a substituição gradativa de motores de popa dois tempos por motores de quatro tempos, diminuindo o quantitativo de emissão de GEE.

Eletrobras Distribuição Rondônia | Biocombustíveis

Adição de biocombustível na proporção de 0,5% de óleos vegetais ao óleo diesel fornecido aos Produtores Independentes de Energia e algumas iniciativas como viagens em ônibus coletivos.

11.3.4. Energia

No que diz respeito ao consumo de energia direta pelo Sistema Eletrobras, em 2010 o foco esteve no consumo energético para a realização das operações das empresas, excluindo-se o consumo para a geração da energia elétrica que é disponibilizada na rede do SIN.

Consumo de energia direta (GJ), por fonte de energia primária [GRI EN3]

	FONTE	CONSUMO
RENOVÁVEL	Etanol	30.820
	Solar	0,03
	Gasolina	74.958
NÃO-RENOVÁVEL	Diesel	1.988.935
	Gás natural	0,02
	Gás liquefeito de petróleo (GLP)	309
	Querosene de aviação	4.388
	Óleo combustível	0,02

Foram consideradas as seguintes empresas Eletrobras: Amazonas Energia, Distribuição Acre, Distribuição Alagoas, Distribuição Piauí, Distribuição Rondônia, Chesf, Eletronorte, Eletronuclear, Eletrosul, Furnas, Itaipu Binacional, Cepel, Eletrobras holding.

Sendo produzida por diversas fontes, a energia consumida no SIN não pode ser classificada como 100% renovável, embora provenha majoritariamente de usinas hidrelétricas.

Consumo de energia indireta, por fonte primária [GRI EN4]

	FONTE	CONSUMO
RENOVÁVEL	Hidrelétrica	13.311.171
	Eólica	164
NÃO-RENOVÁVEL	Térmica	3.618
SISTEMA INTERLIGADO NACIONAL (SIN)	Diversas	118.883

Foram consideradas as seguintes empresas Eletrobras: Distribuição Rondônia, Chesf, CGTEE, Eletronorte, Eletronuclear, Itaipu Binacional, Cepel, Eletrobrasholding.

Eficiência energética [GRI EN5 e EU7]

O Sistema Eletrobras deu passos significativos no âmbito da eficiência energética em 2010, com a criação do Comitê Integrado de Eficiência Energética e a aprovação da sua Política de Eficiência Energética. Ao longo do ano, R\$ 1.679.552,14 foram investidos em projetos de produção de biodiesel e diesel vegetal, destinados à geração de eletricidade em regiões isoladas; implantação de laboratórios; levantamento de potencial eólico; assim como na continuidade de projetos da Rede Brasil de Tecnologia, iniciados em 2007.

Diversas empresas do sistema realizam programas ou iniciativas de eficiência energética, seguindo as diretrizes da Política de Sustentabilidade de atuar como agente indutor da eficiência energética, buscando maior racionalidade no emprego dos recursos naturais e produção de energia limpa.

Principais atividades ligadas à promoção de eficiência energética, por empresa

EMPRESA	ATIVIDADES	RESULTADOS
Chesf	Eficientização de pontos de iluminação pública no âmbito do programa Procel Reluz, do governo federal. A Chesf é parceira, repassando recursos para a implantação de projetos nos municípios do Nordeste.	Em João Pessoa (PB), houve a expansão de 639 novos pontos de iluminação eficiente, com a demanda e a energia adicionada de 281,16 kW e 1.231,48 MWh/ano, respectivamente. Em Teresina (PI), a efficientização de 6.312 pontos, com a demanda evitada de 53,77 kW e a energia economizada de 235,50 MWh/ano.
Eletronorte	Gerenciamento de consumo e custos com energia nos municípios, a partir da capacitação de uma Unidade de Gestão Energética Municipal (Ugem), do levantamento e padronização das unidades consumidoras, da instalação e inclusão de dados em um software específico, e levantamento e elaboração de diagnóstico. Implantação da metodologia do Programa Procel nas Escolas em escolas públicas de ensino infantil, fundamental e médio, para estimular a mudança de comportamento e a aquisição de novos hábitos de consumo de energia, buscando consolidar uma cultura de combate ao desperdício. O programa capacita os professores que multiplicam os conceitos para os alunos, sendo todo o projeto acompanhado pela Eletrobras Eletronorte, por meio de workshops e verificação do consumo de energia das escolas e de uma amostragem de alunos. Essa metodologia é aprovada pelo Ministério da Educação (MEC) e está alinhada aos parâmetros curriculares nacionais, ancorada no tema transversal "meio ambiente" que permeia todas as disciplinas.	Economia energética comprovada pela Ugem dos diversos municípios, destacando-se Ariquemes (RO), Abaetetuba (PA) e São José de Ribamar (MA). Inúmeros desdobramentos de projetos de eficiência energética no sistema de iluminação das vias públicas, feiras, secretarias municipais, escolas, quadras esportivas etc., já tendo havido participação em diversos fóruns sobre economia energética, inclusive no exterior, com resultados expressivos para a redução dos custos municipais com energia elétrica das unidades consumidoras. A Eletrobras Eletronorte já implantou o programa educacional para uso racional de energia em 1.226 escolas públicas de 48 municípios, tendo capacitado 7.747 professores para beneficiar 840.529 alunos. A média de economia obtida com o acompanhamento de consumo de energia das escolas é de 2.085 MWh, e a das 4.607 residências dos alunos é de 11,12 kWh. Em 2010, os projetos educativos abaixo envolveram mais de um milhão de pessoas: A Natureza da Paisagem: Energia – curso de educação ambiental desenvolvido pelo Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel), implementado pelas geradoras e concessionárias. Destinado aos professores da rede pública de ensino, as escolas recebem material didático para implementar projetos junto aos alunos; Furnas/Procel nas Escolas – palestra para alunos realizada nas instalações da empresa. São apresentadas informações sobre energia e dicas de economia residencial; Circuito da Energia – montagem de diversos experimentos, maquetes e jogos relacionados à energia elétrica, para os alunos vivenciarem sua importância; Patrulha da Energia – capacitação dos alunos no combate ao desperdício, com a realização de atividades na escola e comunidade; Energia da Sabedoria – palestra direcionada à terceira idade, o projeto visa à sensibilização e conscientização para evitar o desperdício de energia elétrica, água, proporcionando um consumo responsável. Parte do público é constituído por analfabetos e pessoas que não receberam essas informações na escola; Furnas nas Bibliotecas – contação de histórias, jogos e brincadeiras, em bibliotecas da rede municipal. Ao final do encontro os alunos recebem um livro, estimulando o hábito da leitura. Com o objetivo de divulgar e criar uma cultura de responsabilidade, foram veiculados folders e boletins, e realizadas inserções na mídia (rádio, televisão, internet e jornal). Convênio com a Sociedade Astronômica Brasileira para a inserção do tema conservação de energia na Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica. Em 2010 participaram 784.390 alunos e 68.481 professores, de 9.149 escolas de 2.404 cidades.



Furnas

Educação: atividades de informação e sensibilização para práticas sustentáveis de consumo.

Principais atividades ligadas à promoção de eficiência energética, por empresa

EMPRESA	ATIVIDADES	RESULTADOS
Furnas	De engenharia: estudos e projetos para melhorias em instalações e sistemas elétricos de áreas públicas e privadas, de modo a torná-los energeticamente eficientes.	Uma otimização de destaque foi a modernização de 198 luminárias localizadas na sala da Assessoria de Estudos e Programas de Conservação de Energia (ACE) e em todas as salas do Bloco P do Escritório Central, onde está situado o Departamento de Educação Corporativa, o Prisma, parte do Departamento de Recursos Humanos e a Divisão de Cadastro de Fornecedores. Após estudo de diferentes soluções, foi empregada uma tecnologia de ponta no mercado, substituindo as luminárias com lâmpadas de 32 W por um sistema chamado Ecosystem, um processo digital com lâmpadas fluorescentes de 28 W, além de reatores eletrônicos com <i>dimmers</i> digitais, sistema pioneiro na América Latina. Com o investimento de R\$ 164 mil, foram efetivadas, de acordo com as medições realizadas antes e depois da substituição, reduções de custo da ordem de até 80%, equivalentes a 6,7 MWh/ano, o que representa R\$ 3 mil anuais. Realizam-se 27 diagnósticos energéticos em escolas, hospitais, prédios públicos e sistema de abastecimento de água e esgoto, nos estados onde a empresa possui instalações. Os estudos identificaram um potencial de economia de 360,50 MWh/ano e de redução de demanda de 166,40 kW.
Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel)	Internamente ao Cepel, a utilização de painéis fotovoltaicos nas instalações da Casa Solar Eficiente e do Centro de Aplicação de Tecnologias Eficientes (Cate) permitiu a operação desses centros de demonstrações e treinamento (produtos oferecidos aos visitantes do Cepel) com menor consumo de energia, a partir de fontes renováveis diretamente utilizadas.	Economia estimada de energia de 1.450 kWh ou 5.220 MJ em 2010.
	Telhado solar do Cate: instalação com potência máxima de 16 kW, injetando energia na rede do Cepel através de inversores de frequência.	Economia medida de energia de 5.654 kWh ou 20.354 MJ em 2010.
	Ensaio em laboratórios de eficiência energética em equipamentos elétricos – refrigeradores, condicionadores de ar, lâmpadas, luminárias e reatores, motores elétricos.	A classificação para etiquetagem, entre outros efeitos, resulta no aprimoramento tecnológico de aparelhos elétricos comercializados no mercado nacional. No ano de 2010 foram testados mais de 500 modelos de equipamentos nas áreas de refrigeração, iluminação e sistemas motrizes.
	Demonstrações de tecnologias eficientes no uso da energia elétrica e de fontes renováveis (Cate)	Informação qualificada e treinamento para agentes envolvidos com eficiência energética e fontes renováveis de energia (engenheiros, arquitetos, estudantes, profissionais de empresas do sistema elétrico, gerentes de utilidades industriais). Em 2010, foram atendidos 1.014 visitantes; três diagnósticos energéticos foram realizados e um curso de eficiência energética aplicado.
Eletrobras Holding	Desenvolvimento do Programa de Qualificação de Equipamentos do Setor Elétrico (Qualiequip), criado em 2003 como ferramenta de padronização da qualidade dos equipamentos do setor elétrico.	Com o objetivo de reduzir as perdas de energia através do uso de transformadores de distribuição mais eficientes, foi desenvolvida uma etiqueta para garantir índices mínimos de eficiência para esse equipamento, numa parceria entre o Cepel, a Confederação Nacional de Indústria (CNI) e a Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (ABINEE). Em 2010, o Qualiequip foi incluído no Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE) do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), com previsão de tornar a adoção da etiqueta compulsória até 2012. O trabalho aponta uma economia de 30.000 MWh/ano, com a troca de todo o parque de transformadores. Em 2010 foi assinado um convênio com o CNI para a continuação dos estudos do impacto nas tarifas.

Programa de Eficiência Energética da Eletrobras Distribuição [GRI EN6 e EU 23]

As empresas de distribuição do Sistema Eletrobras, de acordo com a Lei 9991/00, aplicam 0,5 % de sua receita operacional líquida em projetos voltados para o com-

bate ao desperdício de energia elétrica, cujas diretrizes são definidas pela própria lei e por resoluções da Aneel. Em 2010, as empresas de distribuição do Sistema Eletrobras passaram a adotar protocolos de medição e verificação em seus projetos de eficiência energética.

Nas tabelas a seguir são resumidos os programas e projetos de eficiência energética caracterizados como iniciativas para fornecer produtos e serviços com baixo consumo de energia.

EMPRESA	PROGRAMAS	EQUIPAMENTOS TROCADOS	RESULTADOS
Eletrobras Distribuição Alagoas	Programa de Eficiência Energética da Eletrobras Distribuição Alagoas (projeto Agente CEAL)	Troca de 76.798 lâmpadas.	8.759,77 MWh/ano
	Programas de Serviço público (Projeto CASAL 800)	Troca de 6.500 geladeiras.	3.549 MWh/ano
Eletrobras Amazonas Energia	Projetos de Eficiência Energética em Baixa-Renda (Projeto de P&D)	Troca de 31 moto-bombas submersas da Companhia de Saneamento de Alagoas.	1.736,54 MWh/ano.
Eletrobras Distribuição Piauí	Projeto Agente CEPISA	Troca de 3.887 geladeiras.	N/D ⁽¹⁾
		Troca de 48.000 lâmpadas.	R\$ 947,69/Kw.ano ⁽²⁾
Eletrobras Distribuição Rondônia	Projetos que beneficiam consumidores de baixo poder aquisitivo com intervenções técnicas.	Troca de 343 geladeiras.	R\$ 126,48/MWh ⁽²⁾
		Troca de 6.752 geladeiras.	3.744,02 MWh/ano ⁽³⁾
Eletrobras Distribuição Roraima	Projetos que beneficiam consumidores de baixo poder aquisitivo com intervenções técnicas.	Troca de 27.675 lâmpadas incandescentes por fluorescentes.	5.292,79 MWh/ano ⁽³⁾
Eletrobras Distribuição Acre	Projetos que beneficiam consumidores de baixo poder aquisitivo com intervenções técnicas.	Previsão de substituição de 1000 geladeiras.	744 MWh/ano ⁽³⁾
		Previsão de substituição de 750 geladeiras.	540 MWh/ano ⁽³⁾

(1) Em fase de estabelecimento de critérios para efetuar medição e verificação com previsão para abril/2012.

(2) Custo evitado unitário de demanda para baixa-tensão

(3) Potencial estimado.

11.3.5 Água [GRI EN8]

Embora o volume de água captado pelas usinas hidroelétricas seja elevado, praticamente toda a água tem uso não consuntivo. A água é retirada do reservatório, move as turbinas para geração de energia elétrica, passa pelo vertedouro ou é utilizada para o resfriamento dos equipamentos, sendo toda devolvida ao rio de origem.

No caso da Eletronuclear, as usinas usam uma grande quantidade de água do mar para refrigeração em circuito aberto, cerca de três bilhões de m³ no ano de 2010, mas esta água é retornada ao mar, também não havendo consumo. De modo similar, nas termelétricas a carvão da CGTEE, o volume de água utilizado para refrigeração em circuito aberto também é elevado, cer-

ca de nove milhões de m³ no ano de 2010, mas a água retorna ao rio de origem, não havendo consumo.

Tanto nas usinas da Eletronuclear como da CGTEE existem sistemas de refrigeração em circuito fechado, onde há um consumo de água proveniente da perda por evaporação. A reposição desta perda, somada às águas de serviço, é realizada com água de rio e totalizou em 2010 cerca de 800 mil m³ nas usinas da Eletronuclear e também cerca de 800 mil m³ nas usinas da CGTEE.

A água devolvida aos copos d'água tem sua qualidade e temperatura monitoradas.

Além deste consumo de água em processo produtivo, os valores apresentados abaixo correspondem ao consumo administrativo de água em 2010, nas instalações do Sistema Eletrobras.

Água utilizada para consumo administrativo, por fonte (m³)

FONTE	CONSUMO
Superficial	10.078.388
Subterrânea	811.935
Mares/oceanos	0
Empresas de abastecimento	7.747.036
Chuva	360
Outras fontes	213.149

Foram consideradas as seguintes empresas Eletrobras: Amazonas Energia, Distribuição Acre, Distribuição Alagoas, Distribuição Piauí, Distribuição Rondônia, Distribuição Roraima, Chesf, CGTEE, Eletronuclear, Eletrosul, Itaipu, Cepel, Eletrobras holding.

11.3.6. Conformidade legal [GRI EN28]

No ano de 2010, as empresas do Sistema Eletrobras receberam as seguintes multas ou sanções não-econômicas:

MULTAS E SANÇÕES NÃO-MONETÁRIAS

EVENTO	QUANTIDADE	VALOR (R\$ MIL)
MULTAS RECEBIDAS	13	1.601
MULTAS PAGAS	2	139
SANÇÕES NÃO-MONETÁRIAS	5	-
TOTAL	20	1.740

Foram consideradas as seguintes empresas Eletrobras: Amazonas Energia, Distribuição Acre, Distribuição Alagoas, Distribuição Piauí, Distribuição Rondônia, Chesf, CGTEE, Eletronorte, Eletronuclear, Furnas, Eletrosul, Itaipu Binacional, Cepel, Eletrobras holding.

SOBRE ESTE RELATÓRIO

PELO TERCEIRO ANO CONSECUTIVO, AS EMPRESAS ELETROBRAS ADOTAM AS DIRETRIZES DA *GLOBAL REPORTING INITIATIVE* (GRI) PARA A ELABORAÇÃO DE SEU RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE.

Nele estão informações sobre a gestão corporativa, indicadores de desempenho social, ambiental e econômico, além de outros indicadores específicos para o setor de energia elétrica, durante o ano de 2010.

12. Sobre este relatório

[GRI 3.1, 3.2, 3.3, 3.4, 3.5, 3.8, 3.9, 3.10, 3.11 e 3.13]

A relevância dos temas aqui tratados foi definida em função de referenciais indicadores de mercado (Índice Dow Jones, ISE, Relatório Aneel e GRI), compondo o eixo externo, e por instrumentos de planejamento e gestão empresarial (Planejamento Estratégico, pesquisa com público interno, análise de relevância dos temas), compondo o eixo interno. Assim, a cada tema elencado atribui-se uma pontuação pelos eixos de relevância interna e externa, através da qual o tema é ou não abordado pelo relatório.

Cada tema recebeu maior peso de acordo com metodologia específica, por exemplo, os temas abordados pelo Dow Jones (já que a Eletrobras intenta participar do índice) e pela GRI (metodologia de relato adotada) receberam peso maior.

No eixo interno, os temas abordados pelo Planejamento Estratégico receberam maior peso, por fazerem parte da estratégia de negócio da Eletrobras. As informações aqui publicadas referem-se às atividades de geração, transmissão e distribuição das empresas Eletrobras, bem como à Eletropar e ao Cepel. A pesquisa junto aos *stakeholders* foi realizada através de questionário, e eles foram convidados pelas áreas que têm interface com os comitês de sustentabilidade das empresas. Para sua efetivação, a pesquisa utilizou o *site* da companhia, e a meta é realizá-la anualmente.

Em 2010, a pesquisa junto ao público contemplou os seguintes *stakeholders*:

- Acionista/investidor;
- Comunidade;
- Consumidor/cliente;
- Força de trabalho;
- Fornecedor;
- Governo;
- Sociedade civil organizada.

A metodologia Ethos sugere que temas com relevância maior que 50% para os eixos interno e externo sejam materiais, porém a consultoria que conduziu a elaboração do relatório e a Eletrobras definiram como materiais os temas com relevância maior que 40%

para os eixos interno ou externo, já que não será elaborado um relatório *on-line* com maior quantidade de indicadores que o impresso, e também para satisfazer os públicos interno e externo à empresa, já que um tema pode ser de interesse de apenas um grupo.

Para cada tema material foram escolhidos indicadores, com base em três critérios:

- Incluir indicadores comumente relatados por empresas do setor elétrico;
- Abranger indicadores já relatados nos anos anteriores, para garantir a comparabilidade;
- Tratar de indicadores com gestão que garanta a confiabilidade das informações.

A Eletrobras realiza desde 2005 o relato de suas práticas sociais e ambientais. Desde 2008, os Relatórios de Sustentabilidade da Eletrobras estão alinhados às diretrizes GRI, tendo sido disponibilizadas em 2009 versões do relatório em português, inglês e espanhol, no *website* da companhia.

Este relatório também utilizou as diretrizes do Suplemento Setorial de Energia Elétrica da GRI e do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE, com indicadores específicos, incluindo pela primeira vez as empresas de distribuição. Por meio de licitação, a Eletrobras contratou a PricewaterhouseCoopers para conduzir o processo de verificação externa deste documento.

O Relatório de Sustentabilidade da Eletrobras tem um ciclo anual, e o que aqui se apresenta refere-se ao período de janeiro a dezembro de 2010. A Eletrobras autodeclara o nível de aplicação GRI deste relatório como B.

DADOS PARA CONTATO

Coordenação Geral da Presidência
Av. Presidente Vargas, 409, 13º andar
Rio de Janeiro - RJ, 20071-003 - Brasil
pg@eletrobras.com
+55 (21) 2514-4808

ÍNDICE REMISSIVO GLOBAL REPORTING INITIATIVE

ESTA SEÇÃO LISTA O CONJUNTO DE INDICADORES GRI APRESENTADOS NO RELATÓRIO E SUA RELAÇÃO COM OS PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL.

As empresas Eletrobras acreditam que toda informação publicável deve ser clara e transparente e se coloca à disposição da sociedade para esclarecer qualquer dúvida sobre suas atividades e documentos.

13. Índice remissivo

Global Reporting Initiative [GRI 3.12]

As respostas ao conjunto de indicadores GRI apresentados neste relatório podem ser encontradas neste documento ou no próprio Índice Remissivo.

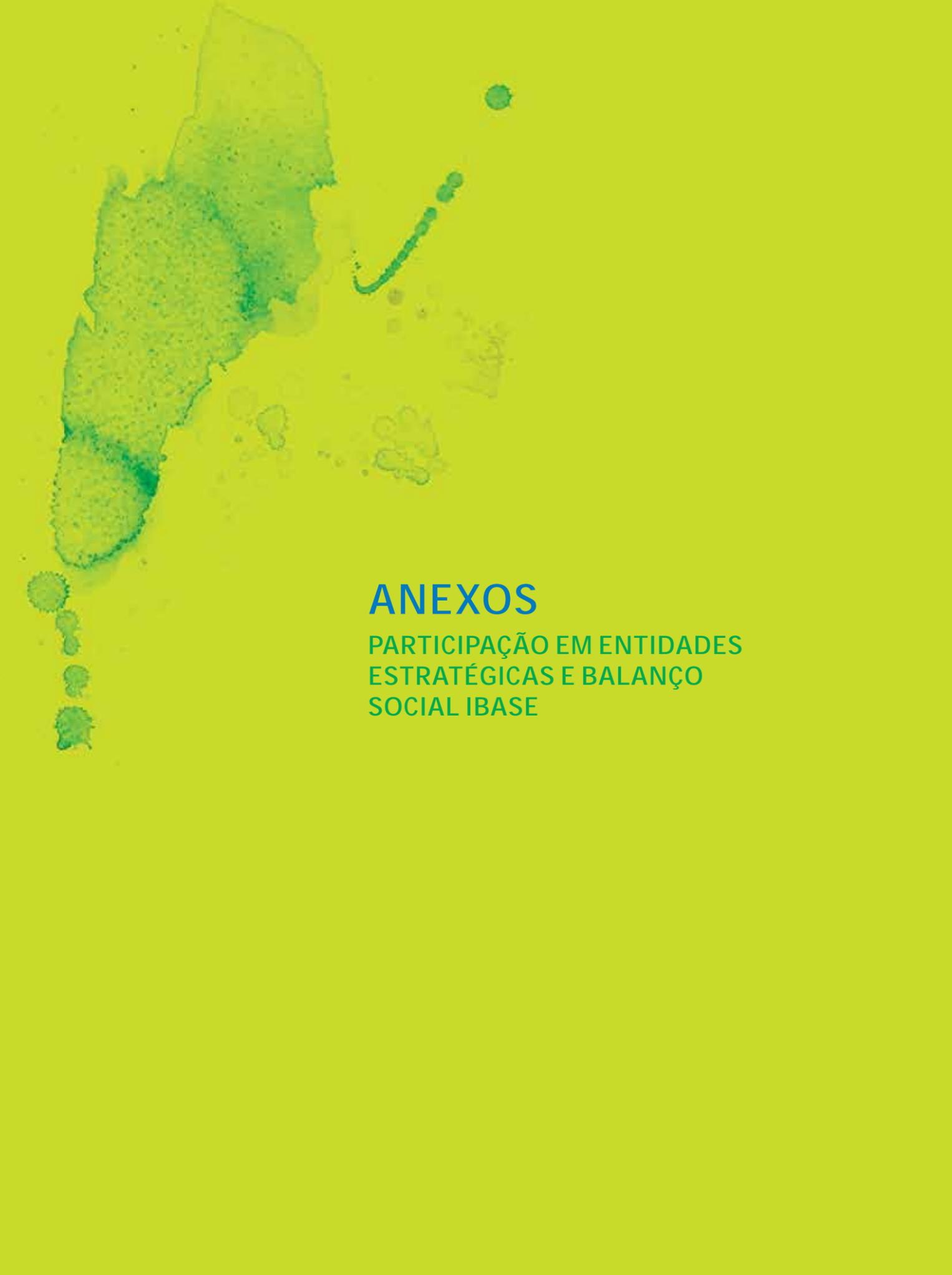
INDICADOR	PÁGINA	PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL
PERFIL		
Estratégia e análise		
1.1	Declaração sobre a relevância da sustentabilidade para a empresa	4
1.2	Descrição dos principais impactos, riscos e oportunidades	4, 56
Perfil organizacional		
2.1	Nome da organização	28
2.2	Principais marcas, produtos e/ou serviços	34
2.3	Estrutura operacional da organização	34
2.4	Localização da sede da organização	34
2.5	Número de países em que opera e em quais há operações relevantes para a sustentabilidade	34
2.6	Tipo e natureza jurídica da propriedade	34
2.7	Mercados atendidos pela organização	34
2.8	Porte da organização	34
2.9	Principais mudanças no período coberto pelo relatório	34
2.10	Prêmios recebidos no período coberto pelo relatório	20
PARÂMETROS PARA O RELATÓRIO		
Perfil do relatório		
3.1	Período coberto pelo relatório	142
3.2	Data do relatório anterior mais recente	142
3.3	Ciclo de emissão de relatórios	142
3.4	Dados para contato sobre o conteúdo do relatório	34, 142
Escopo e limite do relatório		
3.5	Processo para definição do conteúdo do relatório	142
3.6	Limite do relatório	34
3.7	Declaração sobre quaisquer limitações específicas quanto ao escopo ou limite do relatório	34
3.8	Base para elaboração do relatório	142
3.9	Técnicas de medição de dados e bases de cálculos	142
3.10	Explicações das consequências de quaisquer reformulações de informações fornecidas em relatórios anteriores e suas razões	142
3.11	Mudanças significativas em comparação com anos anteriores, quanto a escopo, limitações ou métodos de medição aplicados no relatório	142
Sumário de conteúdo da Global Reporting Initiative (GRI)		
3.12	Tabela identificando a localização das informações no relatório	144

INDICADOR	PÁGINA	PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL
Verificação		
3.13	Política e prática atual de verificação externa do relatório	142
GOVERNANÇA, COMPROMISSOS E ENGAJAMENTO		
Governança		
4.1	Estrutura de governança da organização	46
4.2	Indicação caso o presidente do mais alto órgão de governança também seja um diretor executivo	47
4.3	Declaração do número de membros independentes	47
4.4	Mecanismos para que acionistas e empregados façam recomendações ao mais alto órgão de governança	46, 48
4.5	Relação entre a remuneração dos membros do mais alto órgão de governança, Diretoria Executiva e demais executivos e o desempenho da organização, inclusive socioambiental	47
4.6	Processos em vigor no mais alto órgão de governança para assegurar que conflitos de interesse sejam evitados	47
4.7	Processo de determinação das qualificações e conhecimento dos membros do mais alto órgão de governança para definir questões relacionadas a temas econômicos, ambientais e sociais	47
4.8	Valores, códigos de conduta e princípios internos relevantes para o desempenho econômico, ambiental e social	3, 17, 26
4.9	Procedimentos do mais alto órgão de governança para supervisionar a gestão do desempenho econômico, ambiental e social	49
4.10	Processos para a autoavaliação do desempenho do mais alto órgão de governança, especialmente quanto a desempenho econômico, ambiental e social	A Eletrobras não possui processo formal de avaliação de desempenho do Conselho de Administração ou de seus membros.
Compromissos com iniciativas externas		
4.11	Explicação caso a organização aplique o princípio da precaução	50
4.12	Cartas, conjuntos de princípios ou outras iniciativas voluntárias desenvolvidas externamente, de caráter econômico e socioambiental, que a organização subcreve ou endossa	52
4.13	Participação em associações e/ou organismos nacionais/internacionais de defesa em que a organização tem assento, integra projetos ou comitês, contribui com recursos significativos e/ou considera estratégica sua atuação como associada	150
Engajamento dos stakeholders		
4.14	Relação de grupos de <i>stakeholders</i> engajados pela organização	51
4.15	Base para identificação e seleção de <i>stakeholders</i> com os quais a organização quer engajar-se	51
4.16	Abordagens para o engajamento dos <i>stakeholders</i>	51
4.17	Principais temas e preocupações levantados por meio do engajamento dos <i>stakeholders</i> e medidas que a organização tem adotado para tratá-los	51
INDICADORES DE DESEMPENHO		
Desempenho econômico		
EC1	Valor econômico direto gerado e distribuído	10
EC5	Proporção entre o salário mais baixo da organização e o salário mínimo local	102
EC6	Políticas, práticas e proporção de gastos com fornecedores locais	Pela característica jurídica das empresas do grupo (economia mista) o indicador não se aplica as empresas do grupo já que seguem a lei 8.666. A Holding deve responder negativamente o mesmo e resposta abrange 100% das empresas do grupo

INDICADOR	PÁGINA	PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL
EC7	Contratação local	6
As contratações nas empresas Eletrobras são realizadas por meio de concurso público, conforme estabelecido na Constituição Federal de 1988, incompatível com qualquer forma de direcionamento na seleção, incluindo a localidade de nascimento e residência do candidato.		
Desempenho ambiental		
EN3	Consumo de energia direta discriminado por fonte de energia primária	8
EN4	Consumo de energia indireta discriminado por fonte primária	8
EN5	Energia economizada por meio de melhorias em conservação e eficiência	8,9
EN6	Iniciativas para fornecer produtos e serviços com baixo consumo de energia	8,9
EN8	Total de água retirada por fonte	8
EN11	Localização e tamanho da área possuída	8
EN12	Impactos significativos de atividades, produtos e serviços na biodiversidade	8
EN13	Habitats protegidos ou restaurados	8
EN14	Estratégias para gestão de impactos na biodiversidade	7,8
EN15	Número de espécies na Lista Vermelha da <i>International Union for Conservation of Nature</i> (IUCN) e outras listas de conservação	8
EN16	Total de emissões diretas e indiretas de gases de efeito estufa	8
EN17	Outras emissões indiretas relevantes de gases de efeitos estufa	8
EN18	Iniciativas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e reduções obtidas	7,8,9
EN20	NOx, SOx, e outras emissões atmosféricas significativas	8
EN22	Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição	8
EN23	Número e volume total de derramamentos significativos	8
EN24	Peso de resíduos transportados considerados perigosos	8
EN26	Iniciativas para mitigar os impactos ambientais	7,8,9
EN28	Valor de multas e número total de sanções resultantes da não conformidade com leis	8
EN30	Total de investimentos e gastos em proteção ambiental, por tipo	7,8,9
Desempenho social		
Práticas trabalhistas		
LA1	Total de trabalhadores, por tipo de emprego, contrato de trabalho e região	6
LA2	Número taxa de rotatividade de empregos, por faixa etária, gênero e região	1,3
LA4	Percentual de empregados abrangidos por acordo de negociação coletiva	1,3
LA6	Percentual dos empregados representados em comitês formais de segurança e saúde	1,3
LA7	Taxa de lesões, doenças ocupacionais e dias perdidos	1,6
LA8	Programas de educação, prevenção e controle de risco	1,6
LA9	Temas relativos a segurança e saúde cobertos por acordos formais com sindicatos	1,6
LA10	Média de horas de treinamento por ano	1,6
LA12	Percentual de empregados que recebem análises de desempenho	1,6
LA13	Composição da alta direção e dos conselhos, e proporção por grupos e gêneros	1,6
LA14	Proporção de salário-base entre homens e mulheres, por categoria funcional	1,6

INDICADOR	PÁGINA	PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL
Direitos humanos		
HR1	Percentual e número total de contratos de investimento significativos que incluam cláusulas referentes a direitos humanos ou que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos	74
HR4	Número total de casos de discriminação e medidas tomadas	1,6
HR5	Política de liberdade de associação e grau da sua aplicação	1,3
HR6	Medidas tomadas a fim de contribuir para a abolição do trabalho infantil	1,2,5
HR7	Medidas tomadas a fim de contribuir para a erradicação do trabalho forçado	1,2,4
HR9	Número de casos de violação de direitos dos povos indígenas e medidas tomadas	1
Sociedade		
SO1	Programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas comunidades	10
SO4	Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção	10
SO5	Posições quanto a políticas públicas	10
SO6	Políticas de contribuições financeiras para partidos políticos, políticos ou instituições	10
SO7	Número de ações judiciais por concorrência desleal	10
SO8	Descrição de multas significativas e número de sanções não-monetárias	10
No ano de 2010, o Sistema Eletrobras não sofreu multas significativas, tampouco sanções não-monetárias resultantes da não-conformidade com quaisquer leis ou regulamentos.		
Responsabilidades sobre o produto		
PR3	Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por procedimentos de rotulagem	8
PR5	Práticas relacionadas à satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas	8
PR6	Programas de adesão a leis, normas e códigos voluntários	8
PR7	Casos de não-conformidade relacionados à comunicação de produtos e serviços	8
PR9	Multas por não-conformidades relacionadas ao fornecimento e uso de produtos e serviços	8
No ano de 2010, a CGTEE sofreu um auto de infração emitido pela Secretaria da Receita Federal no valor de R\$ 15.694.704,91, referente ao ano de 2006 e relacionado ao recolhimento de tributos. Entretanto, a empresa está questionando o descumprimento da legislação.		
Setoriais - Energia		
EU1	Capacidade instalada, separada por fonte de energia primária e regime regulatório	1,2
EU2	Energia enviada para a rede, detalhada por fonte primária de energia e regime regulatório	1,2
EU3	Número de contas de consumidores residenciais, industriais, institucionais e comerciais	1,2
EU4	Extensão das linhas de transmissão e distribuição superficial e subterrânea, por regime regulatório	1,2
EU6	Modelo de gestão para garantir a confiabilidade e disponibilidade de eletricidade de curto e longo prazo	1,2
EU7	Programas de gerenciamento da demanda (DSM), incluindo programas residenciais, comerciais, institucionais e industriais	1,2
EU8	Atividades de pesquisa e desenvolvimento e gastos com o objetivo de prover eletricidade de modo confiável e promover o desenvolvimento sustentável	1,2,7,8

INDICADOR	PÁGINA	PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL	
EU10	Capacidade planejada contra a demanda de energia projetada a longo prazo, discriminada por fonte de energia e regime regulatório	80	
EU11	Eficiência média de geração das termelétricas por fonte de energia e sistema regulatório	37	
EU12	Perdas na transmissão e distribuição de energia como porcentagem do total de energia	37, 95	
EU14	Programas e processos que assegurem a disponibilidade de mão de obra especializada	102	
EU15	Porcentagem de funcionários que podem se aposentar nos próximos cinco a dez anos, discriminados por categoria ocupacional e região	101	
EU16	Políticas e condições relacionadas à saúde e segurança de funcionários, contratados e subcontratados	105	
EU19	Participação dos <i>stakeholders</i> em processo decisórios relacionados ao planejamento energético e ao desenvolvimento de infraestruturas	107	
EU20	Abordagem da gestão dos impactos do deslocamento	107	1, 2
EU21	Planejamento de medidas de contingência, calamidade/plano de gestão de emergência e programas de treinamento, e recuperação/planos de restauração	109	1, 2
EU22	Número de pessoas física ou economicamente deslocadas e compensadas, discriminadas por tipo de projeto	107	1, 2
EU23	Programas, incluindo aqueles realizados em parceria com o Governo, para melhorar ou manter o acesso à energia elétrica e o serviços de suporte ao cliente	42, 138	
EU25	Número de mortes e lesões ao público envolvendo os ativos da empresa, incluindo decisões judiciais, acordos e processos judiciais pendentes sobre doenças	109, 110	1, 2
EU28	Frequência de interrupção de energia	96	
EU29	Duração média de interrupções de energia	96	
EU30	Fator de disponibilidade média por fonte de energia e regime regulatório	37	



ANEXOS

PARTICIPAÇÃO EM ENTIDADES ESTRATÉGICAS E BALANÇO SOCIAL IBASE

Participação em entidades estratégicas [GRI 4.13]

No Sistema Eletrobras, representantes das diversas empresas participam, de acordo com suas especialidades, nas seguintes associações setoriais e organizações da sociedade civil.

Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA)
American Nuclear Society/Seção Latinoamericana (ANS)
 Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB)
 Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca)
 Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica (Abradee)
 Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica (Abrage)
 Associação Brasileira das Grandes Empresas de Transmissão de Energia Elétrica (Abrate)
 Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee)
 Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica (ABIPTI)
 Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje)
 Associação Brasileira de Energia Nuclear (Aben)
 Associação Brasileira de Ensaio Não-Destrutivos e Inspeção (Abendi)
 Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA)
 American Nuclear Society/Seção Latinoamericana (ANS)
 Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB)
 Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca)
 Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica (Abradee)
 Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica (Abrage)
 Associação Brasileira das Grandes Empresas de Transmissão de Energia Elétrica (Abrate)
 Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee)
 Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica (ABIPTI)
 Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje)
 Associação Brasileira de Energia Nuclear (Aben)
 Associação Brasileira de Ensaio Não-Destrutivos e Inspeção (Abendi)
 Associação Brasileira de Normas Técnicas - Comitê Brasileiro da Qualidade (ABNT/CB25)
 Associação Brasileira de Treinamento e Desenvolvimento (ABTD)
 Associação Brasileira dos Contadores do Setor de Energia Elétrica (Abraconee)
 Associação Brasileira dos Agentes Comercializadores de Energia (Abraceel)
 Associação Brasileira dos Geradores Térmicos (Abraget)
 Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Atividades Nucleares (Abdan)
 Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ)
 Associação de Empresas Proprietárias de Infraestrutura e Sistemas Privados de Telecomunicações (APTEL)
 Associação Nacional dos Carroceiros e Catadores de Materiais Recicláveis (Ancat)
 Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)
 Câmara de Comércio Americana (Amcham)
 Câmara Setorial de Agricultura Orgânica e Agroecológica
 Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri)
 Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento (Cicef)
 Centro para Inovação e Competitividade (CIC)
 Clean Coal Centre (CCC)
 Clube de Engenharia do Rio de Janeiro
 Comitê de Meio Ambiente da ACRJ
 Comissão de Integração Energética Regional (Cier)
 Comissão de Produção Orgânica no Paraná (CPOrg-PR)
 Comitê Brasileiro da Cier (Bracier)

Comitê Brasileiro de Barragens (CBDB)
 Comitê Brasileiro de Eletricidade (ABNT/Cobe)
 Comitê Brasileiro do Conselho Mundial de Energia (CME)
 Comitê Brasileiro do Pacto Global (CBPG)
 Comitê Eletromecânico de Inspeção e Ensaio da Abendi
 Comitê Gestor e Conselho Diretivo do Centro de Saberes e Cuidados Socioambientais da Bacia do Prata
 Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata (CIC)
 Comitê Nacional Brasileiro de Produção e Transmissão de Energia Elétrica (Cigre)
 Conselho Consultivo do Parque Nacional do Iguaçu (Comparni)
 Conselho Mundial da Água (CMA)
 E8
 Fundação Abrinq
 Fundação Comitê de Gestão Empresarial (Funcoge)
 Fundação Nacional da Qualidade (FNQ)
 Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro)
 Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social
 Instituto Nacional de Investidores (INI)
 Instituto Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento de Empresas Inovadoras (Anpei)
 Instituto para o Desenvolvimento de Energias Alternativas da América Latina (Ideal)
 Instituto Qualidade Minas (IQM)
 International Energy Agency (IEA)
 International Hydropower Association (IHA)
 ISO/TC 176
 Memória da Eletricidade
 Movimento Brasil Competitivo (MBC)
 Movimento Catarinense para a Excelência (MCE)
 Operador Nacional do Sistema (ONS)
 Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (Onudi)
 Radiation Emergency Medical Preparedness and Assistance Network (Rempan)
 Rede Nacional de Mobilização Social (Coep)
 Rede de Tecnologia e Inovação do Rio de Janeiro (Redetec)
 Section of the Latin American Nuclear Society (LAS)
 Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai)
 Sindicato dos Eletricistas do Rio Grande do Sul (Senergisul)
 Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul (Senge)
 Serviço Social da Indústria (SESI)
 World Association of Nuclear Operators (Wano)
 World Business Council for Sustainable Development - Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS)
 World Nuclear Association (WNA)

Balanço Social IBASE

1 - Base de Cálculo

	2010 Valor (Mil reais)			2009 Valor (Mil reais)		
Receita líquida (RL)	25.166.788			24.581.033		
Resultado operacional (RO)	5.625.644			2.673.372		
Folha de pagamento bruta (FPB)	3.193.548			2.909.468		

2 - Indicadores Sociais Internos

	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	224.927	7,04%	0,89%	174.653	6,00%	0,71%
Encargos sociais compulsórios	974.801	30,52%	3,87%	782.939	26,91%	3,19%
Previdência privada	196.871	6,16%	0,78%	176.531	6,07%	0,72%
Saúde	316.326	9,91%	1,26%	280.391	9,64%	1,14%
Segurança e saúde no trabalho	32.539	1,02%	0,13%	28.096	0,97%	0,11%
Educação Creches ou auxílio creche	45.660	1,43%	0,18%	36.371	1,25%	0,15%
Cultura	2.064	0,06%	0,01%	2.182	0,07%	0,01%
Capacitação e desenvolvimento profissional	63.096	1,98%	0,25%	58.256	2,00%	0,24%
Transporte	19.294	0,60%	0,08%	18.225	0,63%	0,07%
Participação nos lucros ou resultados	396.182	12,41%	1,57%	304.642	10,47%	1,24%
Outros	144.710	4,53%	0,58%	274.325	9,43%	1,12%
Total - Indicadores sociais internos	2.416.470	75,67%	9,60%	2.136.611	73,44%	8,69%

3 - Indicadores Sociais Externos

	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	24.255	0,43%	0,10%	15.991	0,60%	0,07%
Cultura	47.890	0,85%	0,19%	49.854	1,86%	0,20%
Saúde e saneamento	70.800	1,26%	0,28%	45.449	1,70%	0,18%
Esporte	18.505	0,33%	0,07%	21.436	0,80%	0,09%
Combate à fome e segurança alimentar	4.637	0,08%	0,02%	3.426	0,13%	0,01%
Geração de Trabalho e Renda/ Reassentamento de Famílias/Outros	184.608	3,28%	0,73%	177.591	6,64%	0,72%
Total das contribuições para a sociedade	350.695	6,23%	1,39%	313.747	11,74%	1,28%
Tributos (excluídos encargos sociais)	3.530.263	62,75%	14,03%	2.754.642	103,04%	11,21%
Total - Indicadores sociais externos	4.231.653	75,22%	16,81%	3.382.136	126,51%	13,76%

4 - Indicadores Ambientais

	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	169.895	3,02%	0,68%	146.938	5,50%	0,60%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	35.107	0,62%	0,14%	18.714	0,70%	0,08%
Total dos investimentos em meio ambiente	205.002	3,64%	0,81%	165.652	6,20%	0,67%

Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa

não possui metas

não possui metas

5 - Indicadores do Corpo Funcional

	2010	2009
Nº de empregados(as) ao final do período	28.450	ND
Nº de admissões durante o período	1.364	ND
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	8.172	ND
Nº de estagiários(as)	2.103	ND
Nº de empregados acima de 50 anos	19.199	ND
Nº de mulheres que trabalham na empresa	5.353	ND
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	ND	ND
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	ND	ND
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	ND	ND
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	0	ND

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial

	2010 Valor (Mil reais)			Metas 2009						
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	ND			ND						
Número total de acidentes de trabalho	ND			ND						
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)				
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa				
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(X) incentiva e segue a OIT	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(X) incentiva e segue a OIT				
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)				
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)				
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos				
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apóia	(X) organiza e incentiva	() não se envolve	() apóia	(X) organiza e incentiva				
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa ___ND___	no Procon ___ND___	na Justiça ___ND___	na empresa ___ND___	no Procon ___ND___	na Justiça ___ND___				
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa ___ND___%	no Procon ___ND___%	na Justiça ___ND___%	na empresa ___ND___%	no Procon ___ND___%	na Justiça ___ND___%				
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2010: 15.939.587			Em 2009: 15.440.138						
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	6,15% governo	7,14% colaboradores(as)	40,87% acionistas	45,83% terceiros	ND % retido	(-)20,15% governo	5,99% colaboradores(as)	2,81% acionistas	111,35% terceiros	ND% retido

7 - Outras Informações

CRÉDITOS

O processo de elaboração do Relatório de Sustentabilidade da Eletrobras – 2010 contou com a participação dos empregados na coleta de dados e no levantamento de informações relativos aos aspectos operacionais, econômicos, sociais e ambientais. Este relatório é o resultado do comprometimento e do trabalho colaborativo da equipe das empresas Eletrobras, de modo que todos os envolvidos puderam compartilhar conhecimentos e agregar informações importantes que demonstram nossas ações e compromissos com a sustentabilidade.

Coordenação Geral

Comitê de Sustentabilidade das Empresas Eletrobras

Publicação

Assessoria de Comunicação e Relacionamento com a Imprensa

Coordenação técnica e consolidação de informações

Key Associados

Redação

Key Associados

Projeto gráfico e diagramação

I Graficci Comunicação e Design

Ilustrações

Ayssa Bastos

FOTOS

PÁGINA 42

Ônibus levam turistas para conhecer a usina de Itaipu.
Banco de Imagens Itaipu Binacional – foto: Caio Coronel

PÁGINA 61

Proinfa - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica
Aerogeradores da usina Eólica Volta do Rio, no Ceará
Banco de Imagens Eletrobras – foto: Jorge Coelho

PÁGINA 70

Linha de transmissão de 500 KV, ligando Luiz Gonzaga (PE) a Milagres (CE)
Banco de imagens Eletrobras Chesf – foto: Severino Silva

PÁGINA 82

Banco de imagens Eletrobras Eletronorte

PÁGINA 111

Reunião na Associação de Moradores do Ajuricaba, em Marechal Cândido Rondon (PR), onde está sendo instalado um sistema de geração de energia a partir da produção de biogás.
Banco de Imagens Itaipu Binacional – foto: Alexandre Marchetti

PÁGINA 117

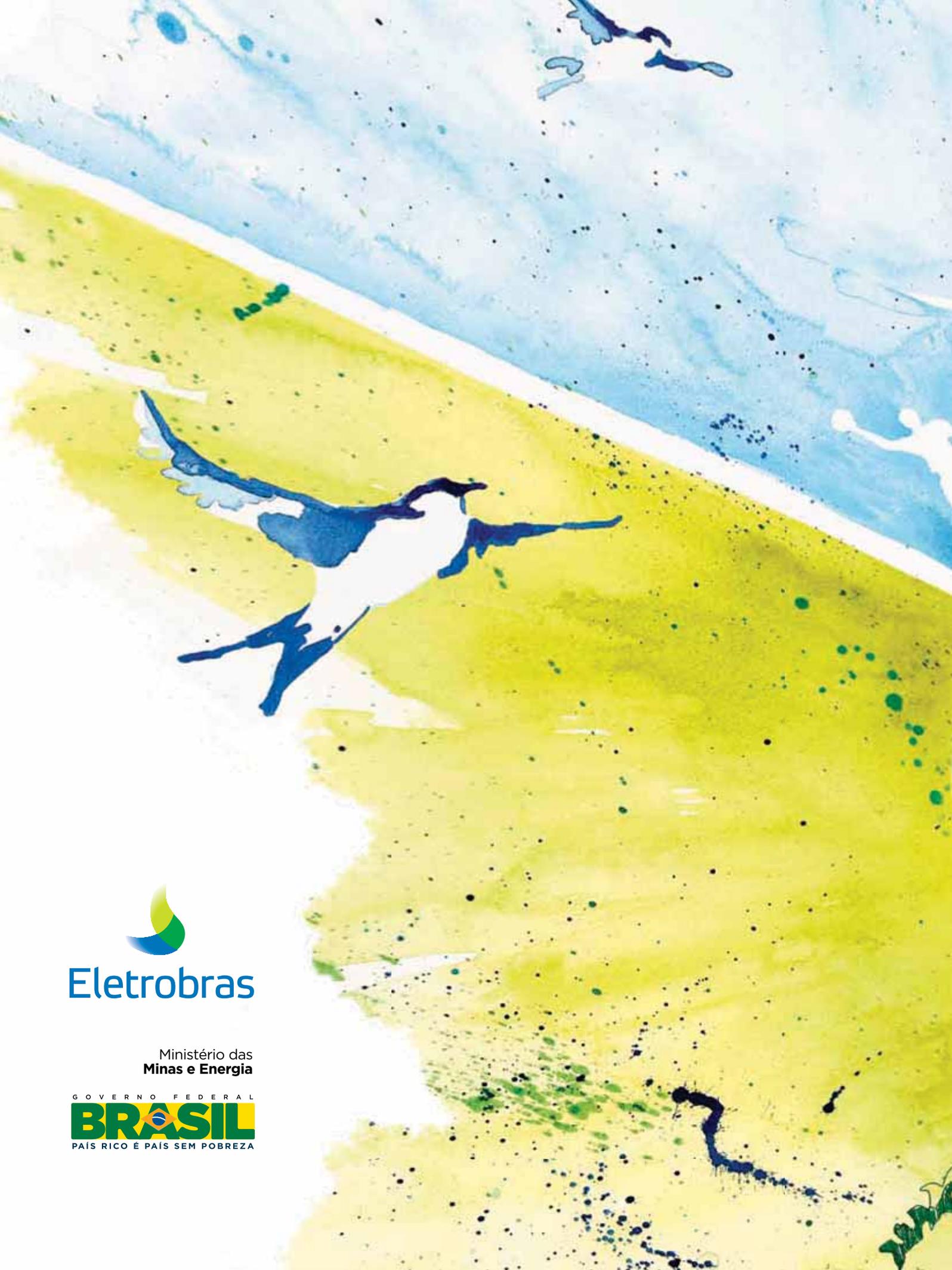
Estudantes da comunidade do Frade visitam a Trilha Porá, área de educação ambiental da Eletrobras Eletronuclear em Angra dos Reis, Rio de Janeiro.
Banco de imagens Eletrobras Eletronuclear – foto: José Pederneiras

O Relatório de Sustentabilidade 2010 das empresas Eletrobras está disponível no formato impresso e também em versão on-line, no site www.eletobras.com.

Eletrobras - Centrais Elétricas Brasileiras
Av. Presidente Vargas, 409 / 13º andar • Rio de Janeiro/RJ • CEP 20071-003
www.eletobras.com

Impresso em papel reciclado





Eletrobras

Ministério das
Minas e Energia

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA